

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

TATIANA ZISMANN

**A CONSTRUÇÃO DE UMA REFERÊNCIA DE IDENTIDADE
NACIONAL PARA O RIO GRANDE DO SUL NOS DISCURSOS
CRÍTICO-LITERÁRIO E HISTORIOGRÁFICO DE MOYSÉS
VELLINHO**

Orientadora: Dra. Maria Cristina dos Santos

Porto Alegre
2006

TATIANA ZISMANN

**A CONSTRUÇÃO DE UMA REFERÊNCIA DE IDENTIDADE
NACIONAL PARA O RIO GRANDE DO SUL NOS DISCURSOS
CRÍTICO-LITERÁRIO E HISTORIOGRÁFICO DE MOYSÉS
VELLINHO**

Dissertação apresentada como
requisito para obtenção do grau
de Mestre, pelo Programa de Pós-
graduação da Faculdade de
História. Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul

Orientadora: Dra. Maria Cristina dos Santos

Porto Alegre
2006

TATIANA ZISMANN

**A CONSTRUÇÃO DE UMA REFERÊNCIA DE IDENTIDADE
NACIONAL PARA O RIO GRANDE DO SUL NOS DISCURSOS
CRÍTICO-LITERÁRIO E HISTORIOGRÁFICO DE MOYSÉS
VELLINHO**

Dissertação apresentada como
requisito para obtenção do grau
de Mestre, pelo Programa de Pós-
graduação da Faculdade de
História. Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul

Aprovada em 02 de agosto de 2006

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Maria Cristina dos Santos – PUCrs

Dr. Luiz Antonio de Assis Brasil – PUCrs

Dr. René Ernaini Gertz – PUCrs

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos. Ao Programa de Pós-graduação em História da PUCrs. Aos meus amados pais e irmão, Leoni, Evaldo e Deivis, muito obrigada por tudo, especialmente pela confiança irrestrita. À Maris por ter me propiciado um lar no “entre-tempo” do projeto. Ao Leonel que foi minhas pernas quando estas literalmente faltaram. À Bia e à Carla, pela feliz surpresa de as conhecer. Ao Jean, amigo que me ouviu narrar e ajudou a percorrer com maior lucidez os caminhos da escrita. À prof. Sílvia Paraense, que me ensinou a ler as primeiras figuras de linguagem. À prof. Mara Regina Nascimento, pelo precoce apreço das minhas interpretações. Ao Fernando Villarraga, que me ensinou a conceber toda a leitura como um problema e à Tereza Cabañas, pela ajuda bibliográfica, ambos mestres e amigos. Ao Carlos Armani, que incutiu a idéia do mestrado e ajudou a pensar o projeto. Ao Márcio Belloc, meu interlocutor existencial. À Tita, que se dispôs a orientar este trabalho, exigindo os procedimentos sem os quais esta dissertação não se constituiria numa realidade. Ao Linho e aos amigos para *além de bem e mal*, que compreenderam a necessidade de recolhimento que a escrita exige. Agradeço sinceramente a tod@s!

Achava belo, a essa época, ouvir um poeta dizer que escrevia pela mesma razão por que uma árvore dá frutos. Só bem mais tarde viera a descobrir ser um embuste aquela afetação: que o homem, por força, distinguia-se das árvores, e tinha de saber a razão de seus frutos, cabendo-lhe escolher os que haveria de dar, além de investigar a quem se destinavam, nem sempre oferecendo-os maduros, e sim podres, e até envenenados.

Osman Lins in *Guerra* sem testemunhas

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar em que consiste e como é articulada a identidade nacional do Rio Grande do Sul por Moysés Vellinho. Para isso, se analisará como o intelectual constrói por meio de sua crítica literária – assinada sob o pseudônimo Paulo Arinos, e em sua interpretação historiográfica, uma narrativa da identidade nacional para o Rio Grande do Sul e o gaúcho. A análise dos dois discursos permite compreender como a preocupação nacionalista, sendo comum aos dois, os irmanará em objetivos que extravasam a crítica literária puramente formal e a interpretação histórica neutra – ou estritamente baseada em pressupostos científicos.

Palavras-chaves: Moysés Vellinho, crítica literária, historiografia, identidade nacional, nação, região.

ABSTRACT

This research aims to analyze into what consists as well as the articulation of the national identity of Rio Grande do Sul by Moysés Vellinho. In order to do it the building throughout his literary criticism will be analyzed – one made and signed under the pseudonym of Paulo Arinos, and in the interpretation of his historical textual production, a national narrative for both Rio Grande Do Sul and the *gaúcho*. The analysis of the two speeches allows to comprehend on how the nationalist concern being common to both, will unite them into objectives that go beyond the literary criticism which is purely formal as well as the neutral historical interpretation – or rigorously estimated in scientific affirmations.

Key-words: Moysés Vellinho, literary criticism, historiography, national identity, nation, region.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A BUSCA DA CONSCIÊNCIA NACIONAL: UMA NECESSIDADE DE ÉPOCA	20
1.1 Um homem de <i>gênio</i> universal-provincial.....	21
1.2 O tempo do qual se fala: a nação em busca da consciência de si própria.....	26
1.3 A consciência particularizada: a nação por meio da região.....	35
2 A IMAGEM DE UM RIO GRANDE DO SUL NACIONALIZADO ATRAVÉS DAS MÁSCARAS DE SEU AUTOR	42
2.1 O gaúcho moderno e nacionalizado: da crítica literária ao discurso historiográfico.....	45
2.2 Os heróis e o anti-herói: um debate concebido entre a História e a Mitologia.....	66
2.3 A formação do Rio Grande do Sul no discurso historiográfico de Moysés Vellinho.....	75
3 A NARRATIVA DA IDENTIDADE NACIONAL POR MOYSÉS VELLINHO	92
3.1 A identidade nacional do Rio Grande do Sul: uma questão de referência.....	93
3.2 O estilo pessoal articulando uma identidade nacional para o Rio Grande do Sul.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

A obra de Moysés Vellinho possui, segundo Gilberto Moraes, uma característica identificada como própria do comportamento *hispanico*. Esta peculiaridade teorizada por Gilberto Freyre, designa a faculdade de análise onde são considerados não exclusivamente os objetos dados à observação do intérprete, mas também é relevante a reflexão produzida pelo observador em face dos mesmos. O comprometimento de Vellinho a uma causa, a de conferir uma identidade calcada em referências nacionais para o Rio Grande do Sul e para o seu tipo representativo – o gaúcho – imprime características únicas aos seus discursos. O testemunho do autor vem a confirmar essa peculiaridade apontada em sua obra: “dentro da desarticulação do que venho realizando, nas minhas horas de lazer literário, se há certa unidade, desde as primeiras manifestações até as mais recentes, é a busca de uma afirmação em face do meu horizonte social e afetivo”¹ (VELLINHO, 1979, p.10). A afirmação subjetiva do autor dá-se por intermédio do objeto por sobre o qual ele se debruçou em toda a sua obra, o Rio Grande do Sul, a *sua* região de análise.

¹ Algumas citações de Moysés Vellinho foram submetidas a uma atualização lingüística, em observação às normas atuais vigentes.

O testemunho de caráter confessional reproduzido a seguir é um indicativo da interposição do *eu* na escritura de Moysés Vellinho:

Eu não nasci para confissões, e a ficção tem muito disto. Ela retira suas melhores forças deste elemento confidencial. **O ensaio, porém, era a minha maneira natural de realizar qualquer coisa em literatura.** [...] Uma só vez tentei um conto. Mostrei-o a João Pinto da Silva. Foi literalmente condenado! Assim o ficcionista não chegou a sair da casca e morria ao nascer (VELLINHO, 1979, p.11). [grifo nosso]

Não seria o latente do ficcionista, em grande medida, o responsável pela interposição radical do autor em relação aos seus objetos de reflexão, permitindo assim, larga margem subjetiva à interpretação? Mais importante do que a pura reconstrução factual da história sul-rio-grandense, o que parece interessar a Moysés Vellinho é a *consciência ativa do intérprete* arranjando os fatos e proporcionando sentido à reconstrução do passado. Isso é evidenciado naquilo que Guilhermino Cesar compreendeu como “o sopro de vida” (1979, p.3) que animou a interpretação de Vellinho. Assim, os dados históricos seriam vivificados pelo sentido neles depositado, prescindindo, muitas vezes, do rigor científico. A questão da cientificidade da interpretação historiográfica de Vellinho será priorizada no segundo capítulo, onde se analisará o comprometimento do historiador com os heróis a serem lembrados pela comunidade sul-rio-grandense. Esse traço é o responsável por dissolver as aspirações particulares do autor em sua obra, e direciona a atenção que deve ser despendida no estudo do modo como Moysés Vellinho constrói uma identidade nacional para o Rio Grande do Sul. Esse é o objeto de análise desta pesquisa, que buscará interpretar em que pontos é baseada a nacionalidade do Rio Grande do Sul e mediante quais argumentos ela é defendida nos discursos do intelectual. Essa interpretação será realizada no capítulo três, mediante a interpretação dos indícios a serem colhidos no capítulo dois.

O Rio Grande do Sul, por ser tomado como periférico diante dos quadros nacionais da época, precisou ser alinhavado ao centro mediante uma valoração do discurso regional, questão a ser desenvolvida no primeiro capítulo. Nele se buscará contextualizar o discurso de Vellinho em sua época, mostrando como o intelectual atuará, com empenho marcadamente nacionalista, nas questões de seu tempo, que tornaram urgentes, com o Modernismo de 22, a necessidade de desvelar as particularidades brasileiras.

A manipulação analítica da região e da nação se dá pelo ângulo de quem as observa, não com a rigidez metódica dos que se pretendem neutros, mas por meio do mergulho nas categorias em análise, característica que confirmará a concepção do historiador italiano Carlo Ginzburg de que, quanto maior o traço individual, menor a possibilidade de uma ciência rigorosa (1990). O método indiciário se mostrou o mais apropriado para a análise do que consiste o tracejar particular da linha da identidade bordada pelo intelectual. Esta referência metodológica permite construir interpretações sobre as representações do passado a partir de pistas tomadas, muitas vezes, por negligenciáveis (GINZBURG, 1990) que podem valorizar os detalhes mínimos do estilo de um autor.

Moysés Vellinho, quando se refere à região ou à nação, coloca-se intimamente dentro de seu discurso como evidencia a enunciação na primeira pessoa do plural:

Quando se diz e repete que o Rio Grande é o único estado brasileiro por opção não encontro fundamento para tal afirmação. Somos brasileiros não por opção, mas por vocação histórica. **Nascemos e crescemos brasileiros. Nunca poderíamos desertar de nós mesmos**, sob pena de perdermos a nossa identidade histórica (VELLINHO, 1979, p.11).[grifo nosso]

É preciso levar em conta a subjetividade radical de Moysés Vellinho para se analisar sua escritura: “minhas ligações com as atividades propriamente literárias eram um tanto furtivas, pois tinha que recorrer a elementos impessoais. Mas uma terra tão rica como a nossa em elementos históricos me fascinou desde logo” (VELLINHO, 1979, p.11). Este enunciado pode ser compreendido como uma traição ao ofício do historiador² segundo paradigmas mais canônicos que postulam o distanciamento dos juízos valorativos na interpretação histórica. Sobre a confecção de *Capitania d’El Rei*, seu autor explicita preocupações que parecem mais próximas do ficcionista do que do historiador, uma vez que no processo de composição da obra “as coisas foram se arrumando a meu modo e os capítulos do livro se multiplicando sem pressar” ou, ainda, “Capitania d’El Rey [sic], fiel, no seu conjunto, à unidade de concepção que procurei alcançar, dentro do mesmo espírito [refere-se à liberdade de prazos que o ensaísta necessita]. Quem escreve, às vezes é surpreendido por elementos inesperados, inspiradores” (VELLINHO, 1979, p.11). A unidade de *concepção* da obra, impelida por *elementos inspiradores* atrelados ao *modo pessoal* do arranjo, define bem a originalidade marcada pelo *eu*, incrustado na escritura historiográfica, embora esse *eu* não seja o *eu* da enunciação (pois a história não é narrada pelo foco da primeira pessoa), que se pretende impessoal em sua apresentação, como é de praxe nos discursos historiográficos. A sua obra empenhada em questões que extravasam a pesquisa neutra ou desinteressada, rendeu-lhe o rótulo de ideólogo, como exemplifica a interpretação de Hildebrando Dacanal.

² O próprio Moysés Vellinho não se atém a uma designação, quer como historiador, quer como ensaísta: “[...] do ensaísta, se assim me posso classificar” (VELLINHO, 1979, p.11). Neste trabalho optou-se por designá-lo *historiador* quando há referência ao seu trabalho historiográfico. Embora seu discurso levante controvérsias sobre a sua natureza científica, é como historiador que ele atuou institucionalmente como evidencia o vínculo ao IHGRS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul). Outro dado marginal é fornecido pela *orelha* de sua obra *Capitania d’El Rei*, onde se lê “Moysés Vellinho, nome de alta qualificação na História”. Assim, se o discurso nega, o meio institucional ou o simples fato de sua obra ser encontrada numa prateleira de livros de história, não em livrarias, mas em *sebos*, é um indício relevante a ser considerado ao se optar por designar Moysés Vellinho de historiador.

O crítico caracteriza Moysés Vellinho como “o melhor ideólogo da classe dominante sul-rio-grandense do séc. XIX” (DACANAL, 1981, p.30) expulsando, dessa maneira, o autor de seu próprio século. É certo que Moysés Vellinho tem posturas marcadamente ideológicas³, sendo as mesmas explicitadas em vários momentos da sua argumentação. Mas parece pouco esclarecedor transformá-lo num ideólogo *farsante*, que entre outros “representantes de nossa historiografia oficial a recheiam – que farsa tragicomédia – da mumificada ideologia da oligarquia rural da fronteira [...] não poucas vezes regredindo e alçando-se em intransigentes defensores da administração colonial portuguesa do séc. XVIII! – é simplesmente espantoso” (DACANAL, 1981, p.26). A análise de Hildebrando Dacanal encerra a cognição do discurso de Vellinho ao tomá-lo exclusivamente como uma falsa representação da realidade. O crítico concebe ainda como cômico o enaltecimento da colonização lusa por Moysés Vellinho: “a tentação do riso, diante de tais situações, nasce exatamente da percepção da defasagem entre criações ideológicas do passado e a realidade presente. [...] O papel cômico desempenhado pela historiografia gaúcha no presente não é o de defender os valores do grupo dominante. Defender tais valores nunca é cômico e, quase sempre altamente proveitoso. Cômico é defender os valores de uma época morta há muito” (DACANAL, 1980, p.33). Hildebrando Dacanal soluciona a crítica sobre o caráter ideológico do discurso de Vellinho, coadunando este à realidade do século XIX, já que não estaria a refletir a do XX.

E se Moysés Vellinho não passasse de um anacrônico, escrevendo para sustentar o poder da oligarquia do século XIX, a serviço de quem sua escrita se achava, já que era empreendida por um *ideólogo*?⁴ Interpretações

³ Esta pesquisa perspectiva o termo ideologia como *visão de mundo*, desvinculado da noção de representação falsa da realidade a serviço dos segmentos socialmente dominantes. A ideologia como visão de mundo compreende as representações não unicamente atreladas aos imperativos político-econômicos da classe.

⁴ A crítica da representação discursiva a partir de ser caráter ideológico foi um enfoque teórico utilizado em alguns momentos pela historiografia sul-rio-grandense, como exemplifica a dissertação de Marlene Almeida, *Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-Rio-Grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Neste estudo, a autora toma por objeto de análise a historiografia sul-rio-grandense “em seu

como a de Dacanal, facilmente esquecem que o discurso não representa a realidade de forma linear. Ao contrário, a representação recria os dados da realidade de maneiras não-paralelas, mesmo quando a serviço do poder, como interpreta a historiografia a respeito do contexto da época: “muito mal andava a história do Rio Grande do Sul, ou satisfazendo a interesses políticos imediatos, ou religiosos, pura ideologia que ainda não alcançara o estatuto de ciência” (GUTFREIND, 1991, p.30)⁵.

Na tese transformada em livro, *A historiografia rio-grandense*, Ieda Gutfreind identifica os momentos na produção historiográfica sulina que diferem entre si pela forma como enfatizam algum tipo de relação ou influência mantidas entre o Rio Grande do Sul e o Prata, historiando os momentos de hegemonia alcançados por cada uma das interpretações. A historiadora salienta que, em inícios do século XIX, as interpretações sobre o Rio Grande do Sul tratam com naturalidade as relações do Estado tanto com o Prata como com relação às demais províncias brasileiras. Em fins do XIX e início do XX, o “discurso historiográfico” (expressão de Gutfreind) muda de tom, passando a salientar as relações ou proximidades com a região do Prata, interpretação que enfatizou a singularidade autônoma do Estado frente ao Império e à República. Essa diretriz é ofuscada por outra, nacionalista, que, iniciada na segunda década de 1920, valorizou a origem lusa e a brasilidade sul-rio-grandense. Essas duas tendências de interpretação constituíram duas matrizes⁶ de interpretação histórica – a platina e a lusitana.

sentido concreto de estrutura ideológica da classe dominante”, analisando como as “forças sociais que são dominantes em uma formação social viabilizam, superestruturalmente, sua dominação como direção” (ALMEIDA, 1983, p.7).

⁵ Mesmo que se recorram a dados da trajetória política de Moysés Vellinho, que esteve muito próximo aos articuladores da Revolução de 30, como Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas, esses elementos não parecem esgotar a interpretação ideológica de sua obra a serviço das classes dominantes.

⁶ Por matriz, Ieda Gutfreind compreende “um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura” (GUTFREIND, 1991, p.2).

A matriz lusitana arrola argumentos que, em linhas gerais, construíram uma forte relação do Rio Grande do Sul com o restante do Brasil:

Com Moysés Vellinho a historiografia da matriz lusa se aprofundou a partir de 1930 tendo como valiosos colaboradores Aurélio Porto, Souza Docca e Othelo Rosa que acompanhados por Moysés Vellinho permaneceram repetindo preocupações com a origem do Rio Grande do Sul, apenas vinculando-o à Coroa lusa. Como esse vínculo era unilateral, os temas históricos se reproduziam, variando a sofisticação da idéia, o achado precioso do documento (GUTFREIND, 1998, p.143).

Para enfatizar os vínculos entre o Rio Grande do Sul e o Brasil, os historiadores da matriz lusitana buscaram construir uma interpretação nacionalista-brasileira para a formação histórica sulina e tomaram o gaúcho sul-rio-grandense como distinto do gaúcho platino. Como se observa na análise de Gutfreind, é dentro desta matriz que Moysés Vellinho se integra com a tarefa de “sofisticar” o discurso da matriz:

A obra desse historiador simbolizou a culminância e o esgotamento do discurso historiográfico sulino nacionalista-brasileiro. Não que tenha inovado ou encontrado documentos autênticos ou bebido em fontes fidedignas. Sua tarefa foi sofisticar e reorganizar, ratificando documentos anteriormente desenvolvidos (GUTFREIND, 1991, p.40).

Ieda Gutfreind, em virtude de priorizar na sua análise as duas grandes matrizes de interpretação da formação histórica do Rio Grande do Sul, não se detém nos discursos específicos dos autores de sua pesquisa. A ênfase da interpretação está assentada no traço comum percebido nos discursos dos autores “a partir do papel que desempenharam na formulação da tese de o Rio Grande do Sul ser luso em sua origem e brasileiro em seus sentimentos” (GUTFREIND, 1998, p.45). Assim, os autores são perspectivados de acordo com o papel desenvolvido na construção do “discurso historiográfico”, em sua matriz lusitana:

Aurélio Porto é posto como o lançador desta tendência historiográfica que se intensifica a partir dos anos 20, Souza Docca dá continuidade e desloca o discurso, tornando-o mais convincente, Othelo Rosa expande e aprofunda a matriz lusitana, cabendo a Moysés Vellinho seu aprimoramento lingüístico e literário, finalizando a sua trajetória (GÜTFREIND, 1998, p.45).

A análise aqui apresentada privilegia não o “discurso historiográfico” sulino, mas os vários discursos de um mesmo autor, dos quais o historiográfico é uma das faces. Discurso que se confrontado com os de seus pares de Instituto, manterá as especificidades decorrentes da autoria que, embora possam comportar influências variadas, guardam os detalhes sintomáticos que os constituem como únicos. A presença do pensamento de Gilberto Freyre na obra de Moysés Vellinho é um exemplo disso. As concepções de região do sociólogo pernambucano constituem-se em uma das principais chaves teóricas importadas para a obra de Vellinho, tendo possibilitado a este pensar as dinâmicas do regional frente ao nacional.

A atenção ao modo particular como Moysés Vellinho concebe a identidade nacional do Rio Grande do Sul permite compreender o seu discurso historiográfico, não como maquiavelicamente deturpador da realidade, mas visceralmente empenhado em dotar a história sul-riograndense de valores nacionais. A subjetividade acionada na interpretação histórica de Vellinho o leva até mesmo a refutar o formalismo da crítica literária, já que tinha que recorrer a “elementos impessoais” na análise. Por outro lado, na interpretação historiográfica o autor estaria livre para recorrer aos *elementos pessoais*. Essa característica explica, em grande medida, as deturpações ou invenções na reconstrução do passado sob a inspiração nacionalista do intérprete. Sem esta perspectiva, não se compreendem as contradições observadas em sua produção, das quais a mais saliente é percebida na homogeneização da história do Rio Grande do Sul ao denominador-comum luso-brasileiro. Tal interpretação acabou por padronizar a região, um espaço que o intelectual compreendia como de autonomia relativa mediante o centralismo do Estado-Novo. Outro traço

incongruente em sua obra é a interpretação racista da história sul-rio-grandense que exclui os indígenas e se acha em desacordo com sua compreensão da formação social brasileira, um “povo híbrido e extra-europeu, portador de novas formas de vida, de um novo tipo de civilização” (VELLINHO, 1981, p.138). Esses são pontos conflituosos da obra do autor, e serão desenvolvidos no capítulo segundo onde se analisarão as especificidades características do seu discurso historiográfico.

Os temas em que Moysés Vellinho se deteve em sua interpretação são os mesmos priorizados pela *matriz lusitana*, assentados na concepção brasileira do gaúcho sul-rio-grandense e na formação lusitana do Estado (GUTFREIND, 1998). Mas diferem, todavia, nos modos de exposição da argumentação, na modalização da explicação e na maneira como os fatos históricos foram acessados documentalmente. A interpretação de Moysés Vellinho recebe, assim, uma moldura original que a torna única perante a matriz que integrava. Sem essa preocupação, o nacionalismo presente na interpretação da história sulina no discurso de Vellinho se daria pela apropriação artificiosa de temas e não pelo enraizamento profundo das concepções alheias, reformuladas na escritura. Por isso, esta pesquisa se atém ao tratamento original da identidade nacional do Rio Grande do Sul, alcançada por meio do engenho decorrente da autoria.

A identidade nacional almejada para o Rio Grande do Sul é uma narrativa que se constrói como uma linha invisível que costura os discursos do intelectual em uma colcha de interesse comum. Como a linha não é aparente, ela precisará ser reconstruída, para tornar visível a sua forma de articulação textual. A narrativa da identidade subsiste às faces dos diferentes discursos, daí por que é possível descobrir uma unidade de interesses nos escritos de Vellinho: “tais preocupações, cobrindo uma tela de interesses complexos, uniram o crítico-literário ao pensador” (CESAR, 1979, p.3)⁷. Para analisar as formas que possibilitaram ao intelectual

⁷ Guilhermino Cesar foi o prefaciador dos livros *Aparas do Tempo e Fronteira*.

realizar a sua narrativa da identidade nacional, foram selecionados alguns dos discursos que permitissem compreender como é operada a construção dessa narrativa e em que referências de identidade ela está assentada.

Para a composição do *corpus*, foram selecionados alguns dos primeiros escritos publicados no *Correio do Povo* a partir de 1922⁸, importantes porque dialogam com a estética propalada pelos modernistas. Dessa época também são selecionadas as críticas de Paulo Arinos, pseudônimo de Moysés Vellinho, e Rubens de Barcellos, datadas de 1925, que polemizam sobre as obras *Tapera* e *Ruínas Vivas* e sobre o gaúcho representado nas obras de Alcides Maya. As críticas a obra de Maya são retomadas em 1944, onde o crítico, já auto-designado Moysés Vellinho, manterá os mesmos pontos de vista sobre o caráter *falacioso* da ficção de Maya e sobre o gaúcho deste. Este panorama possibilitará verificar como o crítico põe a obra literária a dialogar com as questões do entorno social. Os editoriais da revista *Província de São Pedro*, que compreendem o período de 1945 a 1957, são outras fontes documentais que serão utilizadas nesta pesquisa. Elas elucidam os interesses de Moysés Vellinho como editor de uma revista fomentadora da cultura regional e marcam sua rotatividade para a produção historiográfica, da qual será priorizada a obra *Capitania d'El Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*, lançada em 1964.

Como explica Stuart Hall, sem a identidade nacional o sujeito moderno “experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva” (2005, p.48). A cultura nacional como uma comunidade imaginada, faz com que os cidadãos que nela vivam compartilhem sentidos, cujas representações influenciam as ações deles, estabilizando até mesmo as noções *particulares* dos mesmos (HALL, 2005). Isso abre caminho para compreender o empenho pessoal empregado na construção de uma

⁸ O intelectual inicia sua produção neste ano e não em 1925 como apontado por Ieda Gutfreind: “Moysés Vellinho iniciou sua atuação no ambiente intelectual sulino em 1925” (GUTFREIND, 1991, p.26).

identificação nacional para o Rio Grande do Sul, mediante a qual Vellinho procurou coadunar a região sul-rio-grandense ao todo brasileiro por meio da naturalização de uma identidade nacional para a *sua* região, estabelecendo referências pessoais ao mesmo tempo em que estabiliza categorias sociais.

1 A BUSCA DA CONSCIÊNCIA NACIONAL: UMA NECESSIDADE DE ÉPOCA

Levantou-se com o passo vagaroso do costume, não aquele vagar arrastado dos preguiçosos, mas um vagar calculado e deduzido, um silogismo completo, a premissa antes da consequência, a consequência antes da conclusão. Um dever amaríssimo!

Machado de Assis – Dom Casmurro

Esta outra Independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.

Machado de Assis – Instinto de Nacionalidade

Moysés Vellinho foi desses intelectuais os quais podemos designar *empenhados*. Empenhado porque sua vida inteira dedicada às tarefas intelectuais não teve somente por fim a erudição, e sim, a erudição por um causa a ser defendida – a identidade nacional do Rio Grande do Sul e de seu tipo representativo, o gaúcho – causa primeira que se desmembrou em várias outras subordinadas a coadunar o Rio Grande do Sul às balizas da nação. O trabalho intelectual para todo pensador engajado deve, necessariamente, por meio das armas que lhe são próprias – palavra e argumentação – responder aos impasses que a realidade impõe à reflexão teórica. Devido à causa empenhada de conferir um lastro luso-brasileiro

ao Rio Grande do Sul, Moysés Vellinho conduziu sua obra a serviço direto dessa verdade. A síntese dos problemas operados em seu discurso decorre do confronto com as questões que as particularidades histórico-sociais fomentaram ao intelectual. Sua obra constitui-se mediante um diálogo com as preocupações imperativas à época, que estavam à procura do traço definidor da nacionalidade brasileira – que se encontrava em aberto processo de identificação –, acelerado a partir da segunda década do século XX. As concepções de Vellinho, profundamente marcadas pelas questões da época, dialogam, dessa maneira, com a dúvida do que consistia o *caráter* da nação brasileira, que não é apenas uma entidade política, mas “*um sistema de representação cultural*” (HALL, 2005, p.49), daí o seu empenho, diametralmente antagônico ao intelectualismo puro.

Buscando analisar o processo de construção da identidade nacional do Rio Grande do Sul operada por Moysés Vellinho, procura-se delinear, num primeiro momento, os elementos biográficos que possibilitam caracterizar o lugar de enunciação de sua fala. Isso permite rastrear sua inserção nos ambientes a partir dos quais vinculou o seu discurso, resgatando as principais vozes intelectuais com quem debateu, recebeu influências ou continuou determinada tradição. Esse trajeto almeja caracterizar o entorno histórico-social da produção de seu discurso, que marcou uma época ao mesmo tempo em que foi marcado por ela.

1.1 Um homem de *gênio* universal-provincial

Moysés Vellinho nasceu em 1901, na cidade de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul. Viveu até 1980 em Porto Alegre, onde teve seu nome perpetuado em um importante centro de documentação municipal, o *Arquivo Histórico Moysés Vellinho*. Nota-se, assim, o prestígio que seu nome alcançou no campo dos estudos historiográficos. Foi intelectual dos

mais atuantes no cenário cultural⁹ e político¹⁰ sul-rio-grandense, ao longo de mais de meio século de vida dedicada aos assuntos da sua província.

Suas atividades intelectuais de maior expressividade foram a crítica literária e o ensaio historiográfico. Sua estréia como crítico se deu em 1922 no *Correio do Povo*, sob o pseudônimo de Paulo Arinos, identidade abandonada¹¹ ao proferir em julho de 1939, na Biblioteca Pública do Estado, uma conferência sobre aspectos da vida e obra de Machado de Assis, conferência esta que deu origem ao seu primeiro livro publicado pela *Globo* (VELLINHO, 1979, p.11), editora-livraria tradicional de Porto Alegre que marcou indelevelmente a sua vida intelectual. Situada na Rua da Praia, foi um espaço de sociabilidade de idéias e trocas culturais. Os intelectuais que lá se encontravam foram designados por Augusto Meyer de “o grupo da livraria” (apud GUTFREIND, p.31), grupo que contou, inclusive, com as visitas de Getúlio Vargas, quando governador do Rio Grande do Sul, e do político Oswaldo Aranha, íntimo de Moysés Vellinho, sobre quem este escreveu um ensaio biográfico em 1978 e a quem dedicou sua primeira obra historiográfica, *Capitania d’El Rei: aspectos polêmicos*

⁹ A título ilustrativo, reproduz-se aqui a cronologia elaborada por Cida Golin (2001) em ensaio bibliográfico sobre Moysés Vellinho: foi admitido em 1949 no *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (IHGRS), além de ser sócio correspondente do Instituto *Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB); ocupou os cargos de segundo vice-presidente do IHGRS entre 1950 e 1956 e entre 1964 e 1980 o de primeiro vice-presidente. Em 1954 foi conferencista do curso *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense* na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição pela qual recebeu o título de doutor *Honoris Causa* em 1979, ano em que foi admitido como acadêmico correspondente da *Academia Portuguesa de História*. Presidiu a *Orquestra Sinfônica de Porto Alegre* (OSPA) entre 1952 e 1972. Em 1966 é eleito correspondente da *Academia Internacional de Cultura Portuguesa* com sede em Lisboa. Em 1980 é homenageado postumamente como patrono da *Feira do Livro de Porto Alegre*.

¹⁰ Na política eleitoral-partidária e na atuação em órgãos públicos, podem-se destacar os seguintes feitos: foi chefe de gabinete do secretário do Interior Oswaldo Aranha entre 1928 e 1930, ano em que assumiu como oficial de gabinete do já então Ministro da Justiça no Rio de Janeiro por ocasião da *Revolução de 30*, até 1932. Foi eleito deputado constituinte pelo Partido Republicano Liberal (PRL) em 1934 e foi deputado da Assembléia Estadual entre em 1935 e 37, ano da *Dissidência Liberal* da qual foi partícipe. O jornal republicano *A Federação* encerrou suas publicações sob sua direção em novembro de 1937, período em que ficou sob a responsabilidade da *Dissidência Liberal* (Golin, 2001).

¹¹ Quando o intelectual faz referência à troca de nomes, expressa a mudança nos seguintes termos: “Paulo Arinos morreu, cedendo o seu lugar a Moysés Vellinho” (VELLINHO, 1979, p.11). A *morte* de Arinos é somente nominativa, já que Moysés continua a exercer a função de crítico.

da formação rio-grandense, publicada em 1964 e lançada nos Estados Unidos quatro anos depois.

Sua participação na imprensa como crítico literário se deu entre 1922 e 1927, ano em que escasseou seus artigos por ter assumido cargos no interior. Sua crítica na imprensa continuaria de maneira esparsa até 1929 (VELLINHO, 1979, p.11). No periódico *Diário de Notícias*, assinou a *Página Literária* e no *Correio do Povo*, respondeu pela coluna *Livros e autores*. Foi por meio das páginas desses periódicos sulinos que vinculou por muitas décadas suas concepções críticas, com uma recepção pública, vale lembrar, muito mais abrangente do que a recepção marcada pelo mercado editorial. Moysés Vellinho salientou, inclusive, que suas obras¹², especialmente as de crítica literária, nasceram quase todas das páginas do periódico de Caldas Júnior (BAUMGARTEN, 2001, p.7). Entre seus títulos, *Machado de Assis – histórias mal-contadas e outros assuntos* de 1960, *Letras da Província* de 1944 e o póstumo *Aparas do Tempo* de 1981.

A admissão como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) em 1949, marca uma mudança de eixo nos interesses intelectuais de Moysés Vellinho. Tornada rara a sua função crítico-literária, passa a se aprofundar cada vez mais nos estudos históricos. Paulo Arinos, o nome que deu autoria aos trabalhos do crítico literário é solapado pelo de Moysés Vellinho¹³, tornando visível outra máscara do autor, onde foi mantido, todavia, um mesmo interesse pela identidade nacional sulina, espécie de pano de fundo dos discursos. Essa discussão será aprofundada em análise a ser desenvolvida no capítulo segundo, que se deterá nos argumentos construídos em seus discursos.

¹² Vellinho diz não ser detentor de uma obra, e sim de obras eventuais, como ele próprio afirma. Estas obras foram alinhavadas num contínuo de argumentação que expressou “certo pensamento que surge já nos primeiros escritos” (VELLINHO, 1979 p.11). “Sempre defendi o princípio da unidade nacional. Este pensamento é constante em tudo o que tenho escrito” (VELLINHO, 1979 p.11).

¹³ O pseudônimo Paulo Arinos foi inspirado no crítico Afonso Arinos, “o grande regionalista” (VELLINHO, 1979, p.11).

Seu empreendimento de maior fôlego foi a concepção, criação e direção da revista *Província de São Pedro*, que circulou nacionalmente entre 1945 e 1957, para quem contribuiu com inúmeros ensaios, além de assinar os editoriais. Foi pelos editoriais que Moysés Vellinho, acompanhando de perto “[...] as transformações pelas quais passou a produção literária em geral e o sistema literário regional” (BAUMGARTEN, 2001, p.7), forneceu a linha de atuação a que se pretendia a publicação. A idéia da revista nasceu de uma conversa casual entre Henrique Bertaso da *Globo* e Gilberto Freyre, que inicialmente pensaram em uma publicação amparada por Porto Alegre e Recife que divulgasse nacionalmente as manifestações de cultura regional (VELLINHO, 1979, p.10), já que Pernambuco e Rio Grande do Sul eram dois focos de discussão de assuntos regionais. Embora não vingada a idéia inicial, a revista projetou de forma ampla o Rio Grande do Sul no Brasil. A publicação trouxe para a província grandes nomes nacionais, ao mesmo tempo em que espalhou nomes sulinos para o restante do país, fomentando a visibilidade cultural às questões locais frente às demais regiões e ao todo nacional. Aliás, esse é um dos objetivos principais da publicação, como literalmente ficou explicitado no primeiro editorial da revista:

O que **Província de São Pedro deseja não é afogar-se nas águas rasas da retórica regionalista**. É uma publicação regional. Sem dúvida, faz questão de sê-lo, mas não a animam exclusivismos localistas. Seu objetivo é o de fomentar, no Rio Grande do Sul, as obras da inteligência, através do ensaio, da crítica, da ficção, da poesia, de todas as manifestações do pensamento (VELLINHO, 1945, p.6). [grifo nosso]

A diferenciação de sentido empregada nos vocábulos *localista* e *regionalista* elucida os objetivos de expandir a cultura regional para além dos limites da região. Ao fugir do afogamento no localismo, como expressa a imagem do “afogar-se” a que se refere o autor, isolando-se no fechamento em si próprio, tem-se o contraponto disto: o destaque do regional que, emergindo das “águas rasas”, mergulharia em profundidade nas obras da

inteligência, buscando, deste modo, o universal, “todas as manifestações do pensamento” no traço local.

Foi Antonio Candido que em 1946 destacou “[...] um certo regionalismo aparente demais” em relação à *Província de São Pedro*, ao mesmo tempo em que ressalva a sua opinião com a concepção de que “sem consciência literária regional, não há consciência literária nacional” (apud GOLIN, p.16). Percebe-se, assim, a preocupação da inteligência da época, em pensar o caráter brasileiro. Para isso, buscou muitas vezes no regional, as partes plásticas¹⁴ do nacional, tendo sido Gilberto Freyre sem dúvida, um dos maiores inspiradores dessa maneira de pensar o Brasil, influência que está na base das concepções de região utilizadas por Vellinho:

[...] os centros de elaboração mental, quanto mais vinculados à terra na sua condição de novo ponto de referência aos velhos problemas do homem, tanto mais se firmará a nacionalidade na consciência de si mesma. Sem a definição das partes não é possível a definição do todo. Nem se poderá admitir, já agora, que o sentimento de unidade de uma pátria de fronteiras quase ilimitadas se possa consolidar mediante a anulação das diversidades regionais. Nestas condições, o provincianismo cultural no Brasil deve ser mais que uma tendência entregue às suas próprias forças: impõe-se como o mais lúcido dos programas se queremos chegar à ampla compreensão dos brasileiros entre si para a definitiva assimilação de uma terra de dimensões imperiais e que em grande parte ainda se pertence mais a si mesma que ao homem” (VELLINHO, 1945, p.6).

¹⁴ *Plástico e plasticidade* são termos utilizados por Gilberto Freyre para caracterizar o gênio luso. São qualidades tradicionalmente moldadas no passado cultural do povo português, tomado por indefinido entre a Europa e a África (FREYRE, 1981 – a, p.4). A plasticidade, assim, garante “o bambo equilíbrio de antagonismos” (FREYRE, 1981 – a, p.4). A maleabilidade do estilo permitido pela plasticidade aparecerá em vários momentos da obra de Moysés Vellinho e não fará referência exclusiva ao lusitano, mas a todos os elementos da realidade brasileira inspirados por esse gênio. A história regional sulina e o seu tipo representativo, bem como as demais diversidades regionais brasileiras, são modos plásticos de ser nacional, pois constituem variações do mesmo substrato luso-brasileiro: “ajustada àquele binômio [espírito de aventura e rotina] a situação regional de aparência menos brasileira, vê-se que a combinação caracteristicamente lusa dos dois antagonismos ou das duas constantes foi particularmente intensa no Rio Grande do Sul” (FREYRE, 1981 – b, p.75).

A condição necessária para romper o “provincianismo cultural” brasileiro, que deve sair de sua condição inconsciente de “tendência entregue às suas próprias forças” para alcançar uma conscientização obtida através do mais “lúcido dos programas”, evidencia os ares de projeto empenhado, acelerado pela inteligência brasileira da época, que buscou firmar a consciência nacional por meio do reconhecimento dos vários traços particulares identificadores da terra.

1.2 O tempo do qual se fala: a nação em busca da consciência de si própria

Roland Corbisier, intelectual pertencente ao Instituto *Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB) acreditava que “[...] enquanto não houve autoconsciência na história do Brasil, de fato, não houve história. Até a *Semana de Arte Moderna* de 1922, sustentava Corbisier, não há propriamente história, mas pré-história do Brasil” (KONDER, 2001, p.364). Embora o programa nacionalista do ISEB não tenha uma ligação estrita com os objetivos desta pesquisa, esse exemplo é utilizado para evidenciar como se tornou imperativa a necessidade de que é preciso alcançar o desenvolvimento geral sem prejuízo das características e especificidades histórico-geográficas brasileiras (MOISÉS, 2001, p.18). Sob essa perspectiva, a realização da *Semana de Arte Moderna* de 1922 é vista como pedra-de-toque na tendência, já iniciada no Romantismo, de tornar o Brasil consciente de sua expressão particular.

Conceber a história brasileira anterior a 1922 como *pré-história*, revela uma frágil ou não bem-decantada consciência de identidade. Assim, o movimento modernista iniciaria uma ordenação na estrutura da narrativa da identidade nacional brasileira, tornando-a consciente e fundando-a historicamente até, já que “a partir de 1922 acelera-se o processo da nossa identidade histórica, mercê da qual vimos amadurecendo virtualidades e atualizando latências” (MOISÉS, 2001, p.18). Com o desenvolvimento do

programa modernista, a *perspectiva antropofágica* será melhor digerida, pois num primeiro momento revelava-se indefinida entre a conciliação de vanguardas estéticas européias e o trato das raízes brasileiras (BOSI, 1970).

Esse traço aparentemente incongruente deve ser entendido no próprio contexto de desenvolvimento do recém-iniciado Modernismo brasileiro “em sua ânsia de acertar o passo com a modernidade” (BOSI, 1970, p.384). A dissociação metodológica operada pelo crítico entre código e tema minimiza as *incoerências* modernistas, precisando o termo *modernista* como o caracterizador de um código novo, em desacordo com os simbolistas e parnasianos (BOSI, 1970, p.373). O termo *moderno*, por sua vez, é perspectivado num sentido amplo, designador de um fator de mensagem, os “motivos, temas, mitos modernos”, em suma, “algo mais que um conjunto de experiências de linguagem”, como explica Bosi; o que implicou uma produção poética que “[...] representou *também* uma crítica global às estruturas mentais das velhas gerações e um esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira” (BOSI, 1970, p.373). Bosi minimiza, assim, a contradição *moderno-antimoderno*, redefinindo os termos da discussão, a contradição pode ser explicada mediante os termos *moderno* e *antimodernista* (1970, p.373). Ou seja, o termo moderno possui um sentido mais amplo que não se restringe às formas de expressão modernistas. Massaud Moisés, por sua vez, enxerga como ultra-paradoxal a atitude dos modernistas de 22 que, “sendo antipassadistas, guiavam-se por um ferrenho nacionalismo, o que significava retomar as tradições legitimamente brasileiras” (MOISÉS, 2001, p.24), mostrando-se “[...] a um só tempo modernistas [...] ansiosos de atualidade, e tradicionalistas” (MOISÉS, 2001, p.24). Indigenismo, antropofagia, verdeamarelismo eram um retrocesso na interpretação de Massaud, já que a utopia estava situada no passado e não no futuro, descambando o movimento a uma espécie de paradoxo:

[...] o caráter ambivalente, para não dizer esquizotímico, do nosso Modernismo se enraíza nessa dualidade reativa perante as novidades introduzidas ou propostas pelas frentes renovadoras do início do século. Reagiam, portanto, contra o ornamentalismo, o vernaculismo, o europeísmo parnasiano, ao mesmo tempo que rendiam reverência a um passado ainda mais remoto, e além disso reaquecendo um estereótipo romântico, posto que sob o pretexto de brasilidade e nacionalismo. E assimilaram soluções futuristas, cubistas e outras, sem considerar que, assim procedendo, estavam-se submetendo, tanto quanto os autores que abominavam, aos valores europeus, não obstante avançados ou vanguardistas” (MOISÉS, 2001, p.25)

O paradoxo identificado por Massaud no Movimento Modernista está na reação assumida diante da novidade, instaurada por meio da reverência a um passado remoto que está para além da colonização lusa. O que é problemático para o crítico na busca dos modernistas pelas raízes brasileiras é a pretensão de apagamento do primado colonizatório luso, como demonstra o trecho a seguir.

Ainda se esqueciam de que o abasileiramento do Brasil não podia significar, como julgavam, simplesmente voltar as costas à influência portuguesa e propugnar pelo retorno às tradições indígenas, o folclore, etc: de um lado, tombavam no vezo do passadismo ao remontar às nossas raízes; de outro, o seu antilusismo eliminava uma parcela considerável dessas próprias raízes históricas e culturais (MOISÉS, 2001, p. 25)

Para o crítico, é salutar compreender que a busca pelas *tradições legitimamente brasileiras* se fazia sem ignorar o português, já que, histórica e culturalmente, o lastro luso impediu o Brasil, por séculos, de instaurar a própria alteridade, inclusive nas letras, como evidencia o fato da literatura nacional brasileira só ter se conflagrado como um sistema próprio com o Romantismo (CANDIDO, 1997). A preocupação com a herança portuguesa, repelida pelo nacionalismo modernista, mas tornada carro-chefe no nacionalismo propugnado por Moysés Vellinho, pode ser demonstrado no texto a seguir:

O sentimento de rebeldia deflagrado nas lutas pela independência, e que havia de repercutir demoradamente ao longo do tempo, torna compreensíveis em grande parte os rasgos de lusofobia em que chegava a descambar o nosso nativismo, sem olharmos a que com isso estávamos nos ferindo a nós mesmos, estávamos renegando as nossas próprias raízes (VELLINHO, 1981, p.132).

Esse sentimento de lusofilia levará o historiador a condições extremas em sua exegese sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul, o que implicará uma identidade unilinear forjada em traços essencialistas do caráter português.

Um modernismo transcendente ao código modernista, conforme expresso por Bosi, parece ser a chave interpretativa que possa esclarecer o posicionamento assumido por Moysés Vellinho a respeito da existência ou não do modernismo no Rio Grande do Sul. Em entrevista concedida a Ligia Chiappini Leite em 22 de fevereiro de 1970, o intelectual negou a existência do Modernismo no Estado, concepção que foi relativizada pela entrevistadora. O modernismo a que Vellinho se referia, segundo Chiappini Leite, tratar-se-ia de um modernismo em termos caracteristicamente paulistas, modernismo “escandaloso” (LEITE, 1972, p.245), modernismo modernista demais, como interpreta Chiappini Leite a respeito das opiniões de Moysés Vellinho:

Para ele, o regionalismo, no Rio Grande do Sul, antecedeu certas conquistas do Modernismo. O problema do nacionalismo, por exemplo, aquele desejo de uma volta aos temas, à linguagem, à gente, às coisas brasileiras, - isto é, o caráter nacionalista do Modernismo, - já existia concretamente, plasmado em obras de escritores regionalistas do Rio Grande (LEITE, 1972, p. 245).

Os ataques de Moysés Vellinho aos modernistas (especialmente aos códigos modernistas) se deram por meio das páginas do *Correio do Povo* e ocorreram quase concomitantemente à realização da *Semana*, já que o

crítico foi inteirado dos acontecimentos ocorridos no Teatro Municipal, poucos dias depois, por intermédio de um “ruidoso” (ARINOS, 1922) telegrama de São Paulo. Seu ataque deu-se por meio de uma crônica intitulada *Bendita Vaia*¹⁵, que constituiu, segundo Chiappini (1972, p.338), na primeira manifestação que aparece na imprensa gaúcha sobre os modernistas, então designados de *futuristas* pelo crítico. A crônica exaltou o repúdio do público presente à *Semana*: “bem hajás, oh! Paulicéia, que atentaste uma cultura bastante para tripudiar sobre os troféus de uma arte infeliz, que nasceu morta!” (ARINOS, 1922). A falência do movimento, presente na mortalidade já observada ao momento do nascimento, é desenvolvida no trecho seguinte, onde o crítico, abusando de figuras de linguagem e dos torneios semânticos, vai provendo de significados a *Semana de Arte Moderna*:

E o futurismo? Reação, talvez, da infecundidade, não é o futurismo mais que um adubo diabólico, fertilizante de saharas, nos quais desenvolve plantas monstruosas que apenas medradas, as tina o bafo causticante das soalheiras do deserto. Ou é isto, ou, então, um veneno viperino que mata, implacável, as mais belas florescências de um espírito destinado a rumos concretos, para os quais devesse abalar (ARINOS, 1922).

O movimento, assim, mesmo constituindo uma reação à infecundidade parnasiana, não passaria de um “adubo diabólico”, fertilizador de coisa alguma, já que fertilizador de desertos. O modernismo é, desta forma, igualado à esterilidade parnasiana. O contraste semântico entre a *infecundidade* e o *adubo* dá lugar ao paroxismo presente na função do *adubar infecundo*, fazendo igualar em aridez o novo movimento àquele que pretendia suplantar em potencialidades. A essas imagens é agregada a do “veneno viperino”, que empresta um terceiro designativo ao grupo, todos eles marcadores da mesma função semântica, a da morte. Para encerrar a crônica, não é preciso mais que o sepultamento irônico: “[...] à insustentável e desajeitada escola futurista, minhas respeitadas condolências” (ARINOS, 1922).

¹⁵ A precisão da página foi impossibilitada em virtude do mau-estado do original.

As críticas atacam a falta de harmonia das manifestações modernistas, que é expressa no desequilíbrio apontado por Moysés Vellinho: “é uma lei da física que tudo quanto carece de equilíbrio, cai. O futurismo, caso tenha centro de gravidade, é nos pés” (ARINOS, 1922). A crônica finaliza elogiando a sensatez de Monteiro Lobato que, como se sabe, foi um dos maiores tripudiadores das renovações modernistas, postura já delineada, na célebre crítica à exposição de Anita Malfatti de 1917, intitulada *Paranóia ou Mistificação* (MOISÉS, 2001, p.14). Assim, Lobato encarnaria o equilíbrio, faculdade que careceria aos modernistas, de uma “arte legítima e compreensiva, como aliás soem ser todas as criações duradouras, uma arte que dispensa intérpretes, outros que a mesma alma nacional, que todos temos latejante” (ARINOS, 1922). É movido por ideais como este, de defesa de uma arte possível de interpretação pela “alma nacional”, possivelmente porque fala do corpo nacional, que Moysés Vellinho passará a defender o Modernismo logo depois, quando esse tiver melhor perspectivado o trato estético das particularidades nacionais. Esse é o *vagar calculado e deduzido* que marca a cadência das críticas de Paulo Arinos ao Modernismo, do repúdio irônico à aceitação incondicional do programa nacionalista dos modernos. Quando o crítico julgar maduras as aspirações nacionalistas da nova arte brasileira, passará a defender o movimento na imprensa.

É precisamente no dia 02 de setembro de 1923, através da conferência intitulada *Variações sobre a moderna poesia no Brasil*, publicada no *Correio do Povo*, que Moysés Vellinho passa a defender o Modernismo, não o enxergando como uma escola em virtude das variações individuais, mas guardando como traço comum a necessária reação ao movimento parnasiano (LEITE, 1972, p.58). Para o crítico, o Parnasianismo cuidou “[...] de cercear no verso justamente seu motivo de ser: a poesia sentida” (ARINOS, 1922). Esse movimento cumprira, ao ver de Vellinho, uma função histórica, já esgotada, a de disciplinar o verso que fora posto muito em liberdade pelo movimento romântico (LEITE, 1972, p.58). A urgência histórica do Modernismo estaria assentada na simplicidade e

espontaneidade trazidas à poesia em contraponto à inteligência (LEITE, 1972, p.58). O motivo da reatualização das velhas formas estéticas é uma das principais críticas a Alcides Maya, romancista sul-rio-grandense criticado por Vellinho (a ser analisado no próximo capítulo), devido ao emprego de uma forma passadista e inundada de verbo (VELLINHO, 1960, p.12), deixando pouco espaço para a terra se mostrar em sua particularidade.

É especialmente por meio da vinculação do Modernismo ao programa nacionalista que o crítico defende a potencialidade e a criatividade do Movimento, apesar da cautela de quem fala “da margem da corrente”¹⁶ com um “misto de simpatia pelo instinto criador que ela traz e de amável indiferença pelo seu ânimo demolidor”(ARINOS, 1924, p.3). A aceitação cautelosa do Modernismo se faz por meio da retomada da preocupação romântica em retratar a terra:

Na fermentação atual, a princípio, sem orientação definida, eu vejo acentuar-se, sobranceando as demais, **uma tendência nacionalista, que visa incorporar às nossas cogitações estéticas os motivos brasileiros**. E pela nova estima que vão merecendo Gonçalves Dias, Alencar e Castro Alves, que, embora confusamente, souberam **afirmar a grandeza tropical, cuidado que tentamos reatar o fio da nossa verdadeira evolução mental, tanta vez interrompido pela encomenda de mestres exóticos** (ARINOS, 1924, p.3). [grifo nosso]

O interesse de base sociológica com um tom nacionalista aparece cada vez mais presente nos escritos de Vellinho vinculados pela imprensa, já que em suas análises a significação sociológica acompanhará, em muitos momentos, o juízo da expressão literária.

Isso evidencia como o crítico empenhado se sobressai ao crítico impressionista, responsável por afirmações como esta: “eu não tenho

¹⁶ *Da margem da corrente* é o título da crônica.

preferência em arte. Tudo quanto me comove, me basta, me satisfaz. Tanto é verdade que sabemos acerca dos nossos desejos menos do que vulgarmente contamos saber. Uma imagem que me toque a sensibilidade, traz-me logo rendido, venha ela de onde vier, seja satânica ou piedosa”(ARINOS, 1924, p.3). Esse traço de compleição estética passível de realização plena no individual parece antitético se confrontado a enunciados como o seguinte, no qual Vellinho destaca a falência da obra de Alcides Maya como manifestação de uma coletividade: “sua obra vale mais como expressão individual do que como expressão coletiva” (VELLINHO, 1960, p.12). Não é possível esgotar uma interpretação sobre as incoerências ou simplesmente transformações valorativas do juízo estético presente na crítica literária de Moysés Vellinho, dos quais os enunciados aqui presentes não pretendem mais do que apontar algumas antinomias sintomáticas, sem nenhuma pretensão de tomá-las como símbolos de toda a sua produção crítica.

Os compromissos da literatura em retratar as particularidades brasileiras parecem se sobrepor em importância aos interesses da fruição estética pessoal. É a potencialização do “instinto de nacionalidade” (ASSIS, 1999) que liga os escritores uns aos outros (CANDIDO, 1999) na procura de uma arte possível de interpretação pela “alma nacional, que todos temos latejante” (ARINOS, 1922). Moysés Vellinho, crítico empenhado nas questões de seu tempo, aplaudia a definição do traço local nas criações brasileiras para possibilitar que os intérpretes se reconheçam nas obras. O crítico estava, assim, muito próximo daquilo que Machado de Assis, ainda no século XIX, postulava como uma necessidade para as literaturas em formação: que o escritor se alimente de sua região, por meio de “certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1999, p.18).

Na crônica *O Sonho dos modernos*, Moysés Vellinho explicita sua efetiva adesão ao Movimento Modernista, especialmente porque este é o responsável por conflagrar o “nosso ritmo” (ARINOS, 1924, p.3). O ritmo particular é a marca nacional a qual os novos escritores brasileiros estariam conscienciosos de criar, pois “eles não acreditam numa harmonia oficial e entenderam de criar a harmonia dos trópicos” (VELLINHO, 1924, p.3). Esta concepção de uma harmonia imanente a *terra* é o desejo de revelar a particularidade brasileira. Uma realidade que por muito tempo, como explica Damatta, fora tomada como algo indefinido, entre o trópico e Portugal, o Brasil como “um conjunto doentio e condenado de raças que, misturando-se ao sabor de uma natureza exuberante e de um clima tropical, estariam fadadas à degeneração e à morte biológica, psicológica e social” (DAMATTA, 2000, p.11). Contra essa degeneração projetada por olhos alheios, incapazes de enxergar o outro, é que Vellinho trazia latente uma vontade de enxergar o Brasil tal como ele é, não europeu, mas de raiz portuguesa, algo que urgia pela conscientização de seu traço próprio, que “bárbaro ou não, [...] seja nosso”(VELLINHO, 1924, p.3). A nacionalidade brasileira se faz descoberta por meio das formas que possam expressá-la em sua face particular. Face esta que, como acreditava Machado de Assis (1999), se desvelava na instintiva busca das cores locais. Para Vellinho, o “ritmo” próprio brasileiro deve levar em conta o legado luso que, devido à colonização, impediu o Brasil de se enxergar como realidade própria por um largo tempo, aquele que Corbisier definiu de “pré-história do Brasil”, porque pré-consciente de sua identidade:

Da Europa trouxemos, **com os primeiros colonizadores, uns rudimentos de cultura e civilização, de que guardamos a mais obstinada memória** [...] Mas isto não quer dizer que nos cerremos as portas ao sol americano. Pelo contrário: deixemo-lo que nos banhe de cheio e que nos queime a epiderme delicada. **Não é que pretendamos neutralizar a ancestralidade lusitana que trazemos. Nem queremos, tampouco, anular-nos dentro da nossa natureza.** Mas comunguemos com ela tanto quanto possível, invoquemos a sua força, emprestemos-lhe o nosso gênio, que **breve teremos um ritmo nosso, inconfundível, diferente de todos ritmos.** É tempo de criá-la. Vivamos a nossa vida. **Sejamos mestres de nós mesmos. Somemos os nossos caracteres dispersos e formemos uma personalidade nossa...**(VELLINHO, 1924, p.3). [grifo nosso]

A busca de uma síntese compreendida no “ritmo nosso” ou da “personalidade nossa”, deveria conjugar a memória do colonizador que estaria guardado no caráter brasileiro, mas que tem seu corpo marcado pelo “sol americano”, o que garante uma realidade única e particular que carece ser descoberta em sua especificidade, já que antes de Gilberto Freyre, como salienta Vellinho, “vivíamos enfeudados ao preconceito de que culturalmente éramos apenas um prolongamento ultramarino do Velho Mundo” (1981, p.129). *Ser mestre de si mesmo* é criar as próprias referências de identidade, e para Vellinho, já “é tempo de criá-la”. Sem essa criação de estilo, como brinca Damatta, o *brasil* não seria o *Brasil*, seria “[...] objeto sem vida, autoconsciência ou pulsação interior” (DAMATTA, 2000, p.11).

1.3 A consciência particularizada: a nação por meio da região

Como se observou, Moysés Vellinho passa a defender a estética modernista especialmente por causa da vertente nacionalista, um traço que o crítico julgou valer a pena na “fermentação” (ARINOS, 1924, p.3) do Movimento Modernista. O crítico estava de acordo, portanto, com os modernistas de 22 que se propunham a “[...] abrasileirar o Brasil, sustentados nos três princípios que Mário de Andrade apontou como fundamentais: “o direito permanente à pesquisa estética; atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional” (ANDRADE apud MOISÉS, 2001, p.24). Esses três pontos são defendidos por Moysés Vellinho, e são especialmente evidentes nos exemplos da necessária superação da escola parnasiana mediante a criação de novas formas estéticas e na aplaudida tomada de posição da intelectualidade brasileira, que desestabilizaria a antiga, tomada por vadia¹⁷ (ARINOS, 1924, p.3). Esses dois pontos aliados definiriam a “consciência criadora nacional”, postulada por Mário de Andrade e precisada por

¹⁷ “Já não prevalece a estagnação vadia da nossa intelectualidade” (ARINOS, 1924, p.3).

Vellino em termos de busca do ritmo próprio (ARINOS, 1924, p.3) brasileiro.

Acontece que, no caso de Moysés Vellino, o tão almejado traço nacional era compreendido quase como uma abstração, se não se atentasse para as definições locais brasileiras. A totalização referencial da identidade nacional necessita das antíteses pululantes regionais, como foi desenvolvido pelo crítico no editorial 1 de *A Província de São Pedro* ao defender a linha de ação da publicação:

Província de São Pedro procurará manter em permanente ordem do dia, afora os assuntos de interesse geral e permanente, os **temas e motivos da formação rio-grandense e de sua evolução dentro dos limites maiores da nacionalidade**. A discussão e o livre debate em torno da nossa integração histórica e da nossa sedimentação social conduzem, forçosamente, **ao adensamento cultural do meio e do enriquecimento espiritual do brasileiro que aqui se fixou** para construir a sua querência e que, como os demais patrícios, ainda anda em busca de si mesmo na escassez humana da paisagem” (VELLINHO, 1945, p.7). [grifo nosso]

Observa-se no trecho citado a presença de um esquema interpretativo no qual o nacional desenvolve-se na região que está forçosamente dentro dos “limites maiores” daquele. O reconhecimento de uma história sul-rio-grandense, a partir de seus “temas e motivos” próprios, propicia o “adensamento cultural do meio” que permitiria a tomada da consciência nacional, enriquecedora espiritual do brasileiro. O brasileiro *abstrato* porque inconsciente de si, vai ser munido de definições locais, concretas, para se corporificar no gaúcho ou nos demais “patrícios”, brasileiros de outras regiões.

Uma grande influência para o pensamento de Moysés Vellino, especialmente no tocante a este movimento de compreensão pendular regional-nacional, foi Gilberto Freyre, que recém-egresso dos Estados

Unidos, articulou em torno de si nomes locais nordestinos no chamado *Movimento Regionalista*, que também contou com sua semana, a *Semana Regionalista do Recife*. As principais tendências podem ser lidas no *Manifesto Regionalista de 1926*, que, conforme as palavras do prefaciador¹⁸ do *Manifesto*, “fecundou mais de uma zona de sensibilidade ou de cultura brasileira, abriu-lhe meios novos de expressão ainda hoje visíveis em revistas e movimentos de jovens, intitulados ‘Região’, ‘Nordeste’, ‘Província’ [de São Pedro, provavelmente], ‘Clã’, ‘Bando’ e até há pouco tempo ‘Planalto’” (FREYRE, 1955, p.6).

Segundo o sociólogo Ruben Oliven, o *Manifesto Regionalista* é significativo em seu diálogo com o Modernismo de 22, ao problematizar a atualização do Brasil em consonância com os modelos estrangeiros. Ao mesmo tempo em que concebe a região como microcosmo onde se estabelecem as raízes mais íntimas das características brasileiras (1992). Assim, nas palavras de Gilberto Freyre, a realidade brasileira “[...] regionalmente deve ser estudada, sem sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem” (FREYRE, 1955, p.18).

O *Regionalismo* nordestino se constituiu de forma autônoma frente ao modernismo paulista (CHACON, 2001, p.60). O que não impediu um contato dos autores locais com o grupo de São Paulo e conseqüentes absorções poéticas das liberdades modernistas, “apesar das resistências emocionais que um Gilberto Freyre e um José Lins do Rego sempre opuseram à franca admissão de uma presença modernista anterior e paralela às profissões de fé regionalistas de ambos e de outros” (BOSI, 1970, p.388). De qualquer forma, o modernismo nordestino, como o próprio Alfredo Bosi salienta, teve sua face própria e não foi uma derivação de São Paulo (1970, p.388). Gilberto Freyre, que já estivera como convidado no

¹⁸ Prefaciador identificado apenas pelas iniciais AR, não sendo possível precisar sua autoria.

ateliê de Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade em Paris, achava que havia entre estes muito de estrangeirismo, daí, em parte, sua recusa modernista e conseqüente apego às “realidades regionais concretas do Brasil” (CHACON, 2001, p.72). A necessidade de mergulhar nas profundidades *concretas* das experiências brasileiras fez o grupo regionalista minimizar a experiência da *Semana* de São Paulo, tal qual o crítico sul-rio-grandense em sua *Bendita Vaia*, como exemplifica o testemunho de José Lins do Rego sobre a interpretação de Gilberto Freyre sobre a *Semana de Arte Moderna de São Paulo*:

O rumor da Semana de Arte Moderna lhe parecia muito de movimento de comédia, sem importância real. O Brasil não precisava do dinamismo de Graça Aranha, e nem da gritaria dos rapazes do Sul; precisava era de se olhar, de se apalpar, de ir às suas fontes de vida, às profundidades de sua experiência (REGO apud CHACON, 2001, p.72).

A crítica literária antecedeu as preocupações com relação à “[...] necessidade do respeito às peculiaridades regionais do Brasil” (CHACON, 2001, p.61), como demonstra a obra *História da literatura brasileira* de 1888, de Sílvio Romero, que foi o primeiro, como salienta Chacon (2001, p.26), a fazer uma conexão da historiografia com a literatura no processo de conscientização da brasilidade, sendo por isso, inclusive, acusado de sociologismo por José Veríssimo:

Se não é possível confundir as populações do Norte com as do Sul em pequenos países europeus...por que hão de confundir o Pará, Pernambuco ou o Ceará com São Paulo, Rio Grande ou Paraná!? A vida histórica nestas regiões, tão distantes entre si, não tem sido sempre a mesma (ROMERO apud CHACON, 2001, p.60).

Essa citação explicita bem como as especificidades regionais começaram a ser perspectivadas a partir de suas realidades próprias, fugindo do risco das descaracterizações que pudessem incorrer em *confusões* ocasionadas não só pelas distâncias geográficas, mas principalmente pelas peculiaridades

históricas das diferentes regiões, pois, como interpretava Gilberto Freyre, “dentro da imensidade quase continental desta parte da América, natureza e cultura têm as suas próprias subdivisões. Por isso mesmo precisa o Brasil defender-se permanentemente dos próprios inimigos internos do regionalismo orgânico” (FREYRE apud VELLINHO, 1970, p.7). As peculiaridades necessitam ser respeitadas sem incorrerem no bairrismo, um sentimento menor para Gilberto Freyre. O regional, para este, deveria estar subordinado à brasilidade e ao universalismo. Universalismo que é herança do gênio português, já que “as diferentes regiões se conciliam através do lusismo, comum, com o universalismo essencial” (FREYRE, 1942), concepção que inspirará Moysés Vellinho a tomar a região como parte plástica do nacional na interpretação sobre a formação histórica sul-riograndense, questão que será apurada no próximo capítulo.

A influência *freyreana* não se mostra puramente teórica em Vellinho; os indícios indicam que Gilberto e Moysés eram amigos, correspondentes e admiradores mútuos das obras um do outro. Quando Gilberto fora agredido em 1942 pela polícia política do Estado-Novo no Recife, Moysés Vellinho remete-lhe carta, que atesta a proximidade dos intelectuais, datada de 25 de julho 1944:

Só ontem soube, e ainda assim causalmente [sic], da covarde violência de que V. foi vítima em Recife. Agressão não a V. propriamente, que está acima dessa miséria, mas à cultura mesma do Brasil, que tem em V. e na sua obra uma das suas expressões substanciais. [...] Com esta portanto vai o afetuoso abraço de solidariedade do amigo muito grato e sincero admirador (VELLINHO apud CHACON, 2001, p. 81)¹⁹.

Gilberto Freyre, em ensaio intitulado *Moysés Vellinho e sua interpretação do Rio Grande do Sul*, compilado na obra *Pessoas, coisas e animais*, elogia Moysés Vellinho de “crítico admiravelmente lúcido e, ao mesmo tempo,

¹⁹ Carta pertencente ao Arquivo da *Fundação Gilberto Freyre*, localizada em Recife, Pernambuco.

fraternalmente generoso” (FREYRE, 1981, p.74). Outro índice de admiração intelectual se refere ao fato de Freyre ter dedicado a Moysés Vellinho (juntamente com Vianna Moog e Gastão Cruls) a sua obra *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* de 1942. Ao relatar ter lido um ensaio sobre Alcides Maya, Gilberto Freyre declara a sua experiência de leitor de Moysés Vellinho: “me parece um dos melhores estudos críticos já aparecidos no Brasil sobre o *ethos* rio-grandense-do-sul surpreendido numa de suas expressões mais provocantes: o gauchismo” (FREYRE, 1981, p.74).

Moysés Vellinho se convertera, a despeito da participação na Revolução de 30, num crítico do centralismo e da ditadura do Estado-Novo à época do regime, como explicita a *alfinetada* ao centralismo varguista no editorial 1 de *Província de São Pedro*, que alude os “que vêm com temor a vocação do país à multiplicidade cultural [...]” (VELLINHO, 1945, p.6). Essa opinião é mantida até o final de sua existência, quando afirma, em entrevista, que a grande política de *Província de São Pedro* era a afirmação contra o Estado-Novo e o “ditador de coisa nenhuma”, por isso, “o estímulo que buscávamos dar à literatura que procurava crescer nos diferentes cantos do Brasil” (VELLINHO, 1979, p.10). Os partidários do centralismo, supostos temerosos da multiplicidade cultural, são designados no mesmo edital de “maníacos” em plena era de queima das bandeiras estaduais: “se de tudo resultar uma nova afirmação das nossas peculiaridades regionais, é bem possível que os maníacos da centralização se encham de suspeitas e temores. Não faz mal” (VELLINHO, 1945, p.7). Nessa conjuntura de centralização política e administrativa “qualquer forma de regionalismo, mesmo dialetal ou simbólico, era vista como perigosa e passível de repressão” (ALMEIDA, 1977, p.76).

No caso de Moysés Vellinho, as influências freyreanas são bem diagnosticadas na concepção da região como unidade orgânica do nacional e no enaltecimento da lusitanidade, que empresta lastro comum às

diferentes formações regionais. Essas concepções modelarão a interpretação histórica da formação sul-rio-grandense, apreendida sob um enfoque que permite contemplar o nacional pensado pelo regional que não lhe será antagônica, mas, pelo contrário, fornecerá unidade ao nacional: “creio visceralmente que esta unidade é a própria razão da existência da vida brasileira, e a história do Rio Grande do Sul, fora disto, quase que perde seu sentido mais nobre” (VELLINHO, 1979, p.11).

A interpretação de Moysés Vellinho busca espantar concepções que tomavam o Rio Grande do Sul como terra *sem nenhum caráter*, ou de caráter dúbio porque de influência platina. Vellinho, para rebater essas concepções, definirá com tintas pesadas o traço luso-brasileiro da formação sulina, levando à condição de periférico tudo o que for considerado desviante a esse caráter aglutinador, já que as particularidades sulinas seriam “sempre animadas por aquilo que se pode chamar – mais que instinto – consciência de integração nacional” (VELLINHO, 1962, p.116). Imbuído dessa consciência, outrora tomada por instinto na interpretação de Machado de Assis, Vellinho minimizará as particularidades locais para que estas não corrompam o movimento de integração nacional: “será que se pretende converter a história rio-grandense, tão inteiriça, tão vigorosa no seu sentido e suas afirmações, numa espécie de terra neutra, politicamente indiscriminada, sem caráter nacional?” (VELLINHO, 1970, p.120).

2 A IMAGEM DE UM RIO GRANDE DO SUL NACIONALIZADO ATRAVÉS DAS MÁSCARAS DE SEU AUTOR

A instabilidade em que até hoje temos vivido, sem atinarmos, ainda, com o verdadeiro ritmo que há de, um dia, presidir ao duplo movimento estético e moral da nacionalidade[...]

Paulo Arinos

Estremecemos ao pensar no que é preciso de buscas para chegar à verdade sobre o mais fútil pormenor.

Stendhal

Dando continuidade à análise da identidade nacional do Rio Grande do Sul construída no discurso de Moysés Vellinho, o presente capítulo objetiva examinar os meios formais pelos quais o intelectual manipulou esta identidade em seus enunciados. A identidade nacional do Rio Grande do Sul formulada – e tautologicamente reafirmada ao longo da obra de Moysés Vellinho – será aqui analisada por meio de três eixos temático-discursivos: o gaúcho, os heróis formadores da tradição sulina e a formação histórica do Rio Grande do Sul. A construção de uma verdade, como a *verdadeira identidade* nacional do Rio Grande do Sul efetivada por Vellinho, pode ser uma tarefa longa, trabalhosa e múltipla em seus caminhos, conforme lembra a referida epígrafe de Stendhal. A busca pela compreensão desta identidade exige caminhos interpretativos não-retilíneos que possam alcançar a interpretação, esse *sutil maior*. O *pormenor* nacionalista luso-brasileiro é uma verdade comezinha que salta aos olhos de quem se deparar com a obra de Moysés Vellinho. São

páginas que exigem uma leitura indiciária do leitor, se este não se quiser deixar impressionar pelas *leviandades* do dito. É preciso atenção para os modos de enunciação das verdades de Moysés Vellinho que, longe de serem passíveis de captação textual, necessitam ser reconstruídas analogicamente para possibilitar ao intelectual falar o que não disse ou disse de forma maquiada nos meandros da ironia ou das “[...] sutilezas do seu pensamento, que sugere mais do que diz” (BARCELLOS, 1925, p.3).

A extensão da identidade nacional ao Rio Grande do Sul e ao seu tipo representativo, concepção-mestra das preocupações de Moysés Vellinho, necessita uma pesquisa de sua produção que se movimente como um pêndulo entre os domínios crítico e historiográfico nos quais o intelectual atuou. A particularidade multifacetada de Vellinho necessita que se ligue o crítico ao historiador, de maneira diferente ao da junção operada por Ieda Gutfreind, que interpreta Moysés Vellinho como o amálgama do crítico, do historiador e do político, os quais “fundem-se numa só pessoa” (1991, p.17). Que se fundem em uma só pessoa as distintas atividades intelectuais não se poderia duvidar, mas acredita-se problemático juntar o crítico e o historiador – dois autores de discursos distintos – num único sujeito. Antes parecem dois estilos particulares que, aproximados, revelam um a face do outro, respondendo cada um, mediante forma específica, à mesma dúvida de identidade.

É possível pensar nas facetas do crítico e do historiador num sentido muito próximo ao da *persona* latina, com o significado desenvolvido a partir das máscaras dos atores, utilizadas conforme o papel a desempenhar (ELIAS, 1994, p.131). É através da máscara que o *ator* fala. No caso de Vellinho, do crítico nasceu o historiador, mas crítica literária não é conhecimento histórico, são discursos que soaram por trás de máscaras específicas. Essas duas áreas do conhecimento, temporal, institucional e

mesmo nominalmente²⁰ desligadas uma da outra na vida intelectual de Moysés Vellinho, são aproximadas porque há um fio arraigado que as une em sua preocupação estruturante. Afinal, o ator que está por trás das máscaras é o mesmo, e é com esse sentido que se pode perceber a vinculação entre Paulo Arinos, crítico²¹, e Moysés Vellinho, historiador. Relação de permuta entre as duas *personas* que acabam por estabelecer, como acredita Flávio Loureiro Chaves, “a coerência da múltipla atividade intelectual de Moysés Vellinho, onde se alternam o historiador e o crítico, duas faces da mesma personalidade, uma completando a outra” (CHAVES, 1979, p.17). Tem-se, assim, Paulo Arinos, o ensejador de uma literatura que possa revelar o traço nacional, e Moysés Vellinho, o arquiteto de uma interpretação nacional para o Rio Grande do Sul.

Assim, dialoga-se com os dois discursos que percorreram aquilo que o próprio Moysés Vellinho respondeu sem explicitar formalmente como pergunta em seus esforços de pensar as relações da face particular nacional com o universal. Relações transmalhadas numa “‘coisa, acaso indefinida mas real, que é o íntimo e inconsciente nacional, produto da história, da raça, da geografia, dos instintos tradicionais’” (apud CESAR, 1981, p.21). O que é isso, senão a formalização de uma dúvida identitária, dúvida mais subliminar do que a formalmente explicitada, por exemplo, na obra de Roberto Damatta *O que faz o brasil, Brasil?* O que aparece consciente no discurso de Vellinho é a explicitação do resolvido, da solução encontrada para a pergunta, pois é a resposta que se deixa mostrar impudica no discurso; a pergunta, embora norteadora, serpenteia indefinida em muitos pontos. A dúvida sobre a identidade nacional sul-rio-grandense necessita ser reconstruída indicialmente por meio dos artifícios explicitados na

²⁰ A identidade Paulo Arinos foi abandonada em 1939, como afirmado no capítulo um. Sua última obra de crítica literária foi *Letras da Província* de 1944, com autoria de Moysés Vellinho.

²¹ A crítica de Moysés Vellinho “torna-se ao mesmo tempo literária e sociológica, isto é, busca pensar o texto em seu contexto. O discurso literário mantém a autonomia certamente, mas cabe ao crítico a tarefa de relacioná-lo aos demais sistemas de valores que compõem a vida social” (CHAVES, 1979, p.17).

resposta, já que “quando as causas não são reproduzíveis, só nos resta inferi-las a partir dos efeitos” (GINZBURG, 1990, p.169).

Foi a preocupação de identificar o gaúcho que tonificou a polêmica entre Paulo Arinos e Rubens de Barcellos²² em suas críticas literárias sobre duas conhecidas obras de Alcides Maya, *Tapera: cenários gaúchos* e *Ruínas Vivas: romance gaúcho*. Essas críticas fizeram a consciência social sul-riograndense voltar-se sobre si mesma, reavaliando a sua identidade (CHAVES, 1979, p.25). Neste embate de argumentos marcadores de posturas, duela-se pela nomeação e caracterização do tipo representativo sul-riograndense, se este poderia ou não ser expresso no termo *gaúcho*, com todo o peso da tradição que o termo carregava. Esse foi o eixo principal das críticas de Arinos e Barcellos que tangenciaram, em grande medida, a interpretação puramente formal²³ da obra literária.

2.1 O gaúcho moderno e nacionalizado: da crítica literária ao discurso historiográfico

A análise desenvolvida neste item almeja uma interpretação sobre a identidade do gaúcho ensejada por Moysés Vellinho. Essa identidade foi inicialmente plasmada na crítica literária sobre o romance *Ruínas Vivas* e o volume de contos *Tapera* de Alcides Maya²⁴. Sua crítica, inicialmente publicada em 1925 sob o pseudônimo de Paulo Arinos, perpassa o tempo e alcança a crítica de Moysés Vellinho dos anos 40, mantidos os principais pontos de vista sobre a obra de Maya. As concepções de Vellinho sobre o

²² Rubens de Barcellos (1896–1951): Seus ensaios histórico-sociológicos foram reunidos no volume *Estudos rio-grandenses* lançado em 1955 (CHAVES, 1979). Ingressou no IHGRS em 1924 (GUTFREIND, 1998).

²³ Como explica Flávio Loureiro Chaves, a reflexão crítica de Moysés Vellinho “transita do juízo estético para a articulação com a totalidade do painel social, da avaliação do mérito literário para sua integração no processo cultural” (CHAVES, 1979, p.17).

²⁴ Alcides Maya (1878–1944), ensaísta crítico-literário e contista-romancista. Entre as suas obras de ficção se encontram *Ruínas Vivas* de 1910, *Tapera* de 1911 e *Alma Bárbara* de 1922.

que é o gaúcho são transpassadas, em suas principais linhas de interpretação, para o seu discurso historiográfico iniciado na década de 60.

A primeira crítica de Paulo Arinos foi estampada nas páginas dominicais do *Correio do Povo*²⁵ de 16 de agosto de 1925, sob o título de *O papel da nova geração*. A réplica foi acionada por Rubens de Barcellos, publicada no domingo seguinte com uma aditivação no título: *O regionalismo e o papel da nova geração*. A polêmica adquire tons próprios de debate e se acirra com *Guerra à saudade*, de Paulo Arinos, publicada no dia 30 de agosto. Rubens de Barcellos responde com o ensaio *Regionalismo e Realidade* no primeiro domingo de setembro. Os embates entre os dois intelectuais têm fim com Moysés Vellinho em 15 de setembro com a crítica *Pessimismo e realidade*, numa réplica ao ensaio anterior de Barcellos.

Moysés Vellinho interpreta as obras *Ruínas Vivas* e *Tapera* como *saudosistas*, especialmente devido aos títulos, os quais os conteúdos só viriam a corroborar. Assim, na interpretação do crítico, “que são ruínas, que é tapera, senão destroços? Lembranças de coisas que se foram... Coisas mortas ou morrendo...” (ARINOS, 1925, p.8). Alcides Maya narrou em suas obras, segundo a compreensão do crítico, o esmorecimento da figura do gaúcho de maneira dolorosa, pois

[...] não lhe fora possível reprimir a dor, uma grande dor, ante os despojos dispersos de sua **nobre raça, filha da aventura das ‘bandeiras’ e de um longo e sangrento reencontro entre espanhóis e portugueses**. Quem um dia imaginou os seus irmãos heróis em retirada não soube vencer as lágrimas” (ARINOS, 1925, p.8).[grifo nosso]

²⁵ A imprensa constitui importante fonte de pesquisa histórica, pois ela agenda parte consistente da memória escrita de uma coletividade. As matérias veiculadas pelo jornal – como as críticas literárias de Arinos e Barcellos que discutem a pertinência de designar o sul-rio-grandense de gaúcho – provêm os cidadãos de definições que são parte do funcionamento do imaginário da sociedade (MARIANI, 1993).

A suposta *dor* manifestada pelo romancista explicaria a criação do saudosismo nas letras gaúchas por parte de Alcides Maya que, num aceno voltado ao passado, mimetizaria ao seu gosto a “[...] saudade dos bons tempos, a saudade da sua raça que morria, a saudade de si mesmo...” (ARINOS, 1925, p.3). A escolha do termo saudosista para qualificar a obra de Maya não terá sido vã e fora provavelmente inspirada no movimento homólogo português que iniciou em 1910 com a fundação da revista *A Águia*²⁶ (MOISÉS, 2002). O Saudosismo²⁷ constituiu um movimento que previa o estabelecimento de uma filosofia essencialmente portuguesa calcada na saudade, entendida como sentimento-idéia a ser cultuado e “que somente um português seria capaz de nutrir” (MOISÉS, 2001, p.238) em virtude de sua especificidade vocabular e sentimental. É Guilhermino Cesar quem explica a influência desse movimento português na interpretação de Moysés Vellinho sobre a obra de Maya:

[...] esse largo surto teve a puxá-lo uma utopia – o ‘nacionalismo tradicionalista’, a que se opôs energeticamente o ensaísta Antônio Sérgio, que viria a escavar sua trincheira, para melhor resistir-lhe, nas páginas da *Seara Nova*. Quer dizer, este último queria reunir as energias do país para ocidentalizar o mais possível a cultura portuguesa, inserindo-a no corpo da Idade Moderna, livre de uma interpretação que narcotizava o povo com a mera evocação sentimental dos esplendores renascentistas (CESAR, 1981, p.12).

A bandeira de reatualização da cultura lusitana, levada a cabo por Antônio Sérgio fora emprestada como argumento à luta do crítico sulino, segundo Guilhermino Cesar, para que chamasse à renovação as novas gerações literárias do Rio Grande do Sul. Contra a saudade imobilizadora presente na obra de Alcides Maya, Vellinho roga aos novos escritores sulinos “que o traço das nossas realidades assinale fundo o seu estilo. O que queremos é que eles revelem a nossa terra tal como ela é: não um cemitério de lendas, mas um jardim de palpitantes realidades” (ARINOS, 1925, p.8).

²⁶ E não *A Água* como se encontra em Ieda Gutfreind (1998, p.101).

²⁷ O mentor dessa escola foi Teixeira de Pascoaes, que dirigiu *A Águia* entre 1912 e 1916. No seio do próprio movimento *Saudosista* ocorreu um cisma, do qual surgiu a revista *Seara Nova* em 1921, de bases mais racionalistas que *A Águia*.

Vellino desejava que os novos poetas e prosadores sulinos se impusessem radicalmente contra a saudade por dois motivos, a “decadência” e o “afastamento” (expressões do crítico) que ela implicaria; e, para ele, só se sente saudade de algo que não está perto, o que no caso significa estar longe do gaúcho (ou de si próprio no caso de um enunciador do discurso sul-rio-grandense, como é a situação do próprio crítico). Ele não acreditou na decadência contida na idéia de saudade, pois cria que o ambiente sul-rio-grandense na época era um tempo “[...] afirmativo, impróprio à germinação de idéias e sentimentos decadentes” (ARINOS, 1925, p.8). Era um período que o crítico compreendia como o das “grandes assimilações” (ARINOS, 1925, p.8). O animismo decadente mimetizado por Maya estaria impresso, segundo Vellino, na incapacidade de renovação das personagens de Maya, personagens estas que comporiam o espólio das “[...] sociedades decadentes, onde a gente vive com os olhos fincados em glórias avitas, incapaz de reeditá-las” (ARINOS, 1925, p.6). Consistia um sentimento de aplasia dos que “acreditavam no passado e desconfiavam do presente, partido desencantado e melancólico” (ARINOS, 1925, p.8), concepção que não vingava a realidade sul-rio-grandense no enfoque positivo acionado por Vellino, pois para este,

[...] não são esses frágeis cercados de arame, que talham e retalham as grandes extensões de campo, que hão de intimidar e tolher as expansões do instinto cívico do guasca. Quando é tempo, quando lhe ferem o amor-próprio, ele destrói os aramados e restabelece os primitivos latifúndios, reconstruindo, num repente de loucura e de heroísmo, o cenário das velhas batalhas. Nada de esmorecimentos. A capacidade heróica do gaúcho é sempre a mesma (ARINOS, 1925, p.8).

Moysés Vellino procura lograr a verdade ficcional que mimetiza a derrocada do gaúcho mediante a *vontade de crer* perene a capacidade heróica do mesmo. A característica empenhada da crítica de Vellino toma em grande medida a obra literária como reflexo da realidade, pois a analisa em sua expressão ou significação social (ARINOS, 1925, p.3). Dessa forma, a crítica duela sentidos, luta por vencer a verdade ficcional por meio da observação social, provendo, assim, de outras verdades que não as ficcionais, a identidade do gaúcho. Todavia, não deixa de ser interessante

apontar que a criação de Alcides Maya se pretendia puramente ancorada em observações do entorno social – como a crítica de Vellinho, portanto –, como nos informa a interpretação de Marlene Almeida acerca da concepção de Maya sobre a sua obra, que se pretendia uma

[...] **obra de observação, triste e amarga, áspera e crua, do meio gauchesco.** Um trabalho em que estudara seus tipos sofredores, miseráveis e espoliados, ameaçados injustamente por um destino social trágico, devido à carência de recursos e à falta de cultura, somadas a uma série de circunstâncias morais atávicas **em descompasso com a civilização atual** (ALMEIDA, 1997, p.75).[grifo nosso]

Observadas e confrontadas as concepções do romancista e do crítico, elas evidenciam o mesmo ponto de origem, a observação social, que vai se bifurcar em compreensões antitéticas sobre o gaúcho. Se Maya diz ter se pautado na observação atenta dos tipos sociais, “do meio gauchesco” para transformá-los em personagens, por que Vellinho interpreta essas mesmas personagens como descoladas da *verdadeira* realidade social?

Nas obras de Maya, uma época heróica feneceria por não mais encontrar as condições específicas que deram origem ao gaúcho representativo, constituindo-o em sua identidade forjada no campo e nas batalhas. Miguelito, personagem principal de *Ruínas Vivas*, filho de Chico Santos, um autêntico guasca peleador, é um exemplo do gaúcho que, crescido num meio de paz, não conseguiria, segundo interpretação de Vellinho, dar vazão aos ímpetus guerreiros da *raça* e acaba descambando no crime. O crítico põe-se frontalmente contra a morte do gaúcho ficcional, morte propiciada pelo entrechoque anacrônico entre a figura tradicional do gaúcho e o tempo presente moderno, ao ponto de contrapor ao gaúcho agonizante outra imagem que lhe possa fazer frente. Esta nova imagem é a do gaúcho sociologicamente adaptado, em oposição ao tipo alcidiano, vinculado ao espaço da Campanha.

Ora, salvar a imagem do gaúcho tradicional, que tem seu pago furtado pela locomotiva, exigiu esforço do crítico para deslocar o tipo tradicional sulino de sua roupagem característica dos tempos heróicos para reconduzi-lo ao fluxo da história como ser dinâmico e em compasso com as transformações da modernidade. Se na obra alcidiana o gaúcho esmorece em *ruínas vivas*, devido às transformações modernizantes na Campanha, para Vellinho esse fatalismo é falseamento sociológico, pois, segundo seu ponto de vista, o pessimismo de Alcides Maya deriva “mais de fatores subjetivos que da observação desprevenida dos fatos sociais” (VELLINHO, 1944, p.19), estando a literatura em desconformidade com o real, o que implicou a desqualificação do *falso* gaúcho ficcional. Falso porque a obra de Maya se faz “[...] verdadeiramente notável como expressão individual e não como expressão coletiva ou social” (ARINOS, 1925, p.3). Se tanto o crítico quanto o romancista versam sobre o mesmo objeto dado empiricamente à observação, só se pode compreender a bifurcação das opiniões a partir da subjetividade dos intérpretes.

A suposta pobreza de aspectos representativos na obra de Maya – “donde será fácil concluir que o aspecto estritamente representativo das páginas do insigne escritor sulino resulte quase medíocre” (ARINOS, 1925, p.3) – perspectiva o alvo dos ataques de Vellinho à figura do narrador, atrelado à pessoa do autor, que é uma esfera que está para além do texto, cujas escolhas discursivas são tecidas pelo narrador. Este, no caso de Maya, estaria longe de fotografar o pampa, como o faria uma objetiva, por meio de uma postura descritivista-realista. É interessante frisar que este olhar da crítica é antípoda à própria concepção de Maya acerca do seu romance *Ruínas Vivas*, sobre o qual asseverou em um arrazoado intitulado *O Sr. José Veríssimo – clássico*²⁸, que o modelo inspirador do livro fora *Educação Sentimental* e a técnica narrativa fora a *flaubertiana*. Ou seja, não haveria antagonismo maior entre a composição de um autor e a leitura de um crítico. Para Vellinho, o narrador alcidiano focaliza a cena através

²⁸ Publicado na seção de crítica literária do jornal *A Época*, em outubro de 1912 (ALMEIDA, 1997).

de um foco criacionista pouco descritivo. O crítico, dessa forma, qualifica de “pessimista” (expressão do crítico) o narrador/autor alcidiano, já que para este, “[...] as coisas não têm voz. Quem fala é ele. Fala por elas, mas nem sempre diz o que elas diriam, caso as deixasse falar” (ARINOS, 1925, p.3).

Moysés Vellinho vincula, assim, a imagem penosa e decadente do gaúcho tradicional ao caráter subjetivo do autor da ficção, em cuja obra as personagens estariam em desacordo com os gaúchos reais, vivos, e não em vias de perecer, como compreendia o ficcionista. O viés de corte psicológico acionado na interpretação do crítico a respeito da obra de Alcides Maya é importante salientar, pois desqualifica em grande medida a obra do romancista, ao menos do ponto de vista pelo qual o crítico optou por analisá-la. A prosa de Maya poderia, segundo Vellinho, ser tomada sob dois aspectos: como reflexo de uma individualidade ou como reflexo de uma sociedade. E neste último ponto, pode ser analisada a significação social da mesma (ARINOS, 1925, p.3). A opção de Vellinho em basear sua análise na significação sociológica da obra, não o impediu de incorrer na leitura de base psicológica para resolver alguns pontos conflitivos da sua interpretação. Assim, o falseamento sociológico da realidade é justificado pela psique opressiva do autor da ficção.

O sentido opressivo que o crítico vê na obra alcidiana derivaria do malogro da Revolução Federalista²⁹. Esta conjuntura histórica vivida na

²⁹ Conforme Sandra Pesavento, a Revolução Federalista (1893-1895) foi a maior e mais sangrenta contestação ao governo gaúcho sob a égide do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e de seu líder primeiro, Júlio de Castilhos. Esta revolução foi levada a cabo por revoltosos articulados em torno de Gaspar Silveira Martins, que por terem adotado ideais parlamentaristas, opuseram-se tanto ao poder local quanto ao federal, sob a liderança de Floriano Peixoto. As forças maragatas foram subjugadas pelas facções governamentais, sob a promessa de um acordo, que não se efetivou, de revisão da Constituição, especialmente no ponto em que esta previa a reeleição do presidente do Estado, desde que obtido 3/4 dos votos, procurando impedir dessa forma, as sucessivas reeleições do presidente. A Revolução Federalista perdurou por um largo tempo as cisões entre sul-rio-grandenses, divididos entre maragatos e pica-paus (2002, p.79).

infância pelo romancista teria desacreditado o menino Alcides Maya. Assim, os olhos opressivos do autor que estariam por trás da máscara do narrador, operariam uma deturpação da realidade através do filtro psicológico pelo qual captam o real: “aquela sensação de aniquilamento que derreara o espírito do menino, haveria de perdurar, haveria de refletir-se longe, impregnando depois a obra do escritor e inspirando o sociólogo. [...] Aí está o suporte subjetivo de sua tese” (VELLINHO, 1960, p.19). A significação social da *opressiva* obra de Maya justifica-se, então, por ela ter surgido

[...] num período de descrença, de aplastamento moral, e reflete, fielmente, esse estado de ânimo. É um documento precioso desse tempo. **O erro do autor de ‘Ruínas Vivas’ está, porém em ter ele acreditado na permanência dessa crise.** Em vão se procurará nas suas páginas uma só palavra de confiança ou de fé (ARINOS, 1925, p.3). [grifo nosso]

A interpretação de Moysés Vellinho parte da *expressão* literária da obra de Maya para alcançar o “sentido sociológico de seu pensamento” (VELLINHO, 1960), como revela o título do ensaio dedicado ao escritor *saudosista*, compilado no volume *Letras da província* de 1944. Analisando os problemas de forma, o crítico vai perscrutando o sentido sociológico da expressão. No perfazer desse caminho crítico, Vellinho se detém, da mesma forma como fizera em 1925, na crítica à psicologia do autor, portador de uma cultura universal demais para narrar a terra em suas particularidades:

E então aconteceu o que tinha que acontecer; **o desencontro entre o imperativo de sua personalidade, já solidamente definida como expressão de cultura geral, e o do meio que ele pretendeu revelar no seu mais genuíno particularismo.** Foram duas forças que se desenvolveram, que se chocaram, sem nunca poderem resolver-se em harmonia. Pelo contrário, a colisão ressalta nos menores detalhes de suas obras de ficção, traduzindo-se principalmente na **falta de conformidade entre estilo e assunto. O escritor defende com brio sua cidadela e acaba sempre senhor do terreno, reduzindo tudo ao domínio do seu gosto, do seu temperamento, do seu caráter** (VELLINHO, 1960, p.12).[grifo nosso]

O *background* da inteligência do romancista inviabilizaria, assim, o próprio radiografar da terra e de seu tipo, tornando a expressão literária problemática em termos de verossimilhança, no que tange à desconformidade entre tema e expressão, o que implicaria prejuízos de compreensão sociológica.

Esse não foi um problema para Alcides Maya, conforme interpreta Marlene Almeida, pois o regionalismo para o ficcionista não se restringiria à descrição, mesmo que essa tenha sido a técnica empregada em *Ruínas Vivas* conforme explicitou o autor. Para o romancista, a emoção humana seria concebida em termos universais e “enfático, situou a possibilidade de realizar a obra de arte como resplendor da realidade, com base no talento criador do artista e não no ambiente onde se desenvolve a trama” (ALMEIDA, 1925, p.77). Percebe-se que para o romancista, não seria um problema aquele apontado pelo crítico, do interposicionamento do autor perante a realidade³⁰.

Para o crítico, era necessário ultrapassar a “intenção simbólica” (expressão de Vellinho), presente na obra de Maya, já que “no destino de seus heróis oculta-se o destino de uma estirpe, às vezes de toda uma coletividade. Atrás do novelista descobre-se o sociólogo em observação atenta, a perscrutar o destino da raça – ‘raça’ é a expressão de sua preferência – através dos lances e contingências do drama individualizado pela ficção” (VELLINHO, 1960, p.15). Pode-se observar na citação presente, o foco diretivo da leitura de Vellinho, que vê colada às personagens uma carga simbólica latente, a das qualidades virtuais da *raça*. As personagens de Maya, recortadas como metonímias “de toda uma coletividade” (VELLINHO, 1960, p.15) designariam, desta maneira, a

³⁰ Parece haver um paradoxo na posição assumida por Alcides Maya com relação à realização da obra de arte, que necessitaria da radical interposição do artista em sua concepção, e o modelo descritivista-realista empregado, conforme ele próprio anunciou, na composição de *Ruínas Vivas*. Não é o objetivo aqui, todavia, esmiuçar essa questão.

morte simbólica dos valores constitutivos da comunidade sul-rio-grandense tradicional. Isso parece ser uma interpretação extremamente projetiva, pois Vellinho descobre significados simbólicos para além da trama ficcional. O *sentido sociológico do pensamento*, que entrevê na própria figura do romancista o sociólogo, parece estar muito além das preocupações da *expressão literária*, chegando ao ponto do crítico abjurar a crença do perecimento da *raça* gaúcha cantada por Maya.

Já a partir do título do livro de contos *Tapera*, Vellinho enxerga um significado para além de “uma simples paisagem, mero conjunto de motivos plásticos ou pinturescos” (VELLINHO, 1960, p.16). A significação da obra de Maya extravasaria simbolicamente a compreensão puramente literária: “o que ali vemos cair aos pedaços não é uma construção qualquer, mansão sem história sem legenda, mas o largo teto que abrigara toda uma raça. A tapera, ali, é a imagem de uma coletividade que se desfaz e esboroa sob as intempéries da história” (VELLINHO, 1960, p.16). Essa concepção de casa, como abrigadora da raça, parece ser a própria casa do ser, conforme concebe Bachelard em sua *Poética do espaço*, daí esta obra fornecer chaves interpretativas interessantes para pensar o empenho na reativação da função da casa feita tapera por Alcides Maya. Assim, o “largo teto”, seria então, a própria casa acolhedora do *ser*, casa esta que pode ser a lembrança das casas onde ele se abrigou, entrevista na tradição, ou o desejo da casa onde se quer morar, como explica Bachelard (s/d).

A casa é, então, o espaço virtual da morada do ser, e guarda a legenda pessoal que é parte constitutiva da história coletiva. As relações indivíduo-sociedade, relações que se dão por partilha entre o *eu-nós*, fazem, segundo Norbert Elias (1994), com que cada indivíduo, mesmo sendo portador de uma idéia de singularidade, compartilhe uma fatia da noção identidade *eu* – numa espécie de balança – com a identidade *nós*, estando essas referências, portanto, em constante negociação dentro das sociedades modernas e contemporâneas. Dessa forma, pode-se compreender

como a casa do *ser* abriga a história coletiva do *nós*, os valores da raça. É especialmente por meio desta mediação indivíduo-sociedade que a *essencialidade* da identidade gaúcha parece ser reatualizada na obra de Vellinho, em seu embate empenhado de quem procura *salvar a própria pele* da ruína, de quem se vê desabrigado mediante a derrocada de valores da raça gaúcha individualizados em personagens que sucumbem aos tempos modernos.

A concepção da casa como vislumbrada por Bachelard, “[...] nosso canto do mundo, [...] nosso primeiro universo, [...] um verdadeiro cosmos” (BACHELARD, s/d, p.22), parece se coadunar perfeitamente à filiação afetiva de Vellinho à *casa* de sua *raça*, que não quer acreditar tapera, tragicamente pintada como uma paisagem agônica. *Tapera* seria, segundo a interpretação de Vellinho, um símbolo: “todo um vasto painel, em que se derrui, não um pobre casarão, onde uma só família houvesse habitado, mas um longo e largo teto, em que toda uma raça se abrigara” (ARINOS, 1925, p.3).

“Morta, mas ainda de pé, em debuxo ao fundo ermo dessa imensidão triste, que sensações provocas!” (MAYA, 1962, p.35). Terá sido possivelmente a agonia uma das sensações provocadas em Vellinho. Angústia ao vislumbrar nas páginas falsas do romance a derrocada da tradição que ele queria sociologicamente viva. A *casa da raça* feita tapera parece provocar em Vellinho desagradáveis sensações de desfiliação da terra, um conceito sociológico, conforme Roberto Damatta, que mantém significados próximos ao sentido da casa de Bachelard. Terra, assim,

[...] pode ser localidade, pátria, torrão natal, gleba, lugar, povoação, estilo de vida, território, propriedade e espaço sagrado, lugar onde nossos mortos devem ser enterrados e do qual nossos inimigos devem ser banidos, como ocorre nas expressões simétricas e inversas, *enterrar* e *desterrar*, que permitem recuperar o sentido sagrado, moralmente encharcado e totalizante da idéia de terra. [...] Terra que é lida como casa

(lar) e como tal não deve ser dividida e muito menos vendida (DAMATTA, 2004, p.23).

E muito menos soterrada, enquanto *casa virtual da raça*, poderia se emendar, pela implacável evolução histórica, como concebera Maya aos olhos de Vellinho. A casa que não pode ser tomada como uma construção qualquer, deixa entrever, no seu sentido de terra, a concepção de pertencimento, conforme pensado por Damatta. Ao se ver desfiliado de sua terra, o crítico resiste ao soerguer o que a ficção derrubou, nada menos do que a marca da legenda e a tradição forjada na história, abrigadoras virtuais das referências de identidade da comunidade sulina.

Para Vellinho se fazia necessário vencer a verdade ficcional que desabrigou a *raça* e o seu tipo social, por meio do desejo “de revelar a nossa realidade, a nossa bela e forte realidade, com a qual já não se coaduna o espírito que preside ao simbolismo doloroso de ‘Tapera’ e de ‘Ruínas Vivas’” (ARINOS, 1925, p.6). Para isso, é necessário vitalizar a casa da raça mediante novas identificações. A verdade literária, mentirosa dos fatos reais, longe de ser inocente, se faz perniciososa, pois mascararia nos meandros da trama ficcional um narrador não puramente literário, mas “soturnamente” travestido de *falsas verdades* sociológicas, pois, “sempre que o sociólogo toma a vez do artista é para anunciar, soturnamente, o dobre de finados de uma raça inteira...” (VELLINHO, 1960, p.18).

Ao fundo, a questão problematizada por Vellinho parece ser esta: como pode a literatura versar a morte do gaúcho, se somos gaúchos e estamos de fato vivos e reinventando a história? A leitura saudosista do gaúcho, sendo uma mentira ficcional, seria facilmente desmantelada para o crítico, se contrastada com os dados empíricos dados à observação na vida contemporânea da primeira metade do século vinte, um período de “evolução” e de “afirmação”, como acreditava o crítico, e não de derrocada:

Na ficção de Alcides Maya os rebates de afirmação obedecem invariavelmente a um aceno retroativo. São melancólicas evasões para o passado. Os horizontes se fecharam a quaisquer esperanças de ressurreição. Todas as resistências atávicas cederam à pressão do tempo. Só a tradição moribunda, se mede inutilmente com as forças vindas de fora para se apossarem da terra (VELLINHO, 1960, p.17).

As transformações modernizantes, tomadas por Vellinho sob o ângulo afirmativo, diferem diametralmente das opiniões de seu antagonista Rubens de Barcellos, para quem as forças modernas eram nefastas para o caráter e o modo de vida do tipo tradicional gaúcho, como se pode observar no trecho seguinte:

Que puderam eles contra tantas energias mecânicas, locomotivas, telégrafos, caminhões-Ford, – mais rápidos do que a veloz cavalaria andante da tradição épica, e contra as ceifantes metralhadoras? Adeus belas cargas de lança seca! Entoaram-nas as últimas estrofes dum canto bárbaro. Talvez ele ainda ressoe aos nossos ouvidos, mas a sua voz será cada vez mais fraca e distante” (BARCELLOS, 1925, p.3).

Para Rubens de Barcellos, as mudanças sociais são evidenciadas por Maya, “como faria uma objetiva fotográfica” (BARCELLOS, 1925, p.3), além de se darem por meio de uma perspectiva privilegiada, própria de quem se acha na “eminência dum cimo” (BARCELLOS, 1925, p.3). Maya, desta forma, mimetizaria em suas obras o retrato fidedigno da derrocada de formas sociologicamente *caducas* mediante o categórico da evolução, expresso no “progresso material, com a sua teia de forças mecânicas e interesses econômicos, inimigo implacável das antigas formas de heroísmo gaúcho” (BARCELLOS, 1925, p.3).

A perspectiva evolucionista, igualmente cara a Vellinho, é considerada sob o prisma positivo da transformação plástica do tipo mediante a modernização. Esta operação torna possível a transposição orgânica do gaúcho tradicional ao habitante sul-rio-grandense, diferente do

dicotomizado por Barcellos, pois para este “não é o mesmo rio-grandense de agora e o de antanho. O passado não se faz presente” (BARCELLOS, 1925, p.3). Evolução para Vellino implicaria transformação da forma, enquanto que para o seu adversário implicaria transposição da forma. Para este, Alcides Maya: “fixa a evolução, exprime o sentimento – que é certeza – da caducidade de certas formas, da evanescência de certos tipos que não morreram, mas vão morrer, e estão transitando para a esfumadora grisalha das coisas desaparecidas” (BARCELLOS, 1925, p.3).

Vellino aprimorou os seus argumentos sobre a revitalização da tradição mediante a evolução histórica, quase quarenta anos depois da polêmica com Barcellos, em *O Rio Grande e o Prata: contrastes*. Nessa obra, afirma a evolução nominativa do vocábulo gaúcho que “desbordou de sua paisagem nativa para sobreviver como idéia-força [referência de identidade sul-rio-grandense moderna]” (VELLINHO, 1962, p.119). É a “idéia-força”, a responsável por manter guardado o lastro da tradição mediante o devir histórico: “a velha Província de São Pedro já teria perdido a consciência de seu ‘etos’[sic] se o gaúcho revivido, não continuasse em guarda, velando pela chama que uma vez foi acesa nestes confins” (VELLINHO, 1962, p.119).

Para dominar nominalmente (ASSIS BRASIL, 2004), é necessário vencer o signo, decantar um sentido quando há disputas de significado sobre ele, como o explicitado nesse caso, onde se disputa a viabilidade de designar o moderno habitante sul-rio-grandense com o termo *gaúcho*. Para que uma determinada identidade desempenhe satisfatoriamente sua função identificadora em uma comunidade, ela precisa funcionar como um espelho, para que cada um que se diga gaúcho, ou seja designado como tal, possa, a partir de uma certa gama de particularidades compartilhadas e identificadas como próprias da *essência* ou índole gaúcha, identificar-se como gaúcho de fato. Isso é o que Roberto Damatta denomina de “lógica relacional” (2000,

p.17), espécie de zona de sensibilidade e reconhecimento onde a identidade designará *isso é, aquilo não é gaúcho*.

Para designar o habitante do Rio Grande do Sul, o termo gaúcho deveria ser atualizado em relação à sua indumentária tradicional, para que reunisse qualificativos capazes de identificar o moderno sul-rio-grandense. No caso da polêmica aqui tratada, o enfoque se dava pela *positivação* e transmutação de um tipo tradicional concebido em vias de perecimento, tanto no agônico literário de Alcides Maya quanto no sociológico de Rubens de Barcellos. Na crítica de Vellinho, a *verdade* possibilitada pela observação procura vitalizar o gaúcho real perante seu homólogo ficcional, expirante aos ventos da modernidade:

[...] o **gaúcho, reduzido e limitado, implacavelmente fixado no tempo e no espaço**, possível apenas dentro de especialíssimas **condições naturais e culturais inflexivelmente combinadas entre si**. Entregue a atividades e hábitos primitivos, **imobilizado** dentro de uma **indumentária** que não diria apenas de sua **caracterização pinturesca**, mas da própria natureza de seu **feitio moral**, estaríamos, sem dúvida, em face de um **tipo incapaz de enfrentar o tempo e transpô-lo**. Transformar-se, para ele, não seria viver, como ensinava Rodó, mas **renegar-se a si mesmo**, e perecer. **Confiado às leis do instinto**, afeito unicamente às **turbulências de fronteira e à livre campeiragem**, o gaúcho de Alcides Maya não encontraria, não poderia encontrar, num regime normal de ordem e disciplina, o ambiente propício ao surto de suas qualidades específicas. A crescente vigilância da polícia, amparada pela repressão da lei, haveria de criar uma atmosfera incompatível com o seu **conceito primário de liberdade**. Desta forma, sem capacidade de adaptação às mudanças que a evolução traz consigo, privado de um mínimo dessa **plasticidade psicológica imanente à própria condição humana**, o gaúcho, concebido dentro destas limitações, não poderia deixar de ser uma criatura inviável, tragicamente compenetrada, como os heróis de *Ruínas Vivas*, de que o seu destino é uma linha tensa, prestas a romper-se a cada instante” (VELLINHO, 1960, p.19). [grifo nosso]

A partir desse trecho, pode-se precisar a interpretação evolucionista do termo gaúcho por Vellinho, que buscou atualizar uma figura – estaticamente apreendida pela literatura de Maya por meio da *redução* e

limitação da sua personalidade às características precisas de um “tempo” e “espaço” que respeitam ao pampa e sua fronteira móvel. Esta *imobilização* do gaúcho operada por Maya o priva de se desenvolver historicamente, pois suas qualidades endurecidas o impedem de qualquer reinvenção frente aos novos tempos. A “indumentária” tradicional mimetizada na ficção é problemática e inviável, pois não diria respeito apenas à forma, expressa na “caracterização pinturesca”, mas também ao caráter, “feitio moral” das personagens, o que abalaria o gaúcho em sua psicologia. E isso parece ser ainda mais pernicioso para Vellinho, pois o que estaria a ruir não é somente uma vestimenta tradicional que poderia ser trocada por outra, mas a própria coisa em si, por meio da derrocada da autenticidade de seus costumes.

São hábitos moldados, segundo Ruben Oliven, pela bravura que fora exigida do gaúcho frente às necessidades de domar a natureza e também devido às particularidades desenvolvidas em função das lides campeiras (2002). Tais particularidades, no caso de Maya, estariam empedradas nas *especialíssimas* condições forjadas em meio às “turbulências de fronteira e à livre campeiragem” (VELLINHO, 1960, p.19), bárbaras para Vellinho, para quem “era preciso que fossemos uma tribo de berberes extraviada nas coxilhas se só nos sentíssemos à vontade em meio aos sobressaltos da guerra e às asperezas de um ruralismo primário e agressivo” (VELLINHO, 1960, p.20). O tipo emoldurado sob coordenadas implacáveis e tomado como um bárbaro se vê desprovido de uma racionalidade moderna, que lhe permitiria *evoluir*. Absolutizado por Maya em seus hábitos primitivos, o gaúcho não poderia ser coadunado ao gentílico pacífico, próprio de “um regime normal de ordem e disciplina” (VELLINHO, 1960, p. 19) como seria a vida em crescente urbanização e modernização de um Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. O gaúcho concebido por Maya poderia ser uma “criatura inviável” (VELLINHO, 1960, p.19), mas não seria uma “raça” inviável, pois a raça guardaria na sua legenda uma essência permanente que é maior do que uma forma circunstancialmente apresentada em espaço e tempo precisos, como explicita Vellinho no trecho seguinte:

Esse tipo poderá ter dado o tom a uma época, mas ainda assim encarnando uma classe, determinada fração social, e não uma raça na unanimidade de suas reservas, na inesgotável complexidade de seus valores. [...]. Não haveríamos de perecer simplesmente por termos vencido as crises e vicissitudes que deram colorido a determinado estágio da nossa formação (VELLINHO, 1960, p.20).

O tipo tradicional parecia ter duas soluções: ou a morte, em virtude de sua não-coadunação às formas *civilizadas* de convívio, suposta interpretação de Maya e Barcellos (e por contingência a falência do termo gaúcho em sua acepção tradicional para assim designar o moderno sul-rio-grandense), ou o seu alargamento no tempo até a contemporaneidade, opção de Vellinho. Daí que para este realizar o alargamento do termo gaúcho, pondo-o em consonância com os novos tempos, já que “o gaúcho ainda se sente bem de saúde ao lado da locomotiva, do automóvel, do telégrafo, do aeroplano, do jazz-band” (ARINOS, 1925, p.6), foi necessário rearticular duas temporalidades. Religava-se, então, o tempo das origens, conforme a concepção de tempo forte primordial de Mircea Eliade (1963), onde o gaúcho forjou suas qualidades de bravura e belicosidade, e o estendia numa linearidade diretiva de aperfeiçoamento, que permitisse, inclusive, a suavização de alguns traços bárbaros que deram o “tom a uma época” (VELLINHO, 1960, p.21). Com o entrelaçamento desses dois tempos, se garantia que o termo gaúcho não perdesse, mas renovasse suas qualidades de bravura constitutivas, provenientes, segundo Moysés Vellinho, da formação étnica lusa do Rio Grande do Sul: “a verdade é que os nossos ancestrais trouxeram consigo uma laboriosa tradição de além-mar e uma bravia experiência de sertões e de bandeiras. Nas veias dessa gente já pulsava o sangue com que o gaúcho iria escrever o seu poema épico” (VELLINHO, 1960, p.21). O gaúcho contemporâneo resulta desta forma, da reatualização de uma série de particularidades do gaúcho heróico tradicional, escritor do “poema épico”, qualidades essas que são transpassadas ao sul-rio-grandense que tinha, em consonância com os novos tempos, um romance a escrever.

A heroicidade do gaúcho tradicional é mantida em sua transposição para a forma contemporânea: “o coração do guasca ainda pulsa. O gauchismo não morreu – o gauchismo que não é apenas a nossa vocação belicosa, mas a fonte profunda das nossas energias, donde até aqui só tem derivado sangue, mas donde pode irromper água pura e fecunda” (ARINOS, 1925, p.6). A nobilitação do *gaúcho*, como esclarece Flávio Loureiro Chaves³¹ implicou a ressemantização do termo, permitindo que o elemento tido por desviante e marginal fosse alçado a símbolo da identidade regional. Para isso foram destacadas as funções de campeador e guerreiro; funções estas, tributárias da coragem, virilidade e argúcia (apud OLIVEN, 1992). Na interpretação de Vellinho, ao gaúcho é atribuída, ainda, a famosa adaptabilidade do gênio lusitano conforme concebido por Gilberto Freyre, para quem o povo lusitano é marcado pela plasticidade: “o gaúcho médio – esse que deve ser tomado em linha de conta, na presente discussão – sabe pelear, mas sabe também viver na paz. As cidades estão cheias de guascas urbanizados” (ARINOS, 1925, p.6).

Por meio da transposição do gaúcho tradicional ao habitante gentílico sul-rio-grandense, iam sendo decantadas as referências de identidade sul-rio-grandense moderna. Em virtude da herança lusa e açoriana, esta última portadora de “elementos de costumes sedentários na incipiente sociedade pastoril” (VELLINHO, 1960, p.25), o gaúcho pôde angariar novas características capazes de “moderar e disciplinar, em gerações sucessivas, os desgarres do gaúcho primitivo, reativando-lhe, quem sabe, velhas tendências adormecidas, provenientes dos troncos lusitanos” (VELLINHO, 1960, p.25). A essa herança foram agregadas ainda, as qualidades “pacíficas e laboriosas” (VELLINHO, 1960, p.26) dos imigrantes alemães e

³¹ O termo gaúcho como habitante do Rio Grande do Sul, em seu sentido gentílico, passou por diversas mutações de significado. O termo guasca foi cunhado no período colonial enquanto que gaudério era utilizado para designar os paulistas desertores que viraram coureadores e ladrões de gado, errantes de uma área de fronteira móvel. No final do século XIX, eles são chamados de gaúcho com a mesma carga pejorativa expressa no gaudério (apud OLIVEN, 1992).

italianos. Assim, é acoplada ao tipo tradicional a capacidade de adaptação que o faz se coadunar ao gentílico moderno:

[...] **a figura do gaúcho, alimentada e enriquecida pela legenda, ia projetar-se no tempo e ganhar espaço, já agora liberta de seus caracteres primitivos**, e acabaria, como por uma espécie de mimetismo sociológico, absorvendo na sua estrutura moral todos os rio-grandenses identificados com a terra não só por filiação histórica, mas ainda por aculturação ou adesão afetiva (VELLINHO, 1962, p.118). [grifo nosso]

Imune a uma concepção estanque porque exclusivamente atrelada ao passado, mas não totalmente “liberta de seus caracteres primitivos” como desejava, Moysés Vellinho concebe o tipo tradicional como uma espécie de base lapidar do que não é conclusivo e forçosamente impele ao desenvolvimento da forma por meio da adaptação das particularidades mediante as “injunções orgânicas da evolução” (VELLINHO, 1960, p.24).

A história do Rio Grande do Sul é concebida por intermédio da associação de dois tempos, já que “encerrado o ciclo heróico, definidas as instituições locais rigorosamente dentro do complexo brasileiro, a história nova do Rio Grande passou a ser escrita por todos os seus filhos solidariamente, sem distinção de procedências raciais” (VELLINHO, 1957, p.6). De acordo com a perspectiva de Vellinho, não é mais necessário o *barbarismo* da legenda gaúcha. Somente são necessários à “história nova”, certas fixações da imagem do gaúcho tradicional, a bravura e o próprio vocábulo designador que, devido à plasticidade da forma, *amaciou* os caracteres que o amordaçavam a um tempo tomado agora como circunstancial na história sulina:

[...] mais tarde, já sossegadas as fronteiras, outras gentes vieram de outros climas, a emprestar novas colorações e novos valores a essa mistura. Então já tinha o Rio Grande construído a sua legenda guerreira. **E é essa legenda, ponto de encontro e reconhecimento de seus filhos, que funde espiritualmente as**

gerações entre si e lhes dá a unidade histórica que as vincula ao todo nacional (VELLINHO, 1962, p.113).[grifo nosso]

A necessidade de modernizar o gaúcho, levada a cabo pela crítica de Vellinho, integra um largo movimento interpretativo presente também em sua obra historiográfica, que buscou deslocar qualquer concepção particularista ou autonomista do Rio Grande do Sul que pudesse ser tomada como alienada aos quadros nacionais. Não parece ser com outros fins que não os de estabelecer pontos de parença entre o gaúcho e o brasileiro que Vellinho escreve a sua obra *O Rio Grande e o Prata: contrastes*, lançada em 1962³². Fundamentalmente movido por meio da premissa dos gaúchos antagônicos é que a argumentação da obra se constrói pela confrontação antitética entre os dois tipos, que são a todo instante comparados para daí serem postos em lados distintos, alcançando, assim, a síntese do contraste essencial: “os homens do Rio Grande e do Prata, já marcados por um antagonismo atávico, seriam lançados uns contra os outros numa violenta reativação de rivalidades imemoriais, herança subjacente de velhas disputas peninsulares” (VELLINHO, 1962, p.8). Para tornar o gaúcho aproximado ao brasileiro, Moysés Vellinho precisou dissociar a imagem do gaúcho sul-riograndense do homólogo platino, cujo nominativo estaria a designar tipos antagônicos:

Quando a palavra ‘gaucho’ (gáutcho), que se apresenta como de origem quíchua, cruzou a fronteira rio-grandense, e aqui deitou raiz e alastrou-se, a modificação que sofreu não se limitou à brusca transposição do acento tônico. Na verdade, o apelativo ‘gaúcho’ iria ajustar-se a outro tipo social, portador de um lastro antropológico diferente: outra composição étnica e psicológica, outra polarização histórica, compromissos políticos **rigorosamente subordinados ao vasto plano de integração geográfica e cultural da nacionalidade** (VELLINHO, 1962, p.118). [grifo nosso]

Embora Moysés Vellinho citasse a etnia, a psicologia e processos históricos distintos como marcadores das diferenças entre os gaúchos

³² Esta obra publicada em 1962 se transforma em capítulo homônimo de *Capitania d’El Rei*, lançada dois anos depois. A transposição se dá mediante ligeiras alterações e é acrescida de alguns poucos parágrafos.

platino e sul-rio-grandense, o contraste primordial está no “compromisso político” do sul-rio-grandense à nacionalidade. O elemento político embora somado aos demais, se sobrepõe a eles como a modalização “rigorosamente” está a indicar e a argumentação desenvolvida ao longo da obra pode confirmar. Os pontos de parença entre o sul-rio-grandense e o platino se devem (e são restringidos a este ponto na interpretação de Moysés Vellinho) ao fato de terem surgido em áreas contíguas, na qual se prestaram às mesmas atividades do pastoreiro (VELLINHO, 1962, p.9). Já com relação às diferenças étnico-culturais, essas se devem ao fato do gaúcho sul-rio-grandense, ou o “brasileiro do extremo sul” (VELLINHO, 1962, p.7) estarem a serviço de outra tradição, a lusa, “antagônica” à hispânica em seus interesses de fronteira, cujas “relações de vizinhança, durante todo o ciclo da nossa formação, não foram outras senão os atritos e guerras de fronteira” (VELLINHO, 1962, p.8).

Os antagonismos se estabelecem mediante um atrito de contingência histórica proveniente da condição de fronteira, irreconciliáveis devido a uma legenda inalienável aos tipos. A condição inimiga do gaúcho sul-rio-grandense e do platino é decorrente das características herdadas dos diferentes colonizadores, já que para Vellinho os platinos são filhos do “orgulho e prepotência do espanhol” (VELLINHO, 1962, p.16). Antípodas portanto, ao gênio universal português: “imperioso, cru, esse modo de ser talvez explique, em grande parte, por que os fabulosos conquistadores que foram os homens de Castela revelam como colonizadores virtudes tão escassas”(VELLINHO, 1962, p.19).

Foram as virtualidades de raça que explicariam o caudilhismo platino e as dicotomias “campo e cidade, barbárie e civilização” (VELLINHO, 1962, p.40), tomados como fenômenos platinos por excelência, e provenientes do tratamento de arrogância do espanhol com relação aos elementos socialmente subalternos (VELLINHO, 1962, p.19), ambos os fenômenos tomados como inexistentes no caso sul-rio-grandense, conforme

a interpretação de Vellinho. Outro elemento de diferenciação entre os gaúchos sul-rio-grandense e platino adviria da miscigenação do europeu com o índio que, no caso platino, deu origem ao mestiço, um “elemento de raivosa pugnacidade” (VELLINHO, 1962, p.13). Já “na formação antropológica do nosso campeiro, o índio não só entrou com um contingente bem mais pobre, como trazia a alma sem a carga de ódio com que ele reagiu ao desprezo e às violências do espanhol, nas campanhas platinas” (VELLINHO, 1962, p.34). O elemento mestiço é, portanto, um ponto contrastante nas diferenciações estabelecidas com o gaúcho do Prata e constituirá também elemento diferenciador na discussão sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul, da qual o elemento autóctone fora extirpado, bem com a experiência missioneira, ponto que será tratado adiante.

2.2 Os heróis e o anti-herói: um debate concebido entre a História e a Mitologia

Às vésperas do bicentenário da morte do índio Sepé Tiaraju que ocorreu em 7 de fevereiro de 1956, um oficial do Exército, o Major João Carlos Nobre da Veiga, sugeriu ao governador do Estado, a edificação de um monumento em homenagem ao índio reduzido. O governador solicitou a opinião sobre a pertinência do monumento aos membros do IHGRS que emitiram parecer publicado no *Correio do Povo* em 29 de novembro de 1955. O documento vem assinado por Afonso Guerreiro Lima, Moysés Vellinho e Othelo Rosa, seu relator. Mansueto Bernardi salienta em sua obra *O primeiro caudilho rio-grandense* que a pertinência do monumento não evoca motivos de brasilidade pela parte do major, como o Instituto compreendera, já que a questão da brasilidade seria um anacronismo pelos idos de 1750. O pedido se fazia em “em termos de valor pessoal, de lutas, de glórias, de sacrifícios, de heroísmo, de apego à terra natal, de resistência”, encarnados por Sepé (BERNARDI, 1957, p.49). Mas não foi por esses termos que Moysés Vellinho compreendera a questão

A homenagem presente na edificação de um monumento a Sepé conduziria, segundo Moysés Vellinho, a um “bifrontismo histórico incompatível com a veneração que devemos aos que, no passado, lutaram por conservar dentro das confrontações luso-brasileiras as terras do Rio Grande” (VELLINHO, 1957, p.155). Bifrontismo significa, no enunciado de Vellinho, a conciliação de fatores adversos na formação histórica sul-riograndense, já que havia duas frentes antagônicas em disputa pelas possessões territoriais meridionais. De um lado, os jesuítas, de outro, o que o historiador designa por *fundadores do Rio Grande*. A experiência missioneira dos jesuítas, denominada “ciclo antibrasileiro”³³, é um hiato temporal e espacial que deveria ser alienado da história sulina. Desta forma, Sepé era um elemento pertencente ao outro ciclo, que só não é estranho à tradição gaúcha, como Vellinho gostava de frisar, porque nela figurou como inimigo, um agente da “desintegração nacional” (VELLINHO, 1957, p.157).

O bifrontismo histórico conduziria, para Moysés Vellinho, à dupla identidade do Rio Grande do Sul, apresentada por uma imagem marcada por duas faces, uma voltada para o Prata e a outra para a ação catalítica luso-brasileira. Essa dupla “visada”, possibilitada pelas duas frentes, corromperia a identidade nacional que se pretendeu única, construída sob o primado da colonização portuguesa. Por isso é que o bifrontismo era visceralmente negado, constituindo-se numa “falta de consciência histórica” (VELLINHO, 1970, p.109). O desconfortante para o intelectual são as interpretações históricas que possibilitam dar vazão a um duplo viés genealógico do Rio Grande do Sul – que se pretende intimamente nacional, já que do ponto de vista da história política, preferência elegida no enfoque interpretativo de Vellinho, era impossível a acomodação de duas tradições

³³ Expressão apropriada do historiador português Serafim Leite S.J. Esse estudioso concebeu a distinção entre “‘o ciclo português e portanto brasileiro’” e o “‘ciclo que às vezes foi anti-brasileiro, o ciclo paraguaio’” (Apud VELLINHO, 1957, p.156).

antagônicas sob o prisma do “dúbio critério, acomodatório e misto” (VELLINHO, 1970, p.105):

Nem por sermos hoje, mais que bons vizinhos, amigos fraternais dos povos que nos cercam, devemos tolerar a distorção da história ao ponto de confundirmos no mesmo culto os nossos heróis de verdade e aquele que do campo contrário os combateram como inimigos? (VELLINHO, 1957, p.7).

Essa passagem evidencia preocupações que não deveriam figurar em questões de natureza puramente científica. Se a história não pode ser distorcida em nome da verdade, poderia ela referendar o culto de heróis? São indagações dessa ordem que se procura apresentar acerca das relações estabelecidas entre a história e a mitologia, que embora sejam tradicionalmente perspectivadas como antagônicas, uma tomada como reduto da crença e a outra como produto da verificação científica, podem estabelecer reciprocidades – a despeito de pressupostos teóricos e interpretativos próprios que as configuram como distintas – na manipulação de ferramentas comuns na tarefa de rememoração do passado. São imbricamentos entre ciência e mito que possibilitam, por exemplo, que a história crie mitos ou objetos de estudo fundamentados em mitos, a despeito da neutralidade científica tradicionalmente requerida em seu discurso.

A palavra mito, aqui, não é utilizada no seu sentido de relato fantasioso. Essa não é uma palavra opaca, mesmo quando se precisou seus significados na Antropologia. Mesmo depurado enquanto conceito, ainda há um sentido mais lato do mito que arrasta consigo qualquer sombra de mentira, de algo que não logrou um certo desenvolvimento histórico com o nascimento da filosofia grega. E, com relação à ciência, a esta não diria respeito, posto que nos estreitos caminhos do desenvolvimento do método científico não haveria lugar para o mundo mítico. Dessa forma, o paradigma da ciência, em sua linha teleológica, deu as costas ao mundo mítico, pensando que o deixava para trás (LÉVI-STRAUSS, 1978).

A outorgação do valor de verdade ao pensamento mítico fora reforçada sob a esteira da análise estruturalista de Lévi-Strauss, que visa apreender o sentido do mito sob uma invariante à aparente desordem do que se manifesta culturalmente. Isso permitiu uma guinada interpretativa que estaria agora subordinada à construção das relações estabelecidas pelas formas, e não mais atrelado ao significado prévio, rechaçando a alcunha de insignificação ou absurdidade das manifestações culturais míticas – produto de mentes *primitivas*, como se pensava, destituídas de saber ou conhecimento. Lévi-Strauss implode com essa lógica ao salientar que o relato mítico possui significado e este é prescindido pela ordenação dos elementos que se relacionam no mito de forma lógica. O mito tem sim uma lógica, intelectual, construída por meio das formas concretas que manipula em seu relato, que visam significar e ordenar o mundo por meios intelectuais através das “imagens tiradas da experiência. Esta é a originalidade do pensamento mitológico – desempenhar o papel do pensamento conceptual” (LÉVI-STRAUSS, 1978, p.37).

A partir das considerações de Lévi-Strauss é minimizado o *irredutível* antagonismo entre a História e o mito, oposição simplificada segundo o antropólogo, já que existiria um nível intermediário entre eles. A História apresenta um sistema de interpretação aberto, observado na diversidade de interpretações que permite em relação ao mito. Este, por sua vez, é um “sistema fechado”, mais estático, onde os mesmos elementos mitológicos são combinados de maneiras diversas (LÉVI-STRAUSS, 1978, p.61). Em que pontos do fazer historiográfico podem residir características que são próprias do mito? Pois, como pergunta o antropólogo, “quando tentamos fazer História científica, fazemos, porventura algo científico ou adotamos também a nossa própria mitologia nessa tentativa de fazer História pura?” (LÉVI-STRAUSS, 1978, p.62). É possível pensar que os componentes provocativos dessa pergunta podem ser vislumbrados na figura do historiador que, na observação e análise dos eventos, movido por necessidades subjetivas, pode, e aí se dá o paradoxo, criar objetos fundamentados em mitos, em função da própria observação, sustentando-os

cientificamente em seu discurso, irmanando, assim, elementos da crença com a análise que se pretendia estritamente científica. O filósofo Gianni Vattimo é outro que se interessa com a perduração das crenças míticas no mundo contemporâneo, entendendo como precárias as formas de racionalidade que possam designar de *míticas* outras formas de saber (VATTIMO, 1989, p.44). E, indo mais além, pensa que os “princípios primordiais” sobre os quais é construído um determinado *universo cultural* não são objeto de saber puramente racional, de natureza demonstrativa, deixando aberta a

[...] possibilidade de os considerar [os universos culturais] como objeto de um saber de tipo mítico: mesmo a racionalidade científica, que constituiu durante tantos séculos um valor directivo para a cultura europeia é, afinal, um mito, uma crença partilhada na base da qual se articula a organização desta cultura; e assim [...] é também um mito, uma crença-guia não demonstrada nem demonstrável, a própria idéia de que a história da razão ocidental é a história do afastamento do mito (VATTIMO, 1989, p.44).

Por intermédio dessas chaves interpretativas é que se pode inferir o significado da permanência de elementos próprios da crença no discurso de Moysés Vellinho. Seu fazer historiográfico subjetivamente comprometido é formalmente explicitado em seu enunciado: “[...] nossa posição em face deste caso não há de ser a de quem julga com a displicência dos neutros, como se nos fosse lícito ver as nossas próprias coisas do ponto de vista dos Sírius...” (VELLINHO, 1970, p.119).

Não deixa de ser interessante essa tomada de posição do historiador em face dos temas que aborda, visto que soa como atar um guizo ao próprio pescoço – alardeando-a ideológica, impregnada de uma visão de mundo muito bem definida. Todavia, a explicitação radical da subjetividade de Moysés Vellinho, frente aos temas que aborda, parece não deturpá-lo da crença de que a verdade científica repousa ao seu lado, por um único motivo: a verdade está conosco e não ao lado dos “sírius”. Esse elemento

próprio da crença parece ter sido a bússola mitológica de posicionamentos históricos conflitantes no contexto do debate historiográfico sulino do século passado, dicotomizado em duas grandes frentes que lutaram por uma hegemonia de interpretação acerca da formação histórica sul-rio-grandese, a matriz lusitana e a platina, como destacado por Ieda Gutfreind (1998).

O enfoque político priorizado por Vellinho na análise da formação do Rio Grande do Sul, tomada como produto de duas linhas de oposição – a luso-brasileira e a hispânica – tem como argumento, que a tradição que deveria resguardar a memória do índio Sepé era a de cultura hispano-americana, pois o indígena agia movido por interesses contrários aos luso-brasileiros:

Quando homens como Francisco Pinto Bandeira, pai do fabuloso Rafael, e Cristóvão Pereira, – esses, sim, legítimos patriarcas do Continente de São Pedro, – se encontravam na tronqueira de Rio Pardo **plantando os marcos do nosso crescimento, construindo com os seus homens o Rio Grande do futuro**, quem foi que lhes surgiu do outro lado, do lado inimigo para disputar-lhes a posse da terra, senão o próprio Sepé em carne e osso? (VELLINHO, 1957, p.7). [grifo nosso]

O conflito é posto, como se observa, no antagonismo do herói (ou heróis) e do anti-herói, que “estava vigorosamente no seu papel” político de “tenaz inimigo dos fundadores do Rio Grande” (VELLINHO, 1957, p.7). Tomados, Francisco, Rafael Pinto Bandeira e Cristóvão Pereira, como “patriarcas legítimos” do Rio Grande do Sul, eles são dotados de uma função positiva, pois eram os fecundadores do “Rio Grande do futuro” como expressam os verbos do campo semântico criacionista: *plantar* e *construir*. Para o historiador, essas personagens não deveriam ter sua memória poderosa maculada, por isso trazer Sepé “de seu lado para o nosso, começa por ser uma injúria à sua própria memória”, ao mesmo tempo em que desqualificaria “os esplêndidos construtores do Rio Grande de São Pedro” (VELLINHO, 1957, p.7). Proporcionalmente, na medida em que os heróis de estrato luso são enaltecidos, decresce qualquer caracterização de

heroicidade atribuída à personagem Sepé, que recebe no discurso de Vellinho, a encenação de sua morte com tintas pouco coloridas: “num encontro fortuito, poucos dias antes do combate de Caiboaté, sofreu uma rodada bem pouco épica e foi atingido e morto por um tiro de pistola. Apenas isto” (VELLINHO, 1957, p.10).

O historiador invalida assim, o que do seu ponto de vista é distorção histórica, como a pseudo-heroicização de anti-heróis nacionais como Sepé Tiaraju que, na trama do historiador, tem esfumada as tintas que o pudessem colorir como personagem histórica. A desvalorização da personagem histórica Sepé é justificada na medida em que ela se ergueria “no âmbito impalpável do mito com mais relevo que no plano da história propriamente” (VELLINHO, 1970, p.121). Assim, para Vellinho, sob o risco de cair em pernicioso anamnésia cívica, é necessário expurgar os falsos heróis históricos da tradição sulina, pois “[...] o nosso panteon cívico não pode dar agasalho a um ‘indígena que tinha um sentido de pátria e que se firmou contra os portugueses’” (VELLINHO, 1970, p.117).

A desqualificação da figura de Sepé Tiaraju, por pertencer ao âmbito da *fábula*, não exime o historiador de operar verdadeiras criações míticas em sentido contrário, tornando heróis personagens históricas encarnadas em figuras como Silva Paes, “o fundador do Rio Grande do Sul” e o tropeiro Cristóvão Pereira, “senhor de todos os caminhos” (VELLINHO, 1970, p.137). Esses são os únicos heróis possíveis de serem referendados, heróis condutores do destino da comunidade, posto que são os guardadores dos “tempos primordiais” (ELIADE, 1963) da história do Rio Grande do Sul. Temos, assim, a construção histórica derrubando mitos e edificando outros que possam catalisar as funções dos heróis culturais legítimos. Estes, ao contrário de Sepé Tiaraju, gozam da autoridade dos testemunhos históricos, testemunhos que falam segundo a ótica do historiador que, munido da verdade científica pode outorgar à comunidade lições de rememoração, visto que esta pode cair em desengano cultuando algum falso herói, como a

obscura figura de Sepé Tiaraju, fruto do mito, que “se insinua pelos arraiais, e ei-lo emprestando seu nome a escolas e logradouros públicos, e até a centros de tradição!...É que nem todos se apercebem de que não é este o meio mais honroso de dignificar a autenticidade das nossas raízes...” (VELLINHO, 1970, p.117).

Alinhavados à interpretação histórica, Moysés Vellinho traz argumentos que extravasam aos de base puramente científica, como evidencia a evocação dos *verdadeiros heróis* da formação sulina. Para fins de rememoração, o historiador apela para os componentes essenciais da tradição na qual se auto-filia: “por que então usufrutuários que somos do heroísmo e dos sacrifícios dos nossos campeadores d’antanho, haveríamos de tripudiar sobre seus feitos” (VELLINHO, 1970, p.119). Para isso, rogaria, caso fosse necessário, às próprias *almas* desses heróis luso-brasileiros a respeito da impertinência da celebração de um anti-herói, este sim denominado explicitamente de “fantasma” (refere-se a Sepé, cf. VELLINHO, 1970, p.117) a assombrar os verdadeiros heróis: “que diriam eles, do fundo de suas tumbas, se nos surpreendessem a escamotear o reconhecimento que lhes devemos” (VELLINHO, 1957, p.7). De forma subjetiva Vellinho põe-se na condição de continuador da tradição inaugurada por esses predecessores, pondo-se em vigília às injúrias da falsa rememoração e celebração, já que, como aponta o historiador, “não são poucos os que tentam arrastá-lo [a Sepé], a viva força, para a comunhão dos heróis rio-grandenses!” (VELLINHO, 1970, p.116).

Os heróis luso-brasileiros são os “ponteiros da nacionalidade” (VELLINHO, 1970, p.102) imbuídos de uma consciente missão construtora da pátria: “os primeiros povoadores do Continente de São Pedro, que foram também os seus primeiros soldados, não surgiram do chão como obra do acaso. Vieram, sabendo a que vinham” (VELLINHO, 1970, p.102). A função cívica estava colada à ação desses tropeiros em guerra contra os espanhóis. Eles expandiam as fronteiras e fundavam o Rio Grande do Sul

que se animava por meio de suas obras instintivamente pátrias: “as inspirações da condição política que o fronteiro trazia consigo juntamente com suas armas” (VELLINHO, 1970, p.102).

A mitificação dos heróis *verdadeiros*, diante dos quais o historiador punha a coletividade sul-rio-grandense na qualidade de herdeira cultural, se dava mediante um acesso ao passado, por meio da pesquisa historiográfica. A formação sul-rio-grandense tomada sob uma perspectiva isenta de marcas dúbias na genealogia, forja a identidade pura circunscrita ao legado da expansão luso-brasileira. A auréola mítica que envolvia a imagem do inimigo Sepé Tiaraju que “altera e deforma, em suas linhas essenciais, a personagem real, única a ser vista e compreendida pela exegese da História” (VELLINHO, 1970, p. 121), não impediu que Moysés Vellinho operasse na *sua* interpretação histórica, o que condenava no lado oposto, ou seja, o reconhecimento mítico de sujeitos históricos. Pelo lado de cá, as personagens históricas, norteadoras da identidade luso-brasileira, eram os heróis possíveis de rememoração, personagens como os Pinto Bandeira e Cristóvão Pereira, tomados como os legítimos patriarcas do continente, os condutores épicos do destino da comunidade: “símbolos de integração e não de desintegração nacional” (VELLINHO, 1957, p.10). A clarificação do passado, no discurso historiográfico de Vellinho, objetiva assim, uma tomada de consciência subjugada às necessidades cívicas. Para isso, a ciência estava ao seu lado, os documentos não haveriam de mentir, embora o historiador pudesse fingir³⁴ sobre eles.

³⁴ Sempre que aparecerem as expressões *fingir*, *fingida* ou *fingidor*, elas se referem ao sentido de verdade permitida pela mentira ficcional conforme o poema *Autopsicografia* de Fernando Pessoa: “O poeta é um fingidor./ Finge tão completamente/ Que chega a fingir que é dor/ A dor que deveras sente”. Mentira permitida pela ficção mas estranha à história, um discurso onde se espera a fidedignidade dos enunciados. Moysés Vellinho, não sendo fidedigno à verdade factual, finge tal qual o poeta a realidade.

2.3 A formação do Rio Grande do Sul no discurso historiográfico de Moysés Vellinho

Se é por meio da crítica literária que Moysés Vellinho inicia sua obra, finaliza-a no domínio dos estudos históricos; as suas posturas são então munidas de *provas* documentais. Seu discurso historiográfico é de uma interessante especificidade formal, pelo tratamento que o autor dispensa às fontes e documentos. Lançar-se-á mão das interpretações já realizadas pela historiografia quando o estudo da temática em questão exigir, para, desta maneira, compreender por uma gama maior de enfoques os mecanismos pelos quais o historiador constrói uma narrativa nacional para a história sul-rio-grandense.

O trato dispensado ao documento é um ponto importante a ser considerado no fazer historiográfico de Moysés Vellinho. O estatuto do documento se mostra diferente na obra de Vellinho e na de seus pares do IHGRS, Aurélio Porto, Souza Docca e Othelo Rosa. Esses foram na expressão de Ieda Gutfreind, “garimpeiros de documentos”, num contexto onde a história era construída por meio de recortes de velhos livros (GUTFREIND, 1998). Para Aurélio Porto, o documento era comparado ao ouro de alto quilate que serve de lastro para a interpretação histórica. Para Souza Docca, o trato dispensado ao documento implica “[...] descobri-lo, eliminar-lhe as impurezas ao toque da crítica histórica, para que se engaste à verdade” (apud GUTFREIND, 1998, p.68). Othelo Rosa, por sua vez, foi um autor que concebeu o papel ativo do historiador na reconstituição histórica a partir do documento como indício (GUTFREIND, 1998, p.88), embora esse documento encerrasse um valor essencial de verdade (GUTFREIND, 1998, p.95).

O que se observa no discurso de Moysés Vellinho é que há muito mais uma estratégia de evocação ao documento, através de um artifício textual, do que a efetiva tomada dele como fonte de pesquisa histórica. Ainda porque a documentação primária, apesar de louvada em sua importância, aparece rara em sua produção e, quando aparece, é acionada indiretamente na maior parte das vezes, posto que tomada da obra de outros historiadores, que acabam por constituir a fonte principal de sua interpretação histórica. Seu discurso historiográfico *conta* a partir do que outros leram nos documentos.

A referência ao documento como fonte de pesquisa histórica aparece, com frequência, no discurso historiográfico de Moysés Vellinho, como forma de alcançar uma ilusão maior de fidedignidade à interpretação histórica, não havendo muitas vezes, referências explícitas a quais documentos o historiador faz referência e qual o caráter e conteúdo desses documentos. Exemplifica-se a questão com uma apelação do autor aos seus leitores: “a quem interessar por informações completas a respeito, não custa ir aos documentos da época, a começar pelos de extração jesuítica” (VELLINHO, 1970, p.104). O historiador põe-se, dessa maneira, no papel de detentor das verdades documentais, não as compartilhando com os leitores e tampouco indicando a natureza ou localização dos documentos citados. Trazer à tona o documento em situações como a demonstrada acima, seria muitíssimo necessário para desta forma angariar maior veracidade à interpretação, já que o tema tratado neste caso é um ponto nevrálgico da argumentação do historiador (a função não puramente catequética, mas política dos Sete Povos das Missões, interpretação que vai corroborar na sua tese de expurgação da experiência missionária da história sulina).

Outro exemplo do particular trato dispensado ao documento por Moysés Vellinho é quando, na introdução de *Capitania d'El Rei*, o autor desqualifica a interpretação do historiador Alfredo Varela, contrária à sua em relação à natureza brasileira da Revolução Farroupilha³⁵. Para sobrepor a sua interpretação ao do antagonista, apela a fontes ocultas: “já se pensou na onda de malquerenças que o trato com Varela é capaz de levantar entre os que não disponham de melhores fontes” (VELLINHO, 1970, p.4). Mais uma vez, a fonte da qual teria *jorrado* o conhecimento verdadeiro não é explicitada. Em outro momento, ao justificar sua interpretação de que os jesuítas portugueses se anteciparam aos espanhóis, na catequese em futuro território sul-rio-grandense, assenta sua interpretação na *Coleção de Angelis* (a mais completa documentação de extração jesuítica sobre as Missões), mas não explicita em qual dos documentos da coleção teria se baseado. A evidência documental se mostra por meio dos seguintes termos: “graças à divulgação da Coleção de Angelis, tão fecunda em revelações retificadoras, sabemos hoje...” (VELLINHO, 1970, p.58). Ora, a mera divulgação da *Coleção* não significa que se tenha efetivamente consultado a fonte que, como qualquer outra, necessita de análise e crítica documental. Em outro momento, provavelmente se referindo novamente à *Coleção de Angelis*, interpreta como temporais os planos dos “padres seculares” (expressão dele mesmo), assentando possíveis posicionamentos contrários à sua interpretação no desconhecimento somente justificável por “quem nunca leu as velhas cartas dos milicianos de Santo Inácio” (VELLINHO, 1970, p.68).

³⁵ Como afirma Ieda Gutfreind (1998), Moysés Vellinho não se preocupou em desenvolver o tema da Revolução Farroupilha. No entanto, ele tinha uma opinião bem marcada sobre o episódio, e a reproduziu em vários momentos de sua obra. Para ele a Revolução Farroupilha estava vinculada “aos focos de fermentação liberal de que resultaram todas as agitações e revoluções brasileiras da época” (VELLINHO, 1962, p.44). Desta forma, “os homens de Bento Gonçalves e de Neto não eram de forma alguma estranhos à nacionalidade” sendo desta maneira, irmanados aos demais brasileiros (VELLINHO, 1945, p.6).

Quando se põe a narrar a “decadência” em que supostamente se encontravam as almas dos “pobres paraguaios” – assim denomina os Guaraní reduzidos (VELLINHO, 1970, p.85), o historiador se baseia em “certo inquérito revelado pela Coleção de Angelis” (VELLINHO, 1970, p.85). O “certo inquérito”, embora precisada a localização, com volume e páginas explicitadas da obra onde se acha compilado, embasa a interpretação do historiador no testemunho dos “encanecidos” jesuítas (expressão de Vellinho), querendo outorgar com encanecidos, propriedade aos testemunhantes do inquérito. As fontes são enaltecidas, na medida em que “nenhum testemunho depõe com mais crueza nesse sentido que certo inquérito revelado pela Coleção de Angelis” (VELLINHO, 1970, p.85). Ao querer dismantelar a visão de sucesso da empresa jesuítica, torna o discurso dos depoentes jesuítas como prova, isenta, todavia, de críticas à fonte e aos autores do documento. Os documentos escritos têm seus enunciados sempre perspectivados pelos filtros subjetivos e horizonte cultural precisos de quem relata, além de condições próprias de natureza espaço-temporais que condicionam a gênese e as particularidades sobre as quais o historiador precisa atentar. Esse caso é significativo sob este aspecto, pois se trata de um inquérito, com uma natureza depoente diversa do que a de uma carta informativa, por exemplo. Em outro momento, discorrendo sobre o mesmo tema, a derrocada da empresa jesuítica catequética: “os jesuítas eram os primeiros a confessar em sua correspondência” (VELLINHO, 1970, p.68). Mais uma vez a pergunta: quais são os documentos citados e o que dizem eles?

Estratégias discursivas como as demonstradas acima foram muito provavelmente as responsáveis por críticas sobre o caráter ideológico do discurso historiográfico de Moysés Vellinho que, ajustar-se-ia mais às características de um romance do que da pesquisa histórica. Essas críticas ao pretenderem atacar o caráter falacioso do discurso, não atentam na maior parte das vezes, aos modos como são construídas as ilusões de verdade. Que Vellinho *fingiu* sobre a verdade histórica é óbvio, não sendo

óbvio, todavia, os meios pelos quais o discurso se faz de *aparência romanesca*.

Para ilustrar essas questões, é oportuno utilizar dois apontamentos de autores que fazem referência ao estilo de escrita de Moysés Vellinho. José Hildebrando Dacanal é um crítico que, ao lado de caracterizar Vellinho de ideólogo e de racista, em função do falseamento histórico acerca da contribuição do elemento autóctone na formação do Rio Grande do Sul, caracteriza a escrita do historiador como um “furioso estilo pedante e insuportável” (DACANAL, 1980, p.30). Ainda para sustentar esse juízo, Dacanal, em nota do texto, acresce outras considerações a respeito do estilo e função da escritura de Vellinho: “tem-se a impressão de que seu objetivo não é propriamente escrever história mas sim mostrar seu estilo, insuportável no gênero *kitsch* pseudoclassicizante” (DACANAL, 1980, p.30). Dacanal além de empregar o qualificativo “kitsch”, caracterizando a obra de Vellinho como um engodo de má qualidade, reduz o autor a um mero exibicionista ávido por mostrar seu estilo “pseudoclassicizante”, seja lá o que vier a significar este designativo, possivelmente coadunável com outra obscura designação, a de Júlio Quevedo, historiador, que além de conceber Vellinho como o representante de uma “tendência historiográfica escamoteadora” (QUEVEDO, 1991, p.22) caracteriza o estilo de Vellinho como “ilustrado renascido” (QUEVEDO, 1991, p.28). Essas críticas de modo algum resolvem as problemáticas postas na escritura fronteira de Moysés Vellinho, já que, como salientou o próprio Dacanal (1980), o fato dela não parecer uma escrita histórica, por negacear aspectos factuais, não faz dela, todavia, um romance.

Esses exemplos pontuais são sintomáticos e possibilitam observar o que há de mais característico em relação às críticas ao caráter ideológico presente no discurso de Moysés Vellinho. Críticas que atacam o estilo da escrita, pensando que, com isso, descortinavam a capa falaciosa do discurso supostamente encobridor do real, não se analisando, todavia, os

mecanismos textuais que permitiram o falseamento de dados da realidade histórica. Ao se tomar o estilo sem o considerar em sua especificidade, incorre-se no erro de procurar os propósitos ideológicos do autor, sua visão de mundo, fora de onde se deveria procurar, ou seja, no próprio código de expressão.

Esses julgamentos parecem estancar a crítica ao nível da impressão de leitura, não a transformando em problemas que possam fazer compreender a maneira efetiva como o discurso se constrói ideológico. A análise de Dacanal, atrelada ao nível da impressão do “furioso”, do “pedante” e do “insuportável”, não adentrando uma análise mais miúda, é cômoda, como ensina Machado de Assis (1999, p.39), e não se faz fecunda em seus desígnios, sem contar, ainda, que quando se apresenta mediante termos tão cáusticos como os empregados por Dacanal, acabam por ferir sua própria função crítica, que poderia ser instrutiva e corretiva, como a queria Machado de Assis. Críticas assim podem facilmente se auto-aniquilar na aridez de seus propósitos, pois “uma crítica que, para a expressão de suas idéias, só encontra fórmulas ásperas pode perder as esperanças de influir e dirigir” (ASSIS, 1999, p.43).

Moysés Vellinho inicia sua obra historiográfica *Capitania d’El Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense* narrando uma anedota³⁶ pinçada do cotidiano e alçada à qualidade de testemunho *empírico*, que vai lhe fornecer o mote da questão que glosará em *Capitania d’El Rei* – a nacionalidade do Rio Grande do Sul. A longa explanação introdutória dos equívocos gerados pelas incompreensões históricas da intelectualidade sul-rio-grandense ou brasileira é a norteadora dos pontos a serem desenvolvidos em sua exegese acerca da *polêmica* (por estar em desacordo

³⁶ A anedota refere o caso de uma senhora baiana que viera ao Rio Grande do Sul por ocasião de um Congresso Eucarístico em 1948. A senhora viera temerosa, segundo entrevista a uma folha local, achando que se encontraria em um meio exótico, de “gente estranha, hábitos estranhos, mas tivera uma surpresa tranquilizadora: via que se achava entre um povo que era afinal o seu próprio povo, a mostrar, no fundo, o mesmo jeito de ser e de sentir dos demais brasileiros” (VELLINHO, 1970, p.3).

com o caráter brasileiro que Moysés Vellinho almeja para o Rio Grande do Sul) formação histórica sulina.

As incompreensões sobre o Rio Grande do Sul dizem respeito à sua identidade, encarada como *exótica* ou *castelhana* demais, segundo as *visões equivocadas* de brasileiros ou sul-rio-grandenses, como exemplifica o juízo de Assis Chateaubriand: “[...] o Brasil português termina em Santa Catarina e que dali para o sul começa o Brasil espanhol!...” (VELLINHO, 1970, p.10). Concepções como essa são perniciosas, segundo a interpretação de Vellinho, pois tornavam o gaúcho e a história sul-rio-grandense alienígenas aos quadros nacionais. Opiniões como as de Chateaubriand constituíam, para o historiador, um flagrante das distorções factuais que devem ser retratadas mediante a verdade histórica, por meio da clarificação factual, função que efetivamente outorga a si próprio, em sua *Capitania d’El Rei*. Esta obra procura esclarecer a comunidade sul-rio-grandense e nacional acerca dos *preconceitos e desconhecimentos* decorrentes de distorções históricas nefastas porque irradiam dos intelectuais aos cidadãos comuns, daí a cadeia de incompreensões que tomam por um viés exótico as *particularidades* sulinas.

A introdução já antecipa o caráter dirigido pelo empenho nacionalista que se desenvolverá ao longo da obra, que buscará sanar os *equivocos* da interpretação *bifrontal* por parte daqueles “[...] que nos têm por uma coletividade culturalmente indefinida, a flutuar sem opção entre o mundo luso-brasileiro e o mundo hispano-americano” (VELLINHO, 1970. p.9). Os equívocos precisavam ser expurgados não unicamente por meio da via de aceitação afetiva do Rio Grande do Sul pelo *pai* brasileiro, mas porque o reconhecimento da nacionalidade gaúcha decorre do fato de o Rio Grande do Sul ter preservado a integridade territorial brasileira frente ao mundo hispano-americano:

Tudo isso está a denunciar a existência difusa de preconceitos que se nutrem de inveteradas incompreensões. Quando menos se espera, esses preconceitos se condensam, desabam como carga daninha sobre certos espíritos, e ei-los a apostar contra os vitais interesses da integridade do Brasil (VELLINHO, 1970, p.12).

Como evidencia o testemunho que inicia a obra, o da senhora baiana que, ao aportar em terras sul-rio-grandenses, identifica-se de imediato com os gaúchos por meio da mesma referência de identidade brasileira compartilhada, Vellinho finaliza sua introdução destacando os dados empíricos para reforçar a tese da não exotividade sul-rio-grandense. O peso maior posto na balança dos testemunhos empíricos injeta no discurso o argumento comprovado pelo dado real: a brasilidade gaúcha era um fato vivo, cotidiano, e estava à evidência de quem tivesse interesse em enxergar. Por isso é significativo que Vellinho inicie e finalize a introdução mediante testemunhos empíricos, aos quais juntará documentos históricos que fornecerão o lastro à interpretação, permitindo, deste modo, afirmar a ancestralidade luso-brasileira da formação sul-rio-grandense. Alinhavados os documentos à verdade cotidiana, *Capitania* luta por neutralizar preconceitos que, gerados no campo intelectual, *contaminam* os setores leigos da sociedade, já que o que fundamentalmente parecia equivocado aos olhos do historiador eram as teorias e não a realidade, como é percebido no trecho a seguir.

O que se verifica nos altos círculos do pensamento histórico brasileiro é isto, esse inveterado jogo de incompreensões acerca das coisas rio-grandenses, não é de estranhar que a cada instante patrícios de outras circunscrições, aportados ao Rio Grande, se admirem de ver que nós aqui falamos a mesma língua que eles, sem as rebarbas castelhanas que temiam, e que a nossa extração racial e política é também a mesma... E então desabafam, cheios de honesta franqueza: **‘Engraçado, como o Rio Grande se parece com o Brasil!’** Sim, envolvidos, silenciosamente contaminados pelas teorias discriminatórias, teorias que não puderam, por mesquinhas, assimilar nem apreender a realidade brasileira em sua magnífica pluralidade, esses bons patrícios como que ignoram que **o Rio Grande sempre foi, desde o berço, um pedaço do Brasil, o Brasil que cresceu de si mesmo**” (VELLINHO, 1970, p.17). [grifo nosso]

A citação apresentada demonstra as bases empíricas sobre as quais é assentada a interpretação do historiador: “desabafam, cheios de honesta franqueza: ‘engraçado, como o Rio Grande se parece com o Brasil!’”. O testemunho efetiva uma *ilusão* de prova documental, visto que aparece sem autoria, sem fonte explicitada, sem mensuração quantitativa que possa valorizá-lo como índice. O testemunho assim tratado não passaria, quando muito, de uma *doxa*, verdade popular, que textualmente se mostra por meio do discurso direto, travado por um testemunhante oculto. Alguém disse, obviamente permitido pelo autor, como *era engraçado o fato de o Rio Grande se parecer com o Brasil!*

O embasamento da tese do primado absoluto luso-brasileiro na formação sul-rio-grandense dá-se a partir de dois artifícios textuais presentes na introdução de *Capitania d’El Rei*. O primeiro deles está presente na verdade figurativa do testemunho empírico, característica já salientada. O outro ponto está assentado na estratégia de transformar os *desenganos* dos intelectuais em índices atestadores da verdade do historiador, como pode ser inferido pela citação seguinte: “quem sabe, porém se tudo isso não corresponde, de algum modo, às contingências vitais de um país como o nosso, tão grande, tão vário na sua esplêndida unidade?” (VELLINHO, 1970, p.17). Uma das mais hábeis formas de invalidar as concepções alheias é tomá-las como elementos de antítese de problemas próprios. As incompreensões só vêm a corroborar o que o autor anunciava, influenciado pelo regionalismo de Gilberto Freyre, desde os idos da década de quarenta, expresso na certeza de que o Brasil não fora ainda assimilado em sua imensidade territorial (VELLINHO, 1945, p.5), necessitando, para isso, da valoração do traço particular da região.

A posse das terras que compreendem a região sul-rio-grandense deu-se pelas mãos do herói Silva Paes, quando este edifica o forte Jesus-Maria-José em 1737, com o objetivo de salvaguardar a Colônia do Sacramento: “era a posse oficial da nova circunscrição já virtualmente incorporada, sob

a vaga designação de Capitania d'El Rei, ao complexo luso-brasileiro” (VELLINHO, 1970, p.41). Esse fato veio a oficializar o que já era, na interpretação de Vellinho, um domínio português:

[...] tendo sido o Rio Grande do Sul luso-brasileiro conquistado quase um século depois da restauração de Portugal em 1640, nunca chegou a fazer parte do domínio colonial da Espanha. Após a incorporação e povoamento da Capitania, os espanhóis só entraram aqui como inimigos, nunca como senhores. E nada deixaram (VELLINHO, 1970, p.10).

Os domínios comportados nas terras que constituíram o Rio Grande do Sul eram projetivamente brasileiras segundo Moysés Vellinho porque estavam na alçada da expansão bandeirante:

Que espantoso instinto de criação política sob os impulsos predatórios dos aventureiros paulistas do século XVII! Acima do bem e do mal pelas cruas contingências do meio e da época, a eles, pela sua espantosa mobilidade, pela dureza e desassombro de suas investidas, estava reservada uma fulgurante missão histórica: – a integração da América Portuguesa em quase toda a sua extensão (VELLINHO, 1970, p.66).

Os bandeirantes, na interpretação de Vellinho, além de perseguirem objetivos particulares em suas empresas, são dotados de uma função que transcende ao próprio caráter político da conquista, pois são “ao mesmo tempo chamados a cumprir um mandato político de soberba transcendência” (VELLINHO, 1970, p.66). A obra dos bandeirantes é dotada, assim, bem como a de outras personagens históricas *construtoras* do Rio Grande do Sul (notadamente os de etnia lusa), de uma espécie de essência instintiva nacionalista colada à suas ações. A integração do Brasil, sendo fruto da obra dos desbravadores bandeirantes, é perspectivada em termos de dívida afetiva: “não há como pesar ou medir a dívida do Brasil para com o bandeirismo” (VELLINHO, 1970, p.66). A integração brasileira é, desta maneira, fruto direto da ação dessas personagens que, sendo munidas de instintos de natureza pátria e cívica, justificam a expansão lusa, pois foram

elas que desvirtuaram o *Tratado de Tordesilhas* em seu “extraordinário arbítrio de dispor livremente sobre os mundos de além-mar” (VELLINHO, 1970, p.67). A diplomacia é então minimizada em importância na argumentação do historiador, em nome das leis da contingência histórica, ainda que essas sejam impregnadas de transcendentalismo, pois “o que tinha de ser trazia a força em si mesmo” (VELLINHO, 1970, p.93). Deste modo, o *Tratado de Tordesilhas* “[...] nada poderia contra as forças da História” (VELLINHO, 1970, p.34). Daí o significado da dívida pátria que se deve ao bandeirante que lutou “[...] contra a ‘intromissão’ da coroa espanhola e contra os membros da Companhia de Jesus e seus neófitos, porque ‘alteraram’ a geopolítica da colônia portuguesa” (SANTOS, 1987, p.81).

O que se observa na narração de Vellinho é o recuo das políticas distantes, articuladas em além-mar, como o *Tratado de Tordesilhas*, para figurar em primeiro lugar, os elementos autóctones. Assim, a expansão *luso-brasileira* “desenvolveu-se, por instinto e inspiração política, sobre a unidade geográfica, cultural e econômica já obscuramente delineada antes do Descobrimento pelo grupo tupi-guarani. O espaço desde cedo cobiçado pela Metrópole coincidia com essa unidade” (VELLINHO, 1970, p.66). Estranhamente aqui, há uma recorrência que referencia, positivamente, o elemento autóctone – que quando não ignorado, aparece sob um viés racista – como elemento unificador do topônimo brasileiro, guardado pela tradição do tronco Tupi-Guarani. Essa unificação permitida pela “obscura” tradição autóctone teria pontilhado as linhas das “fronteiras naturais” (VELLINHO, 1970, p.45). Justifica-se, assim, a unidade alcançada pela expansão luso-portuguesa a oeste em terras meridionais, que é politicamente propiciada pela instalação da Colônia do Sacramento: “foi realmente sob o signo político que se promoveu a conquista da fronteira meridional do Brasil, tanto que a ocupação do Rio Grande de São Pedro se apresenta como uma operação complementar do episódio da Colônia do Sacramento” (VELLINHO, 1962, p.111).

O *Tratado de Santo Ildefonso* é outro desrespeito à contingência histórica na interpretação de Moysés Vellinho, já que previa “o humilhante retorno ao estado de coisas anterior à fundação da Colônia do Sacramento” (VELLINHO, 1970, p.43). A história da formação sul-rio-grandense neste momento é concebida em termos de “defesa e reconquista” do território, e tem como protagonistas não mais os bandeirantes, mas os sujeitos locais, os “vassalos remotos e afoitos” do Rei (VELLINHO, 1970, p.43), todos de extrato luso: “descendentes de bandeirantes e de elementos ocorridos de outras capitâneas, os reinóis, os retirantes da Colônia do Sacramento, os ilhéus e seus filhos” (VELLINHO, 1970, p.43). Observa-se que todos os moldadores étnicos do *barro* formador sul-rio-grandense eram de origem lusa. Seus feitos, como os dos bandeirantes, eram carregados de funções projetivas de cunho nacionalista, conforme o *anacronismo* necessário para viabilizar a argumentação de Vellinho: “todos haviam madrugado na consciência de um dever urgente: - conter a ferro e fogo a irrupção inimiga, que agora, em virtude da vitória de Santo Ildefonso, ameaçava retalhar as divisas meridionais do Brasil” (VELLINHO, 1970, p.43).

Estavam alicerçados os mesmos pontos de parença entre o Rio Grande do Sul e o Brasil: o mesmo componente colonizatório de extrato luso, dotado de uma função pátria que transformou sujeitos históricos em construtores empenhados da nacionalidade em uma terra *virtualmente* brasileira, já que a despeito de divisas políticas entre Portugal e Espanha, as terras sul-americanas já constituíam para Vellinho a divisa meridional do Brasil. Era necessário, ainda, que os “construtores do Continente de São Pedro” (VELLINHO, 1970, p.44) liquidassem o inimigo intruso para confirmar a essência da naturalidade de que se é intimamente luso-brasileiro. A leitura de Vellinho sobre a “defesa e reconquista” das raías meridionais do Brasil é um evento de caráter e importância nacional, daí porque se observa o recuo na cena narrativa das personagens geradoras do Rio Grande do Sul (colonizadores portugueses e bandeirantes) para figurar em primeiro plano as personagens luso-brasileiras que, filiadas às primeiras, encarnavam a feição nacional. Eram as cores locais nacionais

lutando pelos interesses do Brasil em sua porção meridional: “o poderoso sentido premonitório de uma nacionalidade em gestação como que se descobria a si mesmo, e por si mesmo se afirmava, ao afrontar com suas forças os riscos de uma empresa que Portugal já não podia tomar a si” (VELLINHO, 1970, p.44). Por mais que Vellino acione, ligeiramente, eventos de ordem econômica para atrelar o desenvolvimento do Continente de São Pedro à diretriz nacional, como o argumento da complementação econômica do Estado ao Brasil mineiro (VELLINHO, 1970, p.45), o argumento enfatizado na sua exegese é a missão da arquitetura pátria nacional em terras meridionais: “era a vocação dos brasileiros para a autodeterminação que se alçava mais uma vez, agora com redobrado vigor, e que depois, chegado o tempo, alcançaria a independência do país” (VELLINHO, 1970, p.44).

O caráter antibrasileiro decorrente da presença dos Sete Povos das Missões na área que constituirá o Brasil é, para Vellino, “apenas uma evidência histórica” (VELLINHO, 1957, p.9). Até o fim do domínio espanhol na região em 1801, a área missioneira estaria a serviço de uma tradição antagonica, e “é por isso que a história que deles se conta, sempre voltadas suas armas contra os fundadores do Continente, não pode constituir um capítulo integrante da história rio-grandense, senão por artes de uma beata ou tendenciosa falsificação interpretativa” (VELLINHO, 1970, p.78). Devido ao antagonismo entre a empresa jesuítica e o mundo *luso-brasileiro*, o historiador concebe os postos missioneiros como intrusos numa área que a “fatalidade histórica pusera ao alcance do surto expansionista dos lusos brasileiros” (VELLINHO, 1970, p.79), negando, desta forma, “o papel e a função dos Povoados missioneiros, como primeiro núcleo de colonização” (SANTOS, 1987, p.105). O historiador extirpa, assim, um evento da formação histórica sulina por compreendê-lo unicamente sob o aspecto político, já que a área missioneira encontrava-se provocadoramente em terra projetivamente brasileira, que estava “destinada à complementação geográfica do sul do Brasil” (VELLINHO, 1957, p.9). Para reforçar a sua argumentação traz como índice de interpretação, as

designações jesuíticas para a área do Tape: “nosso Paraguai” ou “minha colônia paraguaia” (SEPP S.J., Antonio, apud VELLINHO, 1970, p.78).

Como decorrência de uma argumentação que elegeu o contraste político como motriz da formação sul-rio-grandense, marcado pelo conflito Portugal *versus* Espanha, é salutar o literal apagamento do passado missioneiro da tradição sul-rio-grandense (VELLINHO, 1957, p.10), já que os Sete Povos das Missões seriam palco de interesses estranhos e contrastantes aos *luso-brasileiros*. A tomada da área missioneira pelos portugueses, em 1801, marca o início de uma nova história, tomada como a “definitiva” na exegese de Vellinho. Assim, da área missioneira, “outra história, sob inspiração política antagônica, ia começar ali, em nome da estruturação definitiva do Rio Grande” (VELLINHO, 1957, p.10).

Um dos meios de extirpar a experiência missioneira era depreciando a etnia Guarani: “os rebanhos de guaranis que então cruzaram o rio, de regresso ao Tape, eram apenas os escarmentos sobreviventes de uma população desbaratada” (VELLINHO, 1962, p.29). Quando se deu o episódio da incorporação do território missioneiro para a jurisdição portuguesa, os indígenas reduzidos foram incorporados como ruínas à “nova história” (expressão do autor) a ser desenvolvida em território sul-rio-grandense, já que os Guarani eram uma etnia “em franca derrocada” (VELLINHO, 1962, p.31), o que é uma forma de anular a presença indígena no Rio Grande do Sul, pois da “anexação dos Sete Povos ao Brasil em 1801 não suscitou nenhum processo de aculturação” (VELLINHO, 1970, p.94).

A interpretação da formação histórica do Rio Grande do Sul, de viés racista, efetivada por Moysés Vellinho, necessita expurgar o legado dos Guarani da tradição sul-rio-grandense para daí erigir um elemento contrastante entre o gaúcho sul-rio-grandense e o gaúcho platino, tomados como antagônicos, em virtude deste ser mestiço. O racismo é um ponto

contraditório na obra de Moysés Vellinho³⁷. Pode-se dizer contraditório porque o Vellinho historiador está em desacordo com o Vellinho leitor e comentador da obra de Gilberto Freyre que, como se sabe, elevou o índio e o negro³⁸ à condição de formadores do Brasil e ajudou a espantar o fantasma do fenômeno da miscigenação das “infundadas reservas inspiradas pelo material humano que constitui o casco da nacionalidade – e tais reservas são com freqüência tão dilacerantes!” (VELLINHO, 1981, p.132). Compara-se a crítica de Vellinho a Freyre, elogiosa da mestiçagem, e ficasse em terreno pantanoso:

Levados por certo bovarismo, como que procurávamos esconder sob uma falsa imagem componentes decisivos da nossa estratificação social. Numa palavra, as teorias interpretativas da nossa formação acusavam geralmente, em grau maior ou menor, uma atitude de resistência, até mesmo de repulsa, ao fato de constituirmos, desde o fundo das nossas camadas biológicas e culturais, o produto de um vasto processo de mestiçagem, do qual participavam povos e raças que a mística do arianismo incriminara de inferiores (VELLINHO, 1981, p.129).

Como pode um autor que aplaudiu a crítica ao arianismo e aos modelos filosóficos estrangeiros na interpretação da realidade brasileira, levados a cabo por Freyre, incorrer em tamanho disparate na sua práxis intelectual? Não pode haver contradição maior, se levado em conta que datam do mesmo ano o ensaio de Vellinho sobre Freyre³⁹ e a obra *O Rio Grande e o Prata*, da qual é recortado o trecho seguinte.

³⁷ Como já salientou Ieda Gutfreind (1990), a interpretação historiográfica de Vellinho não se detém nos temas negro e escravidão. Da mesma forma como no caso da miscigenação indígena, o que se observa é uma contradição entre a interpretação histórica, racista, e um Moysés Vellinho impressionado com o lugar social *equalitário* que o negro alcançara nos Estados Unidos, como o intelectual observou em sua viagem àquele país nos anos 50. As impressões de viagem renderam o artigo *O negro americano: algumas observações*, inicialmente publicado no número 18 de *Província de São Pedro* em 1953 e compilado em *Aparas do tempo* (1981).

³⁸ Rapidamente em uma passagem de *Capitania d’El Rei*, o historiador considera o influxo índio e negro na formação do *casco antropológico* (expressão do autor) sul-riograndense: “elementos da mais variadas procedência e condição [...] e índios, e negros, e mestiços. Em proporção variável, contribuíram todos com o seu quinhão para a obra comum” (VELLINHO, 1970, p.216).

³⁹ Ensaio compilado no póstumo *Aparas do tempo* com o título: *Gilberto Freyre e a valorização do português*, e originalmente publicado sob o título *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte* para o volume *Ensaaios sobre o autor de Casa-grande e*

O sangue indígena que se juntou ao daqueles pioneiros não foi suficiente para corromper-lhes a vocação firmada em sua ascendência luso-brasileira. Nossa tradição desconhece a conjugação de fatores que proporcionam ao gentio papel decisivo nos trágicos antagonismos que caracterizaram a história platina. Ao contrário do que sucedeu ali pela força do número, entre nós encontraria confirmação a regra segundo a qual se raças diferentes se juntam para a realização de atividades similares, prevalecem os caracteres da mais dotada. O elemento indígena que nos sobrou era escasso, e, além de tudo apagado e dispersivo (VELLINHO, 1962, p.108).

Com relação aos indígenas reduzidos, eles são, ou mortos pelas empresas bandeirantes, ou minimizados em importância racial na narrativa do historiador: “apesar da extraordinária empresa dos jesuítas, o certo é que a experiência daí resultante veio demonstrar que o guarani isoladamente, isto é, segregado dentro dos limites de sua raça, jamais poderia ser contado como fator ativo de civilização” (VELLINHO, 1962, p.32).

Acredita-se que não há fechamentos possíveis para essa questão, pois há mais problematizações do que encerramentos a serem almejados. Uma das possibilidades para se lidar com essas antinomias é a convicção de que a análise da obra de um autor não pode encerrar uma perspectiva sintética sob pena de apagar a própria contradição, já que tanto autor como obra não são estruturas herméticas, os enunciados não são cristalizados e uniformes a ponto de rejeitar contradições. Moysés Vellinho racista? Sim e não, enquanto leitor e comentador de Freyre, não, enquanto historiador que negou a miscigenação, sim, como se observa na sua bem fechada exegese histórica, imbuída em destacar o português. Para valorizar esta etnia em importância, o historiador não se constrangeu em usar a *vassoura*, como pode ser observado no trecho seguinte, onde fica explicitada a assepsia de nativos do mapa *sul-rio-grandense*: “os índios que deambulavam pelos campos e canhadas rio-grandenses, desgarrados de tribos já em desagregação, acabariam quase desaparecendo do nosso mapa demográfico”

(VELLINHO, 1962, p.29). Com relação ao impasse possibilitado pelo racismo observado em Vellinho, não se pode crer que o fechamento da questão possa ser alcançado através de uma interpretação unívoca – Moysés Vellinho é racista – porque, desta forma é apagada uma de suas faces, a que aceitava a realidade mestiça brasileira.

Contra os *desenganos* que concebiam o Rio Grande do Sul como híbrido de influência espanhola e portuguesa, bem exemplificado na posição do poeta Humberto Campos, para quem o Rio Grande nasceu espanhol e se tornou brasileiro ““mais por influência artificial da política do que pela força natural dos fenômenos sociais. [...] Foi o hispano-americano que, infiltrando-se com os raros indígenas poupados pelas guerras atizadas nas missões, deu ao povo rio-grandense uma psique e, quase, a língua que fala”” (Apud VELLINHO, 1970, p.10) Moysés Vellinho tinha todo um leque de argumentos contrários organizados numa bem fechada interpretação histórica para lhe fazer frente, asséptica, livre dos Guarani, jesuítas e espanhóis, e construída unicamente por meio das mãos de colonizadores do mesmo tronco étnico luso – a etnia-mestra, denominadora-comum da formação brasileira. Para coadunar sua interpretação historiográfica aos imperativos nacionais, Vellinho necessitou de *fingimento* para reinventar factualmente a história sul-rio-grandense, soando através de *máscaras* que se defrontadas, podem, negar uma a face da outra, mas a homogeneidade para o sujeito moderno se faz por meio da ficção da unidade (HALL, 2005) e, para isso, é necessário, como postula certo narrador de Machado de Assis, que as cores não se desmintam umas às outras mesmo que irregulares e assimétricas.

3 A NARRATIVA DA IDENTIDADE NACIONAL POR MOYSÉS VELLINHO

O principal é que as cores se não desmintam umas às outras, – quando não possam obedecer à simetria e a regularidade. Era o caso do nosso homem. Tinha o aspecto baralhado à primeira vista; mas atentado bem, por mais opostos que fossem os matizes, lá se achava a unidade moral da pessoa.

Machado de Assis – Quincas Borba

[...] sabemos falsidades dizer, muitas, certas só no aspecto, mas sabemos também, quando queremos proclamar revelações.

Hesíodo – Teogonia

Para se construir a narrativa da identidade nacional, Stuart Hall salienta que “há a ênfase nas *origens*, na *continuidade*, na *tradição*, e na *intemporalidade*. A identidade nacional é representada como primordial”. Essa narrativa é também, muitas vezes, baseada na idéia de um povo puro e original (HALL, 2005, p.53). Na narrativa identitária⁴⁰ nacional do Rio Grande do Sul construída por Moysés Vellinho há a ênfase no primado absoluto da etnia portuguesa modulando a tradição, a responsável pela formação social sul-rio-grandense.

⁴⁰ Em lugar da dicotomia *os discursos* de Moysés Vellinho (o crítico-literário e o historiográfico) trabalhados no capítulo segundo, a palavra discurso é empregada aqui no singular, pois não são os discursos tomados separadamente o objeto de discussão neste capítulo, e sim a função identificadora comum aos dois. Têm-se, assim, o *discurso* ou a *narrativa da identidade* de Moysés Vellinho.

A origem do Rio Grande do Sul é contada a partir da etnia lusa, que marcará a lenda ou essência da coletividade sul-rio-grandense. Não importa para Moysés Vellinho, que outras etnias tenham concorrido para a formação social do Estado desde que não comprometam o “componente nobre da mistura” (VELLINHO, 1981). A manipulação da imagem do gaúcho, cuja nomenclatura é uma criação do intelectual urbano, como salienta Luiz Antonio de Assis Brasil (2004), evidencia como Moysés Vellinho cria o seu tipo representativo do sul-rio-grandense coadunando o termo *gaúcho* ao uso gentílico moderno. Para isso, ele apreende o legado de essência portuguesa que moldou o tipo na origem e o estica temporalmente, fazendo com que a diversidade seja atrelada à pureza da origem. É o essencial amarrando as ocorrências históricas para que elas não se desvinculem da linha costurada pela tradição.

3.1 A identidade nacional do Rio Grande do Sul: uma questão de referência

Ao fixar uma referência nacional para o Rio Grande do Sul, Moysés Vellinho elege qualidades de um sistema maior de representação, o Brasil, e as dilui no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, elimina as possíveis características de outro sistema representativo que possa fazer frente ao sistema principal. Tem-se, assim, no discurso de Moysés Vellinho, um Rio Grande do Sul que nega o mundo platino e afirma os apelos centralistas da nacionalidade. O intelectual, uma vez convencido da unilinearidade luso-brasileira da formação étnico-social do Rio Grande do Sul, instaura o diálogo relacional entre a parte e o todo, que vai estender o lastro luso-brasileiro *constituído* do Brasil até a sua porção meridional para englobá-lo como parte orgânica. Essa operação demonstra a mobilidade presente nos processos de identificação que se estabelecem por meio de relações entre os universais de um sistema e o sistema específico (DAMATTA, 2000, p.15). Aceitar o vínculo unilateral português implicou tomar o Prata como um elemento antagonista na narrativa de Vellinho, daí os embates

estabelecidos entre as afirmações e negações de elementos presentes em dois sistemas de representação, um tomado como força contrária, marginal e circunstancial, e o outro convergente, central e permanente.

O aspecto relacional presente nos processos identificadores decorre do fato de que nenhuma identidade cultural se constrói sozinha, pois nenhuma coletividade realiza uma leitura isolada de si própria (DAMATTA, 2004, p.19). A identidade, como um exercício de autoconsciência, é construída por meio daquilo que o sociólogo designa de “lógica relacional”, uma leitura realizada por cada sociedade mediante “referências internas e externas, por meio de comparações com outras comunidades que se situam no seu âmbito histórico-social” (DAMATTA, 2004, p.20). Na narrativa da construção da identidade sul-rio-grandense de Moysés Vellinho, observa-se o relacionamento afirmativo do Rio Grande do Sul ao todo nacional, bem como a negação de eventuais características de índole platina que o Estado possa manifestar em sua identidade cultural. Obtém-se assim, ao nível discursivo, o relacionamento de referências para negar umas e afirmar outras para, desta forma, *identifixar*⁴¹ uma imagem nacional para o Estado sulino.

A desestabilização de uma noção essencial da identidade por Lévi-Strauss (1981) é particularmente importante, pois possibilita ter presente que realidades identificadas como Brasil, Rio Grande do Sul, brasileiro e gaúcho são categorias em constantes jogos de significação. Longe de serem realidades fechadas, são fluidas: “[...] *ha de renunciar a considerarse esencial, para aprehenderse como una función inestable y no como realidad sustancial, como lugar y momento, igualmente efímeros, de*

⁴¹ Se as “identidades são, pois, identificações em curso” (SANTOS, 1994, p.31), representações construídas mediante constantes processos de criação e recriação, o neologismo *identifixa* parece explicitar o processo criacionista da identidade mediante estilos particulares de apropriação. A fixação de identidades sob uma aparência essencial empresta uma forma naturalizada à representação culturalmente construída, minimizando o componente da criação pela forma cristalizada da apresentação, plenamente identificada e identificável numa forma intransitiva.

concurros, intercâmbios y conflictos” (LÉVI-STRAUSS, 1981, p.10). A identidade assim compreendida consiste na apropriação de qualidades universais que são particularizadas numa *forma* que, uma vez *identificada*, toma os ares de realidade essencial, embora não passe de “*una especie de fondo virtual al cual nos es indispensable referirnos para explicar cierto número de cosas, pero sin que tenga jamás una existência real*” (LÉVI-STRAUSS, 1981, p.369). A ilusão da rigidez e imutabilidade da identidade decorre, pois, de sua apresentação solidificada que escamoteia as “negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constantes processos de transformação” (SANTOS, 1994, p.31).

Para Boaventura de Souza Santos, “quem pergunta pela sua identidade questiona as referências hegemônicas mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição de outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação” (1994, p.31). O certo é que as respostas de Moysés Vellinho (e de sua outra máscara, Paulo Arinos) têm o seu lugar de enunciação marcado à época por uma posição percebida como deficitária perante o nacional. É a postura do intelectual da província que queria ser ouvido (a si e a sua cultura) pela coletividade nacional que tradicionalmente tomava a cultura sul-rio-grandense como periférica, como evidencia a compreensão de Vellinho sobre a recepção do regionalismo sulino pelos círculos nacionais: “mas como justificar então que a crítica da corte nunca tenha recusado foros de brasilidade à literatura da seca, da cana de açúcar e do cacau, aos regionalismos do norte em suma, não menos agarrados à terra que o do sul?” (VELLINHO, 1948, p.6). A idéia da região sul-rio-grandense como periférica, parecia ser um problema ainda perturbador na metade do século XX, uma vez que, findo o período do regionalismo literário brasileiro (segundo a opinião de Vellinho), os problemas de compreensão e aceitação nacionais ainda perdurariam:

Enfim, o regionalismo, na sua feição dialetal, é hoje um capítulo encerrado. E então? Então passamos a responder por um novo delito. Antes vivíamos à margem, cultivando

maneiras aberrantes da forma consuetudinária. Confinados dentro de uma área histórica e política supostamente excêntrica, indisciplinados, refratários, chegávamos a ser, na literatura e fora dela, os castelhanos do Brasil... Hoje, acusados de viver em morna lua-de-mel com a gramática! **Somos agora os tímidos neoclássicos do panorama brasileiro!** (VELLINHO, 1948, p.7). [grifo nosso]

Se a identidade é uma necessidade “semi-fictícia e semi-necessária”, para quem formula a pergunta identificadora, a questão é sempre “uma ficção necessária”(SANTOS, 1994, p.31). Uma vez alcançada a resposta, o seu êxito deve ser medido “pela intensidade da consciência de que a questão fora, desde o início, uma necessidade fictícia. É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados” (SANTOS, 1994, p.32).

O modo pendular de Moysés Vellinho pensar a identidade, oscilando entre o todo e a parte, está presente em sua narrativa desde as primeiras críticas da década de 20. Nessa época, como crítico, interrogava a identidade nacional relacionando duas instâncias: o traço brasileiro frente ao universal. A identidade nacional seria entrevista a partir do reconhecimento da “harmonia relativa” (ARINOS, 1924, p.3). A *harmonia relativa* parece ser a própria identidade, já que ela seria a fixação ou *harmonização* de referências mediante coordenadas temporais e espaciais das “[...] circunstâncias de cada momento, de cada raça, e à luz, e à perspectiva, e ao espírito de cada uma dessas paisagens históricas” (ARINOS, 1924, p.3). O termo operador do contraste é a harmonia absoluta (provavelmente calcada na esteira do pensamento platônico), inacessível à história, já que é uma realidade que “[...] só vagamente pressentimos. Há, no fundo de nós mesmos, herdada dos nossos troncos mais recuados, uma teimosa aspiração de unidade. Sonhamos uma lei universal que presida todas estas pequenas desarmonias, dentro das quais vivemos” (ARINOS, 1924, p.3). A desarmonia é o inominado e, portanto, inacessível. A nomeação, como explica Assis Brasil, denota a capacidade de dominar um espaço regional, tomando-o simbolicamente para si (2004, p.32).

Consciente disso, e também do fato de que a harmonia absoluta estaria para além dos planos da contingência histórica, é que Vellinho busca ordenar a desarmonia por meio da harmonia possível, a *relativa* que se dá pela conscientização da face local para assim dominar o tempo/espaço inominados, que se acham desarmonizados e, portanto, com uma identidade instável.

O modelo de interpretação fornecido pelo par harmonia absoluta/relativa, que faz referência às categorias universal/brasileiro, será reatualizado para pensar a identidade sulina por meio de outro binarismo, o Brasil/regiões, ou mais precisamente, o brasileiro/sul-rio-grandense, apontando desta forma, o regional como o espaço possível de realização da *harmonia relativa*. Haveria, desta maneira, o assenhoreamento da harmonia relativa, não por meio da *sinfonia* da totalidade brasileira, mas por meio de suas *batidas* locais.

O estilo, sendo uma variação contra um fundo comum, veste o corpo com roupas que o caracterizam; “o axioma do estilo é pois, este: há várias maneiras de dizer a mesma coisa, maneiras que o estilo distingue” (COMPAGNON, 1999, p.168). A mesma capacidade de particularização, por meio da distinção, é percebida nas sociedades, se si pensar a construção da identidade social como um estilo de composição: “a construção de uma identidade social, então, como a construção de uma sociedade, é feita de afirmativas e de negativas diante de certas questões” (DAMATTA, 2000, p.7). A pergunta identificadora de Moysés Vellinho parece perspectivar a identidade como uma apropriação particular que distingue do comum para afirmar o próprio: “porque não teremos nós o nosso ritmo?” (ARINOS, 1924, p.3). Acontece que, para o ritmo regional marcar o passo com o nacional, ele precisou ser apresentado como uma *harmonia absoluta* porque nacionalizada.

3.2 O estilo pessoal articulando uma identidade nacional para o Rio Grande do Sul

“Parece que tudo ficaria mais fácil de compreender se passássemos, de uma vez para sempre, a encarar o episódio das missões jesuíticas como substancialmente estranho à formação histórica do Rio Grande. É evidente que não interfere nesta proposição nenhum juízo de valor” (VELINHO, 1957, p.9). Moysés Vellinho conseguiu de fato, alcançar uma interpretação do passado que supostamente tornaria as coisas mais fáceis de serem compreendidas porque tornou o múltiplo em uno bem amarrado. O que não é, todavia “evidente”, é a ausência do julgamento de valor, que se mostrou marcado em seus discursos. E sobre esse ponto se assenta uma das significativas antinomias presentes em sua obra, que a faz balançar entre a subjetividade explicitada na própria enunciação: “nossa posição neste debate [sobre os heróis culturais] não é a de quem julga, não pode ser a de uma falsa e perigosa neutralidade, pois nela figuramos como partes que sofreram na própria carne” (VELLINHO, 1957, p.7), e a *neutralidade* dos enunciados exigidos do historiador:

Creio que a tarefa mais urgente é encarar sem paixão a realidade brasileira, contemporânea, fugindo ao culto dos falsos ídolos, e buscando entendê-la e interpretá-la com coragem e boa-fé. A verdadeira história está ameaçada cada vez mais pelas improvisações [...]. Ao historiador cabe, porém, antiga tarefa de separar o joio do trigo (VELLINHO, 1979, p.11).

Moysés Vellinho manipula a história, fazendo das Missões “capítulo frustrado” (expressão de Vellinho) da expansão espanhola, ao mesmo tempo em que toma o Rio Grande do Sul como produto da história nacional brasileira: “a única realidade é a nossa condição luso-brasileira que se impôs naturalmente” (VELLINHO, 1979, p.10). Moysés Vellinho ao apresentar o caráter luso-brasileiro da identidade sul-rio-grandense como “a única realidade”, absolutiza algo que não passa de uma representação

cultural. A naturalização das apresentações da identidade é presente aos processos identificadores e corrompe a historicidade das representações, como explica Stuart Hall: “os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história. Está lá desde o nascimento, unificado e contínuo, ‘imutável’ ao longo de todas as mudanças, eterno” (HALL, 2005, p.53).

O certo é que Moysés Vellinho nunca perdera de vista “os compromissos maiores, os que exaltam a natureza humana, sua missão e destino” (CESAR, 1981, p.9). Parecem ser esses serviços prestados aos compromissos “maiores” da empresa humana que fazem o intelectual extrapolar o exercício diletante da crítica literária, formalista em demasia para ele, bem como a pesquisa de reconstrução do passado mediante métodos de análise estritamente científicos. Essas duas formas de conhecimento recuam mediante a necessidade de estabelecer a *harmonia relativa*, capaz de identificar como brasileiro o Rio Grande do Sul e o gaúcho. Pode-se traçar uma comparação entre a função cívica de memorização entrevista na obra de Moysés Vellinho e as funções do aedo tradicional, pois o historiador acreditava possuir o poder de contar a história da comunidade (ELIADE, 1963), desvelando-lhe a verdade – canto que podia conter muitas falsidades, embora possuíssem aparência verdadeira, como lembra o canto das musas de Hesíodo. A pesquisa rigorosamente científica do passado é mediada por outras formas de acesso ao conhecimento, como a análise realizada no capítulo anterior permite afirmar e o depoimento de Guilhermino Cesar vem a reforçar pela riqueza dos termos que utiliza na caracterização da interpretação historiográfica de Moysés Vellinho, a quem coube,

[...] no plano da interpretação histórica, rever com agudeza o passado rio-grandense, balizando os pontos essenciais que explicam e definem a Marca, a Fronteira do Sul. Portanto, na sua ação silenciosa, dentro de seu gabinete de estudos, o autor **de Capitania d’El-Rei encarnou a seu modo, com determinação férrea, o ‘fronteiro’ do século XX.** Isto é, investigando o espaço, **ouvindo rumores obscuros da terra,**

adivinhandos sonhos e os sofrimentos da grei, teve o privilégio de ressuscitar fatos e atos (CESAR, 1981, p.17).
[grifo nosso]

Moysés Vellinho perpetuava por meio da *encarnação* do fronteiro, a mesma função cívica desses sujeitos históricos que ele concebeu como construtores da nacionalidade em sua exegese. Fundia-se, assim, numa única instância, sujeito intérprete e objeto analisado, no qual aquele alargava no tempo as mesmas funções pátrias que moveram os desbravadores bandeirantes em sua interpretação. A capacidade, quase xamânica do historiador, de “ressuscitar fatos e atos” e de ouvir “rumores obscuros da terra” explicita modos de acesso ao passado que equivalem mais a desvelar, ou a criar “a seu modo” a realidade histórica. A compreensão do passado não se restringia a descobri-lo, e sim a revelá-lo mediante uma leitura que buscasse “uma significação mais funda do que deixam transparecer os meros registros históricos” (VELLINHO, 1970, p.28), interpondo, desta forma, aos objetos analisados a consciência intérprete: “nem todos trazem o espírito aberto às pulsações subjacentes que dão aos fatos históricos seu verdadeiro sentido” (VELLINHO, 1970, p.4).

Quem procura um romance sabe que encontrará a mentira ficcional e não cobrará verdades que transcendam o gênero. Quem se debruça por sobre uma obra historiográfica há de querer ver figurada a narração fidedigna dos eventos (MIGNOLO, 1993). O que pode acontecer quando um historiador outorga a si próprio a função de clarificação histórica e manipula o passado? A compreensão da obra de Vellinho é comprometida se lida exclusivamente pelos olhos do historiador, que procuram sempre a verdade nos enunciados das obras historiográficas. Atrelar-se exclusivamente à busca de verdade no discurso de Vellinho é ignorar o significado das *mentiras*, ou *fingimento* de seu discurso. Assim, para alguns intérpretes, Vellinho não é um historiador porque sua obra além de falsa e ideológica, é destituída de neutralidade – ou a falta de neutralidade a faz ideológica: “é claro que a imparcialidade do historiador pode existir. O que raramente existem são historiadores” (DACANAL, 1980, p.26).

Hildebrando Dacanal é um leitor que, acreditando na imparcialidade do ofício do historiador, “esta imparcialidade existe na medida em que o historiador, sem negar a si e ao seu grupo, está em situação de, por seu alto nível de compreensão da condição humana, distanciar-se no tempo e relatar os eventos sob o signo da eternidade” (DACANAL, 1980, p.26), buscará na obra de Moysés Vellinho o que procura⁴², a neutralidade do historiador. Muita coisa há de aviltar a verdade histórica na obra de Vellinho, daí o desconforto e a revolta do crítico em face da obra, como ele próprio explicita: “antes de tudo, a exteriorização da revolta de quem desde os mais tenros anos [...] foi engabelado pelas ficções da historiografia oficial” (DACANAL, 1980, p.28).

Daí porque Dacanal encara sua própria análise como uma “proposta agressiva para o início de um debate que há muito já deveria ter sido iniciado” (DACANAL, 1980, p.28). Acontece que a obra de Vellinho não se presta como documento de verdade, serve para outros fins do que contar a história fidedigna do Rio Grande do Sul. Ela é o testemunho do empenho e da compreensão do intérprete sobre os assuntos da *sua* região. Além de que, Moysés Vellinho não se pretendeu neutro para se fazer historiador, pois a parcialidade era necessária para não “negar a si e ao seu grupo”. A imparcialidade era, como ele demonstrou em vários momentos da sua obra, inverossímil à matéria tratada. A abordagem do passado pelo historiador não se restringia a uma “[...] operação gratuita, de interesse puramente acadêmico. Ao contrário disso, ela busca responder ao desafio de um problema vivo, cheio de implicações políticas e sociológicas, e ainda exposto a freqüentes deformações” (VELLINHO, 1962, p.7).

Os esforços de Moysés Vellinho para coadunar o Rio Grande do Sul ao Brasil são articulados pela categoria da região:

⁴² *Instrumento óptico* é como Proust designa a obra. Ela é assim, um instrumento de visão para o leitor enxergar-se a si próprio na leitura. Para Proust, qualquer leitor maltrata o texto, já que a compreensão é subjugada à leitura (COMPAGNON, 1999).

Os que deliram com um Brasil centralizado e uniforme, valores culturais artificialmente padronizados, esquecem que a própria salvaguarda da nossa unidade territorial, [...] está em grande parte na dependência da **‘legítima expansão dos regionalismos’**, que constituem, [...] **‘a parte viva e plástica em que se conservam e desenvolvem a variedade e originalidade do complexo nacional** (VELLINHO, 1970, p.7).
[grifo nosso]

Moysés Vellinho desejava uma *leitura* “dos regionalismos” efetivada pelas “bandeiras”, que deveriam ler o Brasil por meio da região. O sentido tomado por essa leitura é justificado pelo fato do Brasil ser um país de dimensões continentais: “o nosso país é grande demais para já ter sido literariamente⁴³ assimilado em toda a sua imensidade, acontece que há vastas zonas, dentro das nossas fronteiras humanas e geográficas, ainda não alcançadas pela morosa expansão das bandeiras culturais” (VELLINHO, 1945, p.7), o que fomentaria uma riqueza diversa ao todo somente captada no microcosmo regional. A tão afirmada necessidade de edificar uma literatura e uma história nacionais, e reconhecidas como tais, permite compreender porque o intelectual, mesmo tratando de temas regionais, não os quisesse esgotar no localismo.

A dicotomia regional e nacional implica uma tensão no relacionamento dessas categorias na narrativa de Moysés Vellinho, pois ao mesmo tempo em que rogava os traços da região, muitas das particulares da província foram negadas mediante a compulsão de homogeneização. Desta forma, salientava-se a vocação presente no pertencimento da parte Rio Grande do Sul ao todo brasileiro. O que se observa em Moysés Vellinho é a assimilação das partes ceder, contraditoriamente, à apropriação das partes pelo todo. Vellinho parece ter-se tornado presa do que queria vencer, transformando-se ele próprio em um dos “inimigos internos do regionalismo orgânico” (VELLINHO, 1970, p.7), como evidencia a sua interpretação homogênea e unilinear da formação histórica sul-riograndense. Nas fissuras do seu discurso, é possível identificar o desejo de

⁴³ Embora Vellinho esteja nesse caso falando da literatura, a sua postura de *assimilação da realidade brasileira* pela região não se restringe ao literário.

uma planificação futura das regiões⁴⁴ que, num limite extremo, apagaria qualquer particularidade local historicamente construída, como é percebido na sua interpretação da formação sul-rio-grandense transformada num capítulo da epopéia luso-brasileira em sua expansão meridional. A leitura identificadora da região é a leitura antitética das partes para se resolverem na síntese do todo:

A fisionomia histórica e social do Rio Grande do Sul, com todos os seus particularismos, se formou e desenvolveu, não à margem ou ao arrepio da elaboração nacional, mas pelo contrário, tensa e organicamente subordinada ao processo de expansão geográfica e integração do Brasil em sua múltipla feição política, econômica e cultural. Foi primeiro o centripetismo lusitano, depois o luso-brasileiro, por fim o nacional – escalões sucessivos da mesma vocação histórica – que deram sentido e direção aos diferentes fatores da formação rio-grandense (VELLINHO, 1970, p.102). [grifo nosso]

Os traços desviantes das balizas dos “limites maiores”, possíveis corruptores do “sentido e direção” da narrativa nacional brasileira foram considerados pouco orgânicos na caracterização da história sulina, sendo ignorados ou tomados como circunstanciais na narrativa de Vellinho. A condição espacial do intelectual que desejava espriar a cultura regional para o restante do país, modela o seu discurso que, enunciado numa região, queria-o inteligível e aceitável pelo nacional, como evidencia seu ressentimento pela “resistência à aceitação do regionalismo sul-rio-grandense” (VELLINHO, 1948, p.6). Isso implica estabelecer meios de parença entre a parte e o todo nacional. Esta equalização significou tornar a realidade sul-rio-grandense e a brasileira idênticas, relativizando a diferença da parte. A plasticidade contida no regional explicaria em grande

⁴⁴ Moysés Vellinho situa o Rio Grande do Sul como uma das regiões que estariam imbuídas na tendência da unificação da língua escrita: “o Brasil, à proporção que lê e aprende, caminha em massa, através de ligeiras variações de superfície, para a unidade estrutural da língua escrita [...] essa unidade repousa necessariamente nas fundações clássicas do idioma ou nos processos regulares de transformação de seus valores. Ora, dentro dessa tendência generalizada é que vem operando a evolução literária do Rio Grande do Sul” (VELLINHO, 1948, p.6). Na interpretação de Vellinho, o brasileiro meridional foi o responsável por preservar a língua portuguesa frente aos castelhanos e aos imigrantes. A língua comum e padronizada do Estado-nação é tradicionalmente um dos principais elementos de homogeneização nacional.

medida os desvios circunstâncias do local, espécie de etapa conflitiva rumo à homogeneização. Isso talvez explique a diferença existente entre as categorias *local* e *regional* no discurso de Vellinho. Este ao negar o local, por considerá-lo *raso*, toma a região como parte do nacional. O local tornaria autônomo enquanto a região compartilha sentidos com o todo.

Nas sociedades modernas e contemporâneas ocidentais, como explica Stuart Hall, as diferenças regionais acabaram por ser subordinadas ao “‘teto político’ do Estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas” (2005, p.49). Não parece ser por outra razão que a identidade sul-rio-grandense (gravitando em torno da identidade nacional brasileira) apareça na narrativa de Vellinho por um viés absoluto. O que se observa é que o componente de escolha presente no jogo relacional dos elementos identificadores é esfumado pela apresentação mononuclear da identidade nacional absoluta. E é necessário que assim se faça, pois, do contrário, a identidade não cumpriria sua função identificadora, apresentada sob uma fachada essencial e monolítica. O Rio Grande do Sul é brasileiro e qualquer transitividade atrelada à sentença corromperia a absolutização necessária, já que a identidade é permanente, diferente da pergunta identificadora que é variável.

A identidade se mostra mediante o superlativo, como explica Boaventura de Souza Santos, já que a resposta satisfatória à questão da identidade “se traduz sempre numa reinterpretação fundadora que converte o déficit de sentido da pergunta no excesso de sentido da resposta” (1994, p.32). A vocação do Rio Grande do Sul em ser brasileiro, devido ao “centripetismo” (VELLINHO, 1970, p.102) luso-brasileiro, encerra a certeza que a identidade necessita para fixar uma forma, rechaçando a possibilidade de opção. Daí porque o par vocação/opção seja um dos mais poderosos operadores da identidade na narrativa de Moysés Vellinho. A opção espreitando do *lado de lá* da fronteira estrofia e macula a vocação

essencial que se quer intransitiva para assim permitir a identidade centrada, inteira e pura (HALL, 2005, p.50).

Moysés Vellinho, mesmo sendo crítico do centralismo político da era Vargas, como foi demonstrado no primeiro capítulo, reduziu o múltiplo regional à linha coesa da nacionalidade. Para melhor enfatizar essa contradição, pode-se ligar dois trechos do editorial 1 de *Província de São Pedro*⁴⁵ e confrontá-los. Num primeiro momento, segundo seu editor, a publicação almeja elucidar “[...] os elementos fundamentais da tradição local, os autênticos valores do passado, porque acredita que a preservação de certas fixações é indispensável à caracterização de uma cultura” (VELLINHO, 1945, p.7). O que se observa adiante, na mesma página, é que os proclamados “elementos fundamentais” ou “autênticos valores” necessários para uma região se reconhecer social e culturalmente são compreendidos à linha da “evolução dentro dos limites maiores da nacionalidade” (VELLINHO, 1945, p.7). Ou ainda, conforme anunciado um ano antes no prefácio de *Letras da Província*: “que importa a formação de diferenciações regionais? Sujeitas ao denominador comum da tradição luso-brasileira, elas não se resolverão nunca em divergências que possam conduzir à desagregação” (VELLINHO, 1960, s/p). Com certeza a ameaça da desagregação fora extirpada da obra de Vellinho, mas o preço para manter unida a província à coesa linha nacional foi o apagamento de muitos de seus traços particulares.

As especificidades regionais que deveriam ser preservadas frente às “bandeiras culturais” são, na verdade, canalizadas por estas. A região é assim, em grande medida, não *lida* pelo nacional, mas por este *traduzida* mediante códigos homogêneos. As regiões apreendidas sob essa perspectiva

⁴⁵ A revista foi o maior veículo divulgador do pensamento de Moysés Vellinho, visto que esprou no Brasil o que se pensava em termos de cultura no Rio Grande do Sul. Como já foi dito no capítulo primeiro, a publicação surgida em 1945 perdurou 12 anos e estabelece uma ponte cronológica entre os fazeres crítico-literário e historiográfico de Moysés Vellinho.

são tomadas como *brasis* regionais para, dessa forma, comporem a utopia de um Brasil completamente integrado em seus quadros constitutivos. As peculiaridades seriam as partes (sob muitos aspectos forçosamente) nacionais, ou o próprio nacional que, erradicado do centro, se especializou nos *ritmos próprios* ou *harmonias relativas*. Esses eram os únicos traços que poderiam ser salientados da legenda sul-rio-grandense, pois não afrontariam o nacional. Moysés Vellinho castrava, assim, sua almejada “unidade múltipla” ao extirpar as nuances sul-rio-grandenses que pudessem ser interpretadas como desviantes das cores nacionais:

Tanto vale dizer, sob o ângulo histórico e sociológico, que **aquilo que nos diversifica e particulariza** no amplo cenário nacional **provém da nossa própria identidade política, da nossa própria condição de brasileiros**. Nem houve aqui, dentro destas raias meridionais, gente de substância diversa da que vinha constituindo a base comum das populações de outras partes do Brasil. O mesmo sangue, o mesmo legado cultural, as mesmas raízes” (VELLINHO, 1970, p. 8). [grifo nosso]

Por atrelar as particularidades da formação sul-rio-grandense à totalização brasileira, Vellinho torna a região o próprio nacional, e essa é a *síntese conflitiva* de sua narrativa da identidade. O regional como elemento desviante é fruto de uma leitura errônea, como se observa no trecho recortado:

O processo de formação rio-grandense, em qualquer de seus passos, nele incluídos todos os fatores de natureza cultural, **sofreu invariavelmente a ação catalítica do Centro**. Só quem nunca folheou os testemunhos do nosso passado, quer se fale de história, de política, de economia, de literatura ou de teatro, pode deixar de sentir a preeminência dos **vínculos comuns da nacionalidade sobre o complexo da vida regional** (VELLINHO, 1962, p.115). [grifo nosso]

Como explica Ruben Oliven (1992), a construção social da identidade sul-rio-grandense vacilou historicamente como um pêndulo entre a ênfase nas peculiaridades do Rio Grande do Sul e o pertencimento do Estado ao

Brasil. Dois aspectos dariam a tônica à atipicidade do Rio Grande do Sul frente ao conjunto da nacionalidade: um deles seria o isolamento geográfico que afastaria o Estado por meio dos areais litorâneos, rios, serras e matas; o outro aspecto seria de ordem histórica e decorre da integração tardia do Estado junto ao Brasil. Para apagar os traços históricos desviantes, Moysés Vellinho teve que carregar nas tintas nacionalistas do Rio Grande do Sul:

Se as peculiaridades da vida rio-grandense não se originam de fatores naturais e culturais em estado de repouso, pois que esses fatores sofreram aqui longamente a ação tensa, estimulante das guerras e conflitos de fronteira, isto se deve, antes de mais nada, à **nossa posição de constante vigilância sobre as demarcações da nacionalidade em seu ponto crítico por excelência** (VELLINHO, 1970, p.8). [grifo nosso]

A recorrente compreensão que tomava o Rio Grande do Sul como uma coletividade exótica e desviante sofre um giro interpretativo na narrativa de Vellinho. As diferenças locais são desabsolutizadas porque tornadas circunstanciais: o Rio Grande assumiu formas particulares porque estava em contato com o Prata, contraste antagônico e não convergente com este outro corpo político social. Qualquer leitura de exotismo seria fruto de uma interpretação “desagregadora” (expressão de Vellinho) que desvirtuaria o que se pretende puro e indissociável.

A situação de belicosidade circunstancial decorrente da condição de fronteira, que “teve por efeito robustecer e ativar o conteúdo cívico do sentimento de apego à grande terra comum” (VELLINHO, 1970, p.8) é atrelada ao permanente da vocação luso-brasileira. O Rio Grande do Sul, legado português, estava sob as mesmas inspirações culturais do “gênio que nunca deixou de atuar decisivamente na formação do Brasil”, a quem se deve a “vocação para a unidade” (VELLINHO, 1962, p.116), como atesta o juízo de Gilberto Freyre formulado a partir da leitura da crítica de Moysés Vellinho a Alcides Maya de 1944:

Ajustada àquele binômio [a aventura e sedentarismo portugueses] a **situação regional de aparência menos brasileira**, vê-se que a combinação caracteristicamente lusa dos dois antagonismos ou das duas constantes foi particularmente intensa no Rio Grande do Sul. Donde a **condição profundamente brasileira de sua gente** quando examinada de perto e analisada nos seus mais íntimos motivos de vida e nas suas manifestações mais genuínas de cultura (FREYRE, 1981, 75). [grifo nosso]

Quando Guilhermino Cesar comenta a obra de Moysés Vellinho, diz que “a cidadania [sul-rio-grandense] resultou para ele [Vellinho] de uma opção consciente” (1979, p.3). Embora o termo “opção consciente” esteja designando o sentimento da vocação, Moysés não se utiliza dessa modalização⁴⁶. Tudo o que poderia denotar opção fora tomado como circunstancial, que nada poderia perante o intemporal absoluto da vocação. Vocação e opção marcam valorativamente as posições assumidas mediante a “obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções” (SANTOS, 1994, p.31) com relação ao Prata na narrativa de Vellinho. A opção como força antagonica acena do outro lado da fronteira. Ela marca o traço circunstancial historicamente assumido, já que tudo o que poderia ser interpretado como dúbio na formação sul-rio-grandense fora temporal e espacialmente circunscrito às formas plásticas assumidas pela vocação em sua linha ascendente à unificação do Brasil. A dita opção platina (compreensão dos antagonistas de Vellinho) nunca fora tomada como uma opção de verdade em sua narrativa que se construía conscientemente dentro de uma das linhas demarcatórias da fronteira: “para quebrar o caráter de uma tradição, para corrompê-la nas suas próprias fontes, nada melhor que misturar, confundir valores que as forças da história puseram em conflito” (VELLINHO, 1957, p.8). Não se poderia optar pelo outro (o platino), quando se é tão visceralmente brasileiro, pois “uma tradição de sangue há de ir até depois que as feridas deixaram de sangrar” (VELLINHO, 1970, p.28).

⁴⁶ Segundo Ieda Gutfreind, Moysés Vellinho ao utilizar a concepção de vocação histórica, difere de seus colegas do IHGRS, já que Othelo Rosa e Manoelito de Ornellas defendiam a idéia de opção histórica do Rio Grande do Sul em se tornar brasileiro (1998, p.99).

Na interpretação da formação histórica sul-rio-grandense, empreendida por Moysés Vellinho, o Estado sulino nasceu sob os desígnios da nação. Para Vellinho, as bandeiras, tomadas como instintivas em outras partes do Brasil, revestiram-se de um verniz pátrio em terras sulinas: “é certo que o Rio Grande de São Pedro nasceu com o encargo de vigiar e guardar as partes meridionais da América Portuguesa e suas fronteiras, as únicas verdadeiramente críticas da nacionalidade que amanhecia” (VELLINHO, 1948, p.5). O Rio Grande do Sul não era somente um Estado nacional por opção, uma vez que sua vocação brasileira fora moldada em sua gênese, que permitiu o desenvolvimento do próprio pai, esse *Cronos* que historicamente o reconhecia como um filho à parte, porque lhe parecia castelhano. A imagem sul-rio-grandense como “parcela militante” da nacionalidade, ou como sua “fronteira vigilante” (expressões de Vellinho), explicaria a decantação de particularismos mediante o todo nacional. Ao postular uma função defensiva ao Rio Grande do Sul, a particularização que poderia ser desautonomizada manteve-se vinculada ao todo mediante a função de resguardar a pátria, e por isso a interpretação de Vellinho: “o Brasil prolonga-se no Rio Grande do Sul, e nele se revê, graças à ação aglutinadora da tradição local” (VELLINHO, 1960, p.27).

Os valores da estirpe lusa são os responsáveis por vitalizar a imagem do gaúcho tradicional que perduraria vivo porque maleável, diferente do tipo enrijecido das páginas de Alcides Maya, cujas críticas foram analisadas no capítulo segundo. O trecho seguinte demonstra como os valores *essenciais* da *raça* transcendem às formas historicamente assumidas:

Vinham de longe, por certo, **as energias que agora se resolviam, por força das circunstâncias**, em rasgos de bravura e belicosidade [...]. Se, pois, **tais virtualidades eram anteriores ao violento ciclo das lutas e arreadas, por que não iriam subsistir a ele, embora sob outras formas?** Encerrado o ciclo heróico, as virtualidades da ‘raça’ não se perderiam por falta de objeto (VELLINHO, 1960, p.21). [grifo nosso]

As qualidades do gaúcho por serem plásticas permitiram atualizar suas formas circunstanciais – a belicosidade sanguinária e o nomadismo. Essa reatualização permite a transposição temporal do vocábulo gaúcho, do velho tipo de outrora, com suas características insuladas em uma “determinada fração social” (VELLINHO, 1960, p.20) ao moderno gentílico sul-rio-grandense. Os traços circunstanciais são, desta forma, circunscritos às “virtualidades mais profundas”, como pode se observar no trecho seguinte:

Nas suas **virtualidades mais profundas, menos contingentes**, nas linhas substanciais de seu caráter, poderia o rio-grandense legitimamente representado pelo produto de fatores acidentais, qualquer coisa como um ser de geração espontânea, **sem afinidades retrospectivas, sem vinculações com seus antecedentes de tradição e de sangue, e ademais disso incapaz de assimilações e adaptações ulteriores?** (VELLINHO, 1960, p.20). [grifo nosso]

No discurso de Vellinho, a etnia lusa é a responsável direta pela capacidade adaptativa do tipo. O gaúcho é tomado por um caniço, forte porque adaptável. A interpretação de Vellinho coaduna a *maquiagem* do circunstancial do gaúcho ao caráter permanente dos antecedentes de “tradição e de sangue”. O essencial guarda as formas circunstanciais plásticas para que não se percam da legenda-guia referencial. Mantêm-se, assim, no arcabouço da representação da identidade gaúcha, a fonte do essencial que modulou o circunstancial.

“O Sr. Moysés Vellinho contrasta com o que há de romanesco, de dispersivo e de desintegrante no gaúcho” (FREYRE, 1981, p.74). Essa crítica de Gilberto Freyre sobre a concepção de gaúcho traçada por Vellinho exige que o leitor subtenda os elementos não-explicitados na comparação. Depois de analisada as críticas de Vellinho sobre as obras de Maya (é sobre a crítica a Maya que Freyre faz referência), podem-se inferir que os elementos contrapostos ao romanesco, ao disperso e ao

desintegrante são, respectivamente, a realidade, o centrado, o integrado. A realidade no caso da crítica a Maya empresta veracidade à interpretação de Vellinho. O *centrado* e o *integrado* por sua vez, são designativos que firmam uma identidade monolítica que se pretende verdadeira (em contraponto ao falso romanesco). Dessa forma, são retiradas dos processos identificadores características que ferem a homogeneidade, *dispersando-a* e *desintegrando-a*. Reunindo a ilusão de fidedignidade ao real e os valores do centrado e do integrado têm-se as bases da narração, que fixariam as referências de identidade do verdadeiro gaúcho. O falso gaúcho foi um embuste traçado sob códigos ficcionais pela literatura mal-informada (VELLINHO, 1960, p.26), que coordenou características *dispersivas* e *desintegrantes*. A literatura restrita à forma transitiva ignora o essencial. Assim, decantada a essência do tipo em Vellinho, “o gaúcho brasileiro” estaria devolvido à sua “verdadeira efígie” (CESAR, 1979, p.3).

O velho tipo tomado como circunstancial é coadunado mediante origem, história e função “ao tipo que resultou da combinação do espírito de aventura dos pioneiros com o ânimo ordeiro e severo dos ilhéus em face de uma portentosa tarefa comum, que foi a de resguardar e consolidar o ‘imperium’ brasileiro em suas fronteiras mais expostas e cobiçadas” (VELLINHO, 1960, p.26). O ajustamento do gaúcho ao gentílico sul-riograndense visa aproximar a imagem do gaúcho, tradicionalmente tomado por desviante, ao brasileiro. Assim, o “brasileiro meridional” é uma particularização não estranha aos quadros da nacionalidade, como é possível ler no texto reproduzido a seguir:

Com efeito, **da confusão reinante acerca da origem e caracterização histórica do brasileiro do extremo sul** decorrem desacertos que atingem aspectos vitais da tradição riograndense e a própria **posição do Rio Grande do Sul perante a comunidade nacional** (VELLINHO, 1962, p.7). [grifo nosso]

Moysés Vellinho imobiliza o *fantasma* da *opção* castelhana no outro lado da fronteira e, quando este esteve em contato íntimo com o Rio Grande do Sul, como no caso da experiência dos Sete Povos das Missões, esse passado foi expurgado da tradição em nome da homogeneidade: “será mesmo que se pretenda fazer da história sul-rio-grandense, tão inteiriça, tão vigorosa nas suas afirmações, uma espécie de terra de ninguém, onde todos os contrários se acolhem impunemente?...” (VELLINHO, 1957, p.7). A experiência das Missões é alienada da tradição sul-rio-grandense, a quem coube “o papel de depositários circunstanciais de algumas ruínas” (VELLINHO, 1957, p.10). Essa experiência circunstancial é solapada quando da tomada do território missioneiro em 1801. Este ano marca, na narrativa de Moysés Vellinho, um novo começo para a história sul-rio-grandense em sua ofensiva rumo a oeste: “outra história, sob inspiração política antagônica, ia começar ali, em nome da estruturação definitiva do Rio Grande” (VELLINHO, 1957, p.10).

Ao desconsiderar a herança cultural dos Sete Povos, por esta ter-se desenvolvido sob bandeira política espanhola, Moysés Vellinho postula um novo começo isento de contaminações hispânicas para a história do Rio Grande do Sul, como atesta seu repúdio a qualquer herança cultural proveniente da experiência missioneira, como expresso na imagem da “enxertia” missioneira: “não se tratava de um processo de enxertia. Era uma planta nova que ali ia meter novas raízes. Uma civilização diferente, com outra bandeira, sob outro signo cultural” (VELLINHO, 1957, p.10). Processo de “enxertia” esse, que alienou os indígenas, especialmente os Guarani, da tradição sul-rio-grandense.

“Em face de Moysés Vellinho, de sua reflexão pousada, de seus gestos medidos, a gente como que voltava a compreender melhor a vida” (CESAR, 1981, p.9). Certamente a vida poderia ser melhor compreendida porque Vellinho fez parte de uma época em que se podia guiar por sólidas referências (HALL, 2005) construídas sob os auspícios da Modernidade.

Referências de identidade que, sem dúvida, o intelectual se empenhou em construir mediante a articulação de uma imagem nacional para Rio Grande do Sul. Se aceita a explicação de Roberto Damatta de que a nacionalidade é “também casa, [...] lar, memória e consciência de um lugar como o qual se tem uma ligação especial, única, totalmente sagrada” (DAMATTA, 2000, p.11), entende-se a manipulação da história do Rio Grande do Sul por Moysés Vellinho, que tomou este espaço como uma categoria afetiva de análise.

Este é o movimento pendular da narrativa identificadora do Rio Grande do Sul de Moysés Vellinho, de *sua* província para o centro, espraiando as referências deste na região – espelho do nacional. A região como parte plástica do nacional, permite tornar potente e aceitável mediante o todo brasileiro a enunciação regional da terra. Enunciação que se atrelada ao localismo seria um elemento desagregador que poderia perigosamente atentar para a unidade da nação, já que a especificidade local parecia ter olhos próprios que não os olhos nacionais especializados na região. As peculiaridades regionais, como se observou, foram em muitos pontos apagadas ou, quando não passíveis de erradicação, foram tornadas circunstanciais na diacronia da narrativa nacional. A identidade “pura cepa luso-brasileira” (expressão de Vellinho) transforma, assim, a particularidade histórica local sul-rio-grandense em parte integrante porque em essência igualitária do nacional, subjugando qualquer traço desviante à condição de circunstancial em sua narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar a identidade nacionalizada do Rio Grande do Sul construída por Moysés Vellinho, foi necessário unir os discursos crítico-literário e historiográfico do intelectual. Como se observou, subsiste às duas modalidades uma mesma narrativa da identidade. Após terem sido analisados os modos pelos quais foram precisados a imagem nacional do Rio Grande do Sul e seu tipo representativo, buscou-se caracterizar o sentido desta narrativa da identidade. A crítica e a interpretação historiográfica de Moysés Vellinho, profundamente comprometidas com a necessidade de narrar a nação, têm por objeto de análise o Rio Grande do Sul, uma realidade que ele naturalizou em seus discursos como de vocação brasileira. As identificações nacionais do Rio Grande do Sul foram pesquisadas por meio de três eixos temático-discursivos: o gaúcho, os heróis da tradição sulina e a formação histórica do Rio Grande do Sul.

Moysés Vellinho foi contextualizado dentro do panorama histórico brasileiro de uma época caracterizada pela potência com que buscou revelar as particularidades brasileiras. Essa perspectivação o desvincula do fechamento na categoria da região. Atrelar Vellinho aos limites regionais é apreendê-lo sob categorias de análise que apagam as particularidades do

intelectual que estava em diálogo com o centro, e não fazem mais do que negar o movimento pendular de sua interpretação que buscou na totalização do nacional a compreensão da região. Procurou-se delinear, num primeiro momento, os dados biográficos que pudessem caracterizar o lugar de enunciação do discurso de Moysés Vellinho, resgatando as principais vozes intelectuais que o influenciaram, para assim, caracterizar o entorno histórico-social de sua produção. As críticas ao modernismo paulista e as relações com Gilberto Freyre evidenciaram os vínculos estabelecidos para além da província.

A interpretação de Moysés Vellinho busca excluir concepções que tomavam o Rio Grande do Sul como terra *sem nenhum caráter*, ou de caráter dúbio porque de influência platina. Para rebater essas concepções, Vellinho define com tintas marcantes o traço luso-brasileiro da formação sulina, levando à condição de circunstancial tudo o que podia ser considerado desviante do nacional. Os traços regionais decorrem de especializações do nacional e estão a ele vinculados, por isso é que o *local*, que sob muitos aspectos poderia comportar o autônomo, é suplantado enquanto categoria pela região. Tomando a vocação como premissa dirigente da formação sul-rio-grandense, Vellinho dialoga com a comunidade nacional que acredita como dúbia – meio brasileira, meio castelhana, ou opcional brasileira por sorte ou destino – a identidade sul-rio-grandense. Vellinho descartou a *opção* de sua narrativa, porque ela corrompe a *vocação* nacional da identidade sulina. A opção figura sempre como um elemento de contraste do que o Rio Grande do Sul não é, ou seja, platino, porque brasileiro por vocação.

Os traços regionais desviantes das balizas maiores da nacionalidade foram considerados pouco orgânicos na caracterização da história sulina, sendo ignorados ou tomados como circunstanciais na narrativa de Moysés Vellinho. A condição espacial do intelectual que desejava espraiar a cultura regional para o restante do país modela o discurso que, enunciado numa

região, fosse plenamente aceitável pelo nacional. Isso implicou estabelecer meios de parença entre a parte e o todo nacional. Essa equalização significou tornar a realidade sul-rio-grandense e a brasileira em grande medida, idênticas. A plasticidade observada no regional explicaria os desvios circunstanciais locais na narrativa de Moysés Vellinho. A forma historicamente assumida comportaria a etapa antitética rumo à homogeneização. Isso parece explicar a diferenciação existente entre as categorias *local* e *regional* no discurso de Vellinho.

Este é o movimento pendular da narrativa identificadora do Rio Grande do Sul de Moysés Vellinho, de *sua* província para o centro, espriando as referências deste na região – espelho do nacional. A região como parte plástica do nacional, permite tornar potente e aceitável mediante o todo brasileiro a enunciação regional da terra. Enunciação que se atrelada ao localismo seria um elemento desagregador que poderia perigosamente atentar para a unidade da nação, já que a especificidade local parecia ter olhos próprios que não os olhos nacionais especializados na região. As peculiaridades regionais, como se observou, foram em muitos pontos apagadas ou, quando não passíveis de erradicação, foram tornadas circunstanciais na diacronia da narrativa nacional. A identidade “pura cepa luso-brasileira” (expressão de Vellinho) transforma, assim, a particularidade histórica local sul-rio-grandense em parte integrante porque em essência igualitária do nacional, subjugando qualquer traço desviante à condição de circunstancial em sua narrativa.

Sua exegese histórica fora construída por hábeis mãos de romancista, pois conscientemente engenhosas. A sua prosa historiográfica se realizou com o êxito dos romances concebidos com enredo bem-estruturado, nem mesmo os documentos faltaram, embora citados de maneira evasiva e obscura, e complementaram a ilusão de verossimilhança pretendida. Pode-se, assim, compreender as particularidades da interpretação historiográfica de Moysés Vellinho, que toma a história do Rio Grande do Sul como um

capítulo da história nacional permitido pela instalação da Colônia do Sacramento. A interpretação do Rio Grande do Sul como brasileiro afasta-o do Prata, erradicando a hipótese de opção histórica do Estado em se tornar brasileiro, pois ele o é em essência. É movido por esse interesse que Moysés Vellinho cola funções cívicas às personagens históricas *construtoras* do Rio Grande do Sul, tomando-as como agentes da nacionalidade. Estas personagens construíam não fundamentalmente o Rio Grande do Sul, mas o Brasil meridional.

“Não será demais repisar o fato, dar-lhe a ênfase necessária, porque de outra forma estaremos alimentando os equívocos” (VELLINHO, 1970, p.103). Essas palavras de Moysés Vellinho são ótimas caracterizadoras da sua obra que compreende mais de meio século de atividade, onde firmou e reafirmou as suas opiniões quer como crítico-literário, historiador ou editor. Muitos de seus trechos se repetem, algumas de suas obras são reeditadas sob novos títulos, evidenciando um fundo de interesses comuns, vislumbrado na obsessiva identificação do Rio Grande do Sul como brasileiro por vocação.

Ao final da existência, o intelectual afirmara a resposta a que chegara em sua busca pela harmonia relativa: “eu não posso, assim, deixar de concluir que este espírito [o legado luso] é o cimento, o tecido conjuntivo que funde as almas brasileiras numa só, qualquer que seja a sua procedência, e que nos garante nossa unidade” (VELLINHO, 1979, p.10). Embora a resposta seja a mesma colada ao mote especulativo já presente nos anos vinte, ela precisou ser glosada em vários discursos através de várias décadas, para se firmar como a resposta verdadeira. Para isso, Moysés Vellinho construiu uma narrativa da identidade única e em muitos aspectos homogeneizada, operada pelo contraste de vários pares, a *harmonia absoluta* e a *relativa*, o *circunstancial* e o *temporal*, a *opção* e a

vocação e até mesmo Moysés Vellinho e Paulo Arinos⁴⁷. A manipulação da realidade social pelo intelectual é perspectivada de um dos lados da agônica fronteira, o *lado de cá*.

A necessidade de identificação está sempre reformulando a *harmonia relativa* e adequando-a a novas configurações que fomentarão novas dúvidas identificadoras: “tenho a impressão de que, quaisquer que sejam as aparências em contrário, o Brasil continua à procura de seu próprio equilíbrio” (VELLINHO, 1979, p.10). O que é o Brasil, ou sua parte meridional, embora sejam dúvidas encerradas numa resposta hermeticamente bem-costurada por Moysés Vellinho, deixa entrever fissuras que urgem por atualizações pressentidas pelo próprio intelectual: “a minha impressão íntima [...] é que pertença a uma época já encerrada. A vida agora é um encargo das novas gerações. Estou auto-marginalizado. Não creio que, na minha descida, possa escrever nada mais de efetivo interesse” (VELLINHO, 1979, p.11). A resposta que foi fechada ao longo das décadas parece ser entreaberta ao final da existência. Moysés Vellinho, o alfaiate projetor da roupa perfeita para o modelo específico da ocasião datada, parece ter consciência que seu traje não é intemporal, novas tendências buscarão novos modelos interpretativos para designarem cambiantes *harmonias relativas*, embora estas pareçam querer sempre se apresentar como absolutas aos homens perscrutadores.

⁴⁷ Moysés Vellinho em entrevista concedida um ano antes de falecer, relembra a fase de crítico literário como fortuita apesar dos mais de vinte anos de atividade: “minhas ligações com as atividades propriamente literárias eram um tanto furtivas, pois tinha que recorrer a elementos impessoais” (VELLINHO, 1979, p.11).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marlene. **Introdução ao estudo da historiografia sul-riograndense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 1983.

_____. O regionalismo literário na concepção de Alcides Maya. **Cadernos do Centro de Pesquisas literárias da Pucrs**, Anais do I seminário internacional de história da literatura, Porto Alegre, v.3, p.74-78, abr.1997.

ARINOS, Paulo. Bendita Vaia. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 fev.1922.

_____. Da Margem da Corrente. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 abr.1924.

_____.Guerra à saudade! **Correio do Povo**, Porto Alegre, 30 ago.1925.

_____.O Papel da nova geração. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 16 ago.1925.

_____.Pessimismo e realidade. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 15 set.1925.

_____. O sonho dos modernos. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 jul.1924.

ARISTÓTELES. Poética. In: ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO; **A poética clássica**. São Paulo: Cultrix, 2002.

ARMANI, Carlos. **Identidades e fragmentação no pensamento de Emílio de Souza Docca**. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC, 2002.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. Entre a universalidade e o particular: a literatura ante as identidades regionais. In: SCHÜLER, Fernando e BORDINI, Maria da Glória (orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

ASSIS, Machado de. **Instinto de nacionalidade e outros ensaios**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

AVERBUCK, Ligia Morrone. O caminho crítico de Paulo Arinos. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 jan.1979.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Rio de Janeiro: Eldorado, s/d.

BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata**: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à guerra da tríplice aliança. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BARCELLOS, Rubens de. O regionalismo e o papel da nova geração. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 ago.1925.

BARCELLOS, Rubens de. Regionalismo e realidade. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 05 set.1925.

BAUMGARTEN, Alexandre (org.) **Ensaio literários Moisés Vellinho**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2001.

BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno**. Lisboa: Edições 70, 1990. 2v.

BERNARDI, Mansueto. **O primeiro caudilho rio-grandense**: fisionomia do herói missionário Sepé Tiaraju. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo: 1957.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1970.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.v.1.

CESAR, Guilhermino. Moysés Vellinho e o nacionalismo gaúcho. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 jan.1979.

_____. Prefácio. In: VELLINHO, Moisés. **Aparas do tempo**. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1981.

_____. Prefácio. In: VELLINHO, Moisés. **Fronteira**. Porto Alegre: Globo/UFRGS, 1975.

CHACON, Valmireh. **A Construção da Brasilidade**, Gilberto Freyre e sua geração. Brasília, São Paulo: Paralelo 15, Marco Zero, 2001.

CHAVES, Flávio Loureiro (org). **Ensaio literário no Rio Grande do Sul, 1868-1960**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979.

_____. Moysés Vellinho e a crítica literária. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 jan.1979.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DACANAL, José. A miscigenação que não houve. In: _____. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DAMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. In: SCHÜLER, Fernando e BORDINI, Maria da Glória (orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: Edipurs, 2004.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ELIADE, Mircea. **Aspectos do mito**. Lisboa: Edições 70, 1963.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. **Manifesto Regionalista de 1926**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

_____. **Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira**. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. Moysés Vellinho e sua interpretação do Rio Grande do Sul. In: _____. **Pessoas, coisas e animais**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1981.

GOLIN, Cida. Moysés Vellinho: anotações sobre um homem da Província. In: BAUMGARTEN, Carlos. (org.) **Ensaio literários Moysés Vellinho**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2001.

GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de Casa-grande e senzala. **Remate de Males**, Campinas, n. 20, p.47-57, 2001.

GINZBURG, Carlo. Estilo: inclusão e exclusão. In: _____. **Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1998.

_____. Historiografia sul-riograndense contemporânea e a tese da lusitanidade de Moysés Vellinho. **Cadernos de Estudo: programa de pós-graduação em história, UFRGS**. Porto Alegre, n.4, p.1-44, maio, 1991.

_____. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto alegre, v. 16, n. 1/2, p.175-187, jul./dez. 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JAUSS, Hans. **A literatura como provocação: história da literatura como provocação literária**. Lisboa: Vega/Passagens, 1993.

KONDER, Leandro. História dos Intelectuais nos anos cinquenta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

LEITE, Ligia. **Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para o seu estudo**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **La identidad perdida**. Barcelona: Pretel, 1981.

_____. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1978.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da Imprensa no Brasil (ou de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). **Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993.

MAYA, Alcides. **Ruínas Vivas: romance gaúcho**. Porto Alegre: Movimento/UFSM 2002.

_____. **Tapera: cenários gaúchos**. Rio de Janeiro: F.Briguiet & Cia, 1962.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e políticas das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. In: CHIAPPINI,

Ligia; AGUIAR, Flávio (orgs). **Literatura e história na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1993.

MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2001.v.3, Modernismo (1922-atualidade).

_____. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2001.

_____. **A literatura portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 2002.

MORAES, Gilberto. Moysés, o hispânico. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 jan.1979.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____.O processo de construção da identidade gaúcha. In: FÉLIX, Loiva; RECKZIEGEL, Ana Luiza (orgs). **Rio Grande do Sul: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.

PAZ, Octávio. **Claude Lévi-Strauss ou o novo festim de Esopo**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

QUEVEDO, Júlio. Rio Grande do Sul: **Aspectos das Missões** (em tempos de despotismo esclarecido). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo social: revista de sociologia da USP**. São Paulo, v. 5, n.1-2, p.31-52, nov.1994.

SANTOS, Maria Cristina dos. Jesuítas e índios na sociedade missioneira: uma análise crítica da historiografia. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 13, n.1, p.71-108, jul.1987.

TOSTES, Theodemiro. Notas sobre Moysés Vellinho. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 jan.1979.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Lisboa: Edições 70, 1989.

VELLINHO, Moisés. **Aparas do tempo**. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1981.

_____. **Capitania d'El rei**: aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Globo, 1970.

_____. Defesa do parecer da comissão de história. In: BERNARDI, Mansueto. **O primeiro caudilho rio-grandense**: fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo, 1957.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.1, jun. 1945.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.2, set. 1945.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.3, dez. 1945.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.4, mar. 1946.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.5, jun. 1946.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.6, set. 1946.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.7, dez. 1946.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.8, mar. 1947.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.9, jun. 1947.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.11, mar.-jun. 1948.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.12, set.-dez. 1948.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.13, mar.-jun. 1949.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.14, set.-dez. 1949.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.15, 1951.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.16, dez.1951.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.17, 1952.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.18, 1953.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v.19, 1954.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v. 20, 1955.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v. 21, 1957.

_____. **Fronteira**. Porto Alegre: Globo/UFRGS, 1975.

_____. **Letras da província**. Porto Alegre:Globo, 1960.

_____. **O Rio Grande e o Prata: contrastes**. Porto Alegre: Globo/IEL, 1962.

_____. **Um velho chefe de clã lusitano em terras gaúchas**. Porto Alegre. Correio do Povo, Porto Alegre, p.9-10, 06 jan.1979. Entrevista concedida a Antônio HOHLFELDT.